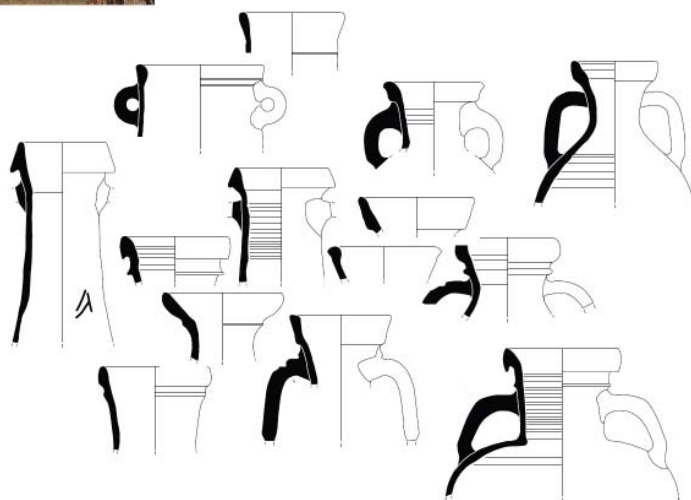




UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AS ÂNFORAS ROMANAS DE MESAS DO CASTELINHO



Jorge Cruz Fernandes Parreira

Mestrado em Arqueologia

2009



UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

AS ÂNFORAS ROMANAS DE MESAS DO CASTELINHO

Jorge Cruz Fernandes Parreira

Mestrado em Arqueologia

Dissertação orientada pelo Prof. Doutor Carlos Fabião

2009

Ao meu pai

AGRADECIMENTOS

Nesta dissertação, como em qualquer projecto desta dimensão, foram essenciais os contributos de inúmeras pessoas a quem desejo aqui expressar o meu profundo agradecimento.

Em primeiro lugar devo agradecer ao professor Carlos Fabião que durante os últimos dois anos ultrapassou largamente o seu papel de orientador, oferecendo a todo o momento o máximo auxílio, repondo-me no caminho certo sempre que me começava a desviar.

Agradeço também às professoras Ana Arruda e Catarina Viegas que sempre se apresentaram disponíveis no esclarecimento das numerosas questões que lhes coloquei.

Devo ainda referir a contribuição do Dr. Guilherme Cardoso que não se poupou a esforços para me esclarecer acerca das ânforas produzidas em Peniche.

Por fim, sublinho o apoio oferecido pela família, amigos e colegas, que de nenhuma maneira foi menos importante, visto ter sido o ânimo que me imbuíram que me possibilitou levar este projecto até ao seu término.

A todos obrigado.

Resumo:

Após sofrer um indesculpável atentado patrimonial no ano de 1986, o sítio de Mesas do Castelinho, Almodôvar, foi alvo de 20 campanhas de escavação que revelaram um extenso povoado proto-histórico, posteriormente “romanizado” que nas áreas menos afectadas por estas destruições se encontra em notável estado de conservação. Destes trabalhos resultou a recolha de centenas de quilos de materiais arqueológicos que nos oferecem o que até ao momento é um olhar único sobre o processo de “romanização” do interior sul do território português desde a conquista até ao final século I d.C., vindo deste modo a dar os primeiros passos no preenchimento do quase vazio de conhecimento que permanece nesta região interior, sempre esquecida em favor das áreas costeiras. De entre estes diversos materiais é aqui analisada a vasta colecção de contentores anfóricos de cronologia romana, dentro da qual podemos encontrar uma notável diversidade formal, incluindo várias formas escassamente representadas ou até inéditas em Portugal até este momento. Assim, esta dissertação pretende utilizar o testemunho oferecido por estas ânforas para reconstituir a evolução económica deste povoado e a sua relação com as regiões produtoras destes contentores, tirando partido, sempre que possível, do enquadramento estratigráfico destes materiais com o objectivo de aproximar as balizas cronológicas oferecidas por cada forma.

Palavras-chave: Mesas do Castelinho, romano, ânforas, cerâmica, economia.

Abstract:

After suffering an unforgivable attack to the heritage in the year of 1986, the Mesas do Castelinho site, was the target for 20 campaigns of digs which revealed a large proto-historic, later “Romanized” village which in the areas less affected by the destructions is in a remarkable state of conservation. From these works resulted the recollection of hundreds of kilos of archaeological artifacts that offer what is at this moment an unique glance over the process of Romanization of the south interior region of the actual Portuguese territory from the conquest until the end of the first century A.D., starting this way to give the first steps to fill the almost emptiness of knowledge which remains in this interior region, always forgotten in favor of the coastal areas. From between these various types of artifacts we here analyze the vast collection of amphorae of roman chronology, inside which we can find a remarkable diversity of forms, including several scarcely represented or even absent in Portugal until this moment. Therefore, this dissertation intends to use the testimony offered by these

amphorae to reconstruct the economic evolution of this village and its relation with the regions which produced these containers, taking advantage, whenever possible, of the stratigraphic position of these artifacts with the goal of shortening the distance between the chronologic markers provided by each form.

Key words – Mesas do Castelinho, roman, amphorae, ceramics, economy.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	10
1. O INTERIOR DO SUDOESTE PENÍNSULAR E O POVOADO DE MESAS DO CASTELINHO.....	13
1.1. Entorno natural e humano.....	14
1.1.1. Enquadramento natural.....	14
1.1.2. A evolução do território.....	16
1.1.3. Enquadramento humano.....	18
1.2. As intervenções em Mesas do Castelinho.....	19
1.2.1. Trabalhos de escavação.....	20
1.2.1.1. Sector A1.....	20
1.2.1.2. Sector A2.....	22
1.2.1.3. Sector A3.....	23
1.2.1.4. Sector B1.....	24
1.2.1.5. Sector B2.....	24
1.2.1.6. Sector B3.....	26
1.2.1.7. Síntese dos resultados.....	28
2. ANÁLISE DO CONJUNTO ANFÓRICO.....	30
2.1. Metodologia.....	31
2.2. Fabricos.....	32
2.2.1. Fabrico da Península Itálica 1.....	33
2.2.2. Fabrico da Península Itálica 2.....	34
2.2.3. Fabrico da Península Itálica 3.....	34
2.2.4. Fabrico da Tarraconense.....	35
2.2.5. Fabrico da Bética costeira 1.....	35
2.2.6. Fabrico da Bética costeira 2.....	36
2.2.7. Fabrico da Bética costeira 3.....	36
2.2.8. Fabrico do Guadalquivir 1.....	37
2.2.9. Fabrico do Guadalquivir 2.....	37
2.2.10. Fabrico da África Proconsular.....	38

2.2.11. Fabrico da Lusitânia.....	38
2.2.12. Fabrico do Mediterrâneo Oriental	39
2.3. As áreas produtoras.....	39
2.3.1. Península Itálica.....	39
2.3.2. Bética costeira.....	40
2.3.3. Vale do Guadalquivir.....	41
2.3.4. Nordeste da Tarraconense.....	42
2.3.5. África Proconsular.....	43
2.3.6. Lusitânia.....	43
2.4. Ânforas ibero-púnicas.....	44
2.4.1. R. T. 8.2.1.1.....	44
2.4.2. R. T. 4.2.2.5.....	45
2.4.3. R. T. 9.1.1.1.....	47
2.4.4. Maña C2B.....	49
2.4.5. Grupo ideterminado 1.....	50
2.4.6. Grupo indeterminado 2.....	51
2.5. Ânforas de morfologia helenístico-romana.....	51
2.5.1. Greco-italica.....	51
2.5.2. Tripolitana Antiga.....	53
2.5.3. Dressel 1.....	54
2.5.4. Lamboglia 2.....	57
2.5.5. Apani II.....	58
2.5.6. Classe 67.....	59
2.5.7. Haltern 70.....	60
2.5.8. Ovóide Gaditana.....	62
2.5.9. Dressel 12.....	63
2.5.10. Pascual 1.....	64
2.5.11. Dressel 20A.....	64
2.5.12. Castelinho 1.....	66
2.5.13. Dressel 7-11.....	69
2.5.14. Dressel 14.....	70

2.5.15. Oberaden 83.....	71
2.5.16. Tripolitana 1.....	72
2.5.17. Verulamium 1908.....	73
2.5.18. Grupo indeterminado 3.....	73
2.5.19. Grupo indeterminado 4.....	74
2.5.20. Grupo indeterminado 5.....	74
2.5.21. Grupo indeterminado 6.....	74
2.6. Os fundos.....	75
2.7. As asas.....	77
2.8. Os opérculos.....	78
2.9. Os grafitos.....	79
3. ANÁLISE QUANTITATIVA.....	80
3.1. O NMI e a sua distribuição.....	81
3.2. Os fundos.....	82
3.3. As proveniências.....	83
3.4. Os conteúdos.....	85
3.4.1. O consumo de vinho.....	86
3.4.2. O consumo de preparados de peixe.....	88
3.4.3. O consumo de azeite.....	89
3.5. A evolução económica.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
BIBLIOGRAFIA.....	97

ANEXOS

Figuras

Estampas

Inventário

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como principal objectivo a apresentação do estudo desenvolvido sobre a economia do povoado de Mesas do Castelinho, Almodôvar, após a conquista romana, tendo como base as ânforas romanas recolhidas durante as intervenções aí realizadas entre os anos de 1987 e 2006, depositadas no Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa e na Junta de Freguesia de Santa Clara-a-Nova.

A escolha deste tema prende-se com a escassez de informações que hoje possuímos acerca dos povoados romanizados no sul do território hoje português durante os primeiros séculos de domínio romano, sendo que estes dados são ainda significativamente mais reduzidos em relação ao interior.

Deste modo, dado que o povoado de Mesas do Castelinho relevou estar notavelmente bem conservado e possuir uma boa estratigrafia, acreditei que seria um sítio especialmente adequado para levar a cabo este tipo de análise. Além destes factores, a sua posição geográfica permite que lancemos um olhar sobre o início do domínio romano numa região onde os dados são particularmente escassos.

Com este estudo propus-me ainda cumprir o objectivo secundário de contribuir para o melhor conhecimento dos tipos anfóricos aqui presentes. Porém, com o avanço da investigação foi-me possível verificar que as potencialidades desta colecção neste sentido se encontravam para além do esperado. Deste modo, também foi necessário dar maior atenção às particularidades de cada exemplar, tendo por este motivo tentado explorar todos os dados que este conjunto podia oferecer neste campo.

Deverá ser esclarecido que com o título desta dissertação me refiro às ânforas romanas não pela sua morfologia mas sim pela sua periodização, dado que a produção de ânforas de tradição ibero-púnica continua por um longo período após a conquista romana. Por este motivo foi incluída neste estudo a totalidade das ânforas de morfologia púnica cuja baliza cronológica inferior se localiza sensivelmente dentro do período de ocupação romana desta região, caso das ânforas da forma Maña C2b. Relativamente aos modelos cuja cronologia permite a sua inclusão na ocupação da Idade do Ferro ou romana, foram apenas tomados em conta os exemplares que se encontram em contextos

atribuídos ao período após a conquista romana do povoado, de forma a não ser quebrada a representatividade deste conjunto.

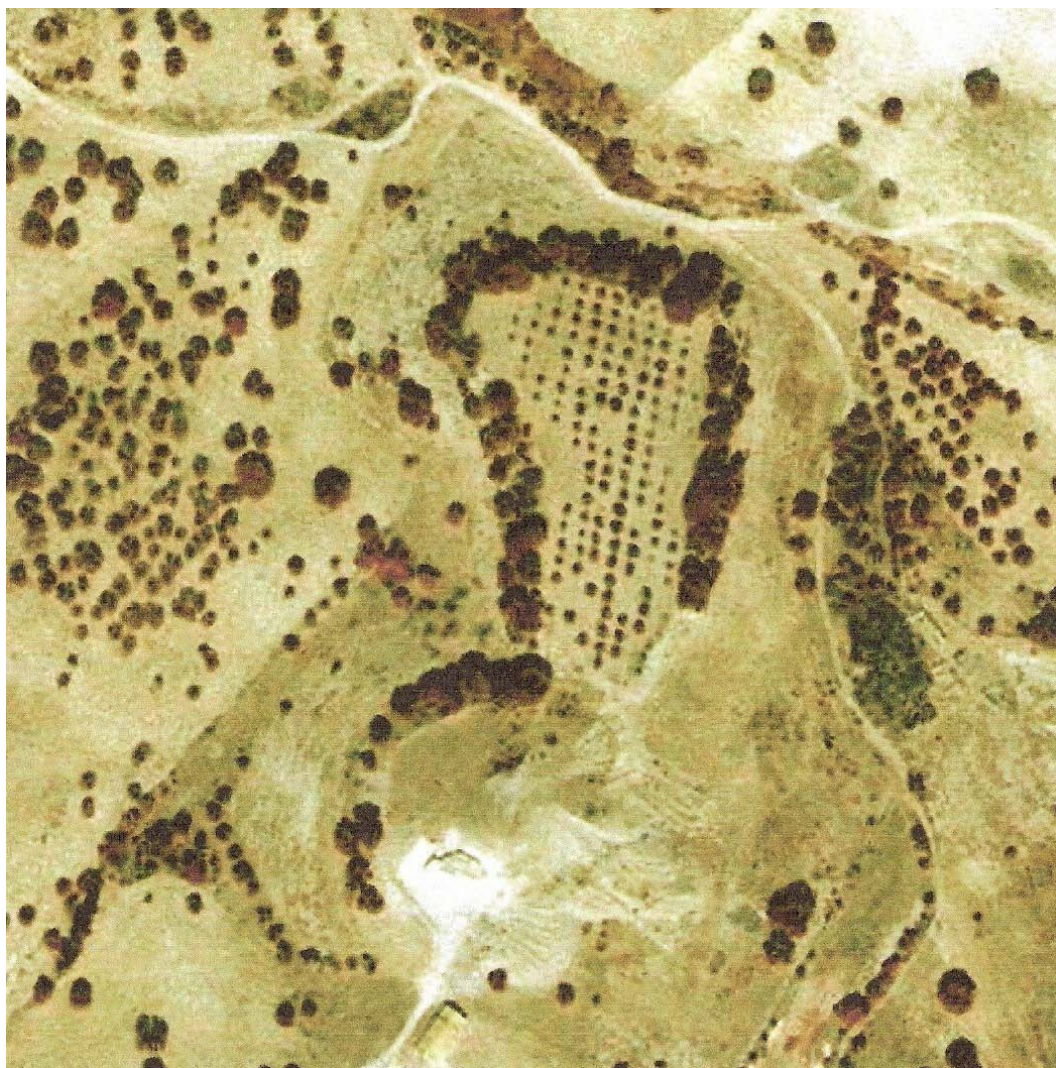
Este trabalho foi dividido em três capítulos, os quais foram construídos privilegiando a simplicidade e sintetização dos dados de forma a que não sejam perdidos de vista os objectivos desta dissertação. O primeiro tem como intenção contextualizar este conjunto a partir dos dados que possuímos sobre este povoado e a região onde se insere do ponto de vista natural e da presença humana durante o período de que nos ocupamos. Seguidamente iremos debruçar-nos sobre os diferentes fabricos identificados, as regiões produtoras e o conjunto anfórico propriamente dito, o qual foi organizado em primeiro lugar a partir da inspiração púnica ou helenístico romana de cada tipo de ânfora pelos quais este conjunto foi repartido. Dentro destes dos grandes grupos os tipos anfóricos foram ordenados cronologicamente. Por fim, o capítulo dedicado à quantificação dos dados, foi elaborado de forma a oferecer uma visão do conjunto como um todo para que possam emergir novas conclusões.

Nas últimas décadas os investigadores que se debruçam sobre estes contentores têm assistido a uma cada vez maior polémica acerca das relações forma-conteúdo. Isto pois, mesmo modelos cujo conteúdo era tido como seguro vêm agora surgir exemplares em que *tituli picti* ou outros indícios apontam para um conteúdo diferente. Assim, ainda que possamos argumentar que dentro de uma mesma forma tenham existido conteúdos minoritários entre de um conteúdo dominante, verificamos ser um facto que não podemos ligar com segurança uma determinada morfologia a um conteúdo.

Porém, a posição que assumi nesta dissertação não passou simplesmente por ignorar qualquer possibilidade de conhecer os conteúdos dos contentores aqui estudados, mas sim por acreditar que cada modelo representa um determinado conteúdo maioritário. Deste modo, na quantificação dos conteúdos apenas este foi tomado em conta, sendo os restantes conteúdos possíveis encarados como residuais. Não devemos esquecer porém que alguns contentores deverão ter sido mais especializados que outros, pelo que a importância dos conteúdos a que me refiro como residuais terá provavelmente variado.

Um outro ponto que não podemos esquecer ao realizar um estudo sobre ânforas prende-se com o facto de estas poderem não ser descartadas quando o seu conteúdo é consumido ou transvasado. Com efeito, estes contentores teriam as utilizações secundárias mais variadas, desde o reenchimento até à utilização como orinol (Beltrán Lloris, 1970). Estes fenómenos podem assim prolongar consideravelmente a vida destes contentores, tendo estes um particular impacto quando nos propomos data-los através dos seus contextos.

1. O INTERIOR DO SUDOESTE PENÍNSULAR E O POVOADO DE MESAS DO CASTELINHO



1.1. MEIO NATURAL E HUMANO

No quadro geográfico e administrativo actual, o sítio de Mesas do Castelinho encontra-se na freguesia de Santa Clara-a-Nova, pertencente ao concelho de Almodôvar, nas coordenadas UTM 200738; 057670, da C.M.P. 1:25 000, folha 572, a cerca de 300 metros de altitude.

1.1.1. Enquadramento natural

Poucos sítios se poderão dizer tão precisamente encaixados numa fronteira natural como Mesas do Castelinho. Tal deve-se a que o local de implantação deste povoado corresponde justamente ao ponto onde a peneplanície alentejana se transforma no relevo acidentado da Serra do Caldeirão (Fabião, 1998a, vol. I, p. 276).

Mais concretamente este povoado ocupa duas plataformas aplanadas, uma

superior, arredondada, e outra inferior, de maior dimensão e planta sensivelmente rectangular, perfazendo cerca de 3,5 ha, estando as duas separadas por um declive muito inclinado. Para além destas duas plataformas existe ainda a Oeste da superior uma estreita sub-plataforma adocada a esta, que a circunda por cerca de um quarto do seu perímetro.



Fig. 1 – Localização de Mesas do Castelinho

É assim graças a esta morfologia do local que podemos explicar a atribuição da primeira parte do topónimo “Mesas do Castelinho”, estado a segunda relacionada com a memória de uma ocupação antiga do local. Este sítio parece mesmo ter integrado o imaginário das populações que posteriormente habitaram esta região, dado que este local aparentemente surge num conto onde uma moura casada com um homem-lagarto vive numa casa subterrânea recheada de riquezas.

As duas plataformas possuem boas condições de defesa naturais, estando envoltas em três dos seus lados por íngremes vertentes, ainda acessíveis por um largo corredor na sua extremidade Sul, sendo reforçadas a Norte pela ribeira de Mora, que apesar do seu reduzido caudal corre mesmo durante o Verão (ob. cit., p. 276). No entanto, a morfologia que este sítio ostenta hoje terá sido produto da sua longa diacronia de ocupação, uma vez que as faces íngremes foram certamente resultado da acumulação de entulho numa encosta que deveria ser significativamente mais suave. Tal é comprovado pelo corte aberto desde o topo à base da plataforma B pela grande destruição de 1986 (Ferreira, 1991), o qual demonstra ao longo dos seus mais de cinco metros de altura como se acumularam desde o sopé os estratos de ocupação que atingem o topo da plataforma, sem dúvida devido à acção de retenção de terras provocada pelas muralhas implantadas na base. Isto deverá também explicar por que razão o povoado se distingue facilmente do relevo que o envolve, dado que este é formado por cerros arredondados e o presente sítio se afirma, principalmente a plataforma B, pelas suas vertentes íngremes e pelo seu aplanamento marcadamente artificial. A morfologia deste local permite assim classificar este povoado dentro do Tipo III estabelecido por Berrocal-Rangel, dada a sua posição no topo destas “mesas” junto a um curso de água (*apud* Fabião, 1998a, vol. I, p. 276).

Porém, a localização deste povoado não ficará certamente a dever-se ao acaso, pois encontra-se numa posição que lhe permite controlar a entrada/saída de uma das passagens através da Serra do Caldeirão, ainda que de importância secundária. Com efeito, a importância de assegurar o domínio desta via deverá ser a causa por que os seus primeiros habitantes aqui se instalaram ignorando o perigo que representava o fácil acesso ao povoado a partir de sudoeste, onde apresenta inclusivamente uma cota inferior à sua envolvência (Fabião, 1998a, vol. I, p. 276).

No que respeita à geomorfologia dos solos caberá também assinalar que Mesas do Castelinho, segundo a Carta de Capacidade de Solos (folhas 45D; 46C; 49B e 50A), se situa precisamente na linha de transição dos solos pardos mediterrâneos a Norte para os solos esqueléticos a Sul, principalmente provocados pela composição de xistos e grauvaques da Serra do Caldeirão que dão origem a solos finos e pouco férteis, ainda que, exista uma grande probabilidade de estes se encontrem hoje mais erodidos que há 2000 anos atrás. Ainda assim, mesmo os solos pardos mediterrâneos de Classe D apresentam-se pouco produtivos pelo que os habitantes deste povoado não poderiam praticar mais do que uma agricultura de sobrevivência, estando mais aptos para a pastorícia (Fabião e Guerra, 2008, p. 100).

Apesar da sua localização próxima da rica faixa piritosa portuguesa, não foram até ao momento identificados indicadores suficientes para apontar uma produção metalúrgica significativa neste povoado, apesar de serem numerosos os fragmentos de escória de ferro recolhidos aqui (Beau, 1994).

1.1.2. A evolução do território

Apesar de durante o século III a.C. Mesas do Castelinho estar longe de ser um povoado isolado, como nos provam as significativas importações de produtos, os seus contactos terão sido realizados com cartagineses ou populações dentro da sua esfera de influência, dada a importante presença da cidade norte-africana na Península Ibérica meridional (Fabião, 1997, p. 195). Assim, esta influência terá cessado apenas na última década deste século visto neste momento as tropas romanas de Cornélio Cipião terem conquistado o sul peninsular e por fim vencido a II Guerra Púnica, dominando assim um território que se estendia a áreas não muito distantes de Mesas do Castelinho. Porém torna-se difícil determinar se o papel desempenhado pelos cartagineses terá sido adoptado pelos romanos uma vez que são muito reduzidos os vestígios arqueológicos de contactos entre estes e os povos que habitavam o sudoeste peninsular até meados do século II a.C. (ob. cit., p. 199).

Os anos seguintes viram as armas romanas virarem-se do velho inimigo cartaginês para os povos peninsulares. Porém as fontes são muito escassas para a primeira metade do século II a.C. pelo que pouco sabemos sobre os avanços e recuos das fronteiras do domínio romano. Porém, são vários os investigadores que colocam hipóteses para o limite do território dominado por Roma nesta região em meados da segunda centúria antes da nossa Era (Alarcão, 1988, fig. 5), pelo que caso estejam correctas, ou este teria já alcançado Mesas do Castelinho ou este povoado tê-lo-ia às suas portas. Este dado é particularmente importante quando verificamos que o intensificar dos confrontos entre os romanos e os povos do ocidente peninsular, dando início à chamada Guerra Lusitana, sucederam no ano 155 a.C. colocando assim Mesas do Castelinho na proximidade de uma das frentes de batalha e portanto mais sujeita ao trânsito e estacionamento de tropas romanas. Porém, convém salientar que os autores clássicos referem que as maiores batalhas tiveram lugar fora até do território português, concentrando-se sobretudo na Turdetânia (ob. cit., p. 17-23).

Terminada a Guerra Lusitana em 138 a.C., o estabelecimento de bases pelos romanos no baixo vale do Tejo foi tomada pelos investigadores como um sinal de que a região a sul estaria já conquistada (Fabião, 1997, p. 205), ainda que seja de admitir que durante as décadas seguintes esta poderá também ter sido palco de sublevações, como frequentemente aconteceu na Hispânia (Arruda, 1998b, p. 167). A partir deste momento apenas conhecemos grandes desestabilizações no sudoeste peninsular durante as décadas de 70 e 40 a.C. devido às guerras civis romanas, as quais são entendidas por alguns como um período particularmente propício para a romanização das populações da Lusitânia em consequência das alianças forjadas durante estes conflitos (Alarcão, 1988, p. 27).

Durante todo este período marcado por conflitos terá sido elevado o número de tropas estacionadas nesta região, as quais necessitariam obviamente de ser abastecidas pelo menos em parte através de recursos locais ou regionais, uma vez que para além de implicarem menos gastos financeiros permitem uma menor exposição a uma quebra dos abastecimentos vindos da Península Itálica. Deste modo é provável que o povoado de Mesas do Castelinho tenha contribuído para este esforço de guerra. Porém, os meios utilizados pelo exército nesta recolha de recursos não terão passado apenas pela força,

através de tributos, mas também por comércio (Fabião, 1998c, p. 243), dando assim às populações locais a hipótese de adquirir produtos itálicos.

A segunda metade do século I a.C. e a centúria seguinte terão sido de prosperidade para esta região. Ainda antes da mudança de Era são várias as cidades que adquirem o estatuto de município ou colónia, começando também a surgir as primeiras *uillae*, indicando assim a instalação de colonos itálicos (Fabião, 1998c, p. 245). Na rica faixa piritosa portuguesa, a qual se encontra em grande parte a escassas dezenas de quilómetros para Norte de Mesas do Castelinho, as explorações estão comprovadas desde o final do século I a.C. (Maia, 1987, p. 146).

1.1.3. Enquadramento humano

No que respeita ao quadro cronológico de que aqui nos ocupamos, temos conhecimento de uma malha de povoamento muito escassa nas imediações do sítio de Mesas do Castelinho. De momento, os seus vizinhos mais próximos são quase duas dezenas de sítios que se estendem para Nordeste por 25 km, classificados como *castella* (Maia, 1987, mapa 27). A estas estruturas tem sido atribuída na sua generalidade uma cronologia concentrada no primeiro século anterior e posterior à viragem de era (Maia, 1987, p. 325-327), o que juntamente com a sua proximidade geográfica torna muito provável uma importante relação com o povoado, o qual poderia talvez assumir o papel de centro de redistribuição de produtos importados para alguns destes sítios.

Pouco além dos 30 km encontramos Garvão, que terá sido durante a Idade do Ferro um importante santuário (Correia, 1996), porém a importância detida por este local em época romana é ainda pouco conhecida apesar dos vestígios já descobertos (Beirão et. al., 1985).

Ao expandirmos o raio de visão surgem agora locais de maior importância económica e política. A cerca de 44 km para nordeste localiza-se *Myrtilis*, próspero entreposto comercial e importante centro de redistribuição de mercadorias oriundas do Mediterrâneo. Este facto é tanto mais relevante quando verificamos que a existência de significativas trocas com esta cidade está claramente visível no espólio recolhido em Mesas do Castelinho, uma vez que são numerosas as moedas oriundas desta ceca,

dominando largamente sobre o conjunto de numismas com outras proveniências.

Outra rota de entrada de produtos neste povoado poderá ter sido o caminho serrano por ele dominado neste troço que, apesar da sua importância secundária e maior dificuldade da travessia, traria assim importações desembarcadas nos portos algarvios.

1.2. AS INTERVENÇÕES EM MESAS DO CASTELINHO

O sítio de Mesas do Castelinho deverá ter sido pela primeira vez conhecido por um membro da comunidade científica em 1897 quando o então director do Museu Ethnologico José Leite de Vasconcelos partiu para uma excursão ao Baixo Alentejo. Porém, este não deverá ter-se deslocado a ele, fazendo-lhe referência apenas através das descrições de “muralha num cerro” e “cidade amuralhada” que lhe foram transmitidas pela população local (Vasconcelos, 1930-1931, p. 243). Assim, apenas nos anos 50 do século XX este sítio foi alvo de uma análise mais demorada, quando Abel Viana, Veiga Ferreira e António Serralheiro o classificaram como um povoado castrejo (Viana; Ferreira; Serralheiro, 1957), tendo recentemente sido descoberta entre a correspondência de Abel Viana a referência a uma escavação que este aqui teria empreendido (Cardoso, 2008).

Porém, para que fossem levadas a cabo investigações aprofundadas seria necessário um inacreditável atentado patrimonial. Refiro-me aos sucessos de 1986 quando o proprietário de parte dos terrenos onde se encontra o povoado decidiu encetar uma caça ao tesouro que atingiu dimensões dificilmente vistas até então. Tal deveu-se ao facto deste projecto ter tido como ferramenta um bulldozer que desfigurou a plataforma superior do povoado e efectuou um corte na plataforma inferior que atingiu cerca de cinco metros de altura (Fabião e Guerra, 2008, p. 92).

Assim, foi no seguimento deste acontecimento que os SRAZS (Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Sul) do IPPC (Instituto Português do Património Cultural) enviaram Carlos Ferreira com o objectivo de avaliar a situação do povoado.

Nesta campanha foi-lhe possível levar a cabo uma recolha de materiais de superfície e uma limpeza dos cortes rasgados pelas destruições do anterior proprietário, conseguindo assim uma primeira noção da estratigrafia do sítio, especialmente na zona sudeste da plataforma B (Ferreira, 1992).

Após esta breve intervenção de emergência os SRAZS optam então pela realização de um estudo de maior dimensão, convidando para o efeito Carlos Fabião e Amílcar Guerra. Deste modo, os investidores iniciaram os trabalhos em 1988, procedendo nesse primeiro ano à preparação dos dados e do local para o início das campanhas de escavação no ano seguinte (Fabião e Guerra, 2008, p. 93).

1.2.1. Trabalhos de escavação

Neste sub-capítulo será apresentado um breve resumo do resultado das intervenções que este sítio sofreu entre 1989 e 2006 sob a direcção de Carlos Fabião e Amílcar Guerra (fig. 1). Nesta tarefa apoiei-me essencialmente sobre os relatórios destas campanhas que os dois investigadores tiveram a amabilidade de me disponibilizar, ainda que tire também partido de outras publicações sobre este sítio.

Desde o primeiro momento dos trabalhos de escavação o estudo deste sítio beneficiou da aplicação do recente método de Barker-Harris, permitindo assim desde o início uma compreensão em área das realidades escavadas e também a manutenção de um mesmo método até ao momento sem significativas alterações.

1.2.1.1. Sector A1

A primeira campanha de escavação foi levada a cabo no ano de 1989 e incidiu sobre a plataforma superior do povoado (plataforma A), a mais destruída pelo anterior proprietário.

Os níveis correspondentes aos primeiros séculos de ocupação deste povoado durante a Idade do Ferro encontravam-se muito afectados pela construção do complexo habitacional romano, no entanto, puderam ser ainda identificados níveis deste período sob alguns destes compartimentos e sobretudo na área que se encontra imediatamente a

sul. Esta ocupação parece recuar até século V/IV a.C., como parecem indicar as cerâmicas áticas e de matriz estampilhada e as ânforas ibero-púnicas. Estes níveis mais antigos, no entanto, apenas se encontravam associados a buracos de poste e empedrados, o que sugere que a ocupação aqui, pelo menos num determinado momento da Idade do Ferro, terá acontecido em estruturas precárias (Fabião e Guerra, 1994b).

Apesar de afectada por perturbações recentes, as quais não correspondem somente às destruições do anterior proprietário mas também a fossas de época muçulmana, os níveis melhor conservados correspondem a um complexo de construções do período romano republicano, formado por um conjunto de cinco compartimentos rectangulares, em relativo bom estado de conservação, ainda que afectados em alguns pontos pela escavação de fossas muçulmanas, enquanto dois outros compartimentos haviam sido cortados durante a ocupação islâmica.

Não obstante somente haver subsistido a base dos muros, constituída por lajes de xisto, a natureza muito argilosa dos estratos no seu interior destes compartimentos permite deduzir que sobre esta base assentariam paredes de barro e acima destas uma cobertura em materiais perecíveis, sendo esta última hipótese sustentada pela ausência de cerâmica de cobertura e pela existência de um conjunto de orifícios escavados na rocha, alguns dos quais se deverão tratar de buracos de poste. A maioria destes compartimentos encontrava-se servida por uma ou mais lareiras, muitas das quais sofreram várias sobreposições ao longo da ocupação destes espaços, estando também presentes em dois compartimentos bancos corridos. Estes espaços não permaneceram, porém, estáticos, dado que num momento indeterminado do século I a.C. os sentidos de circulação foram completamente alterados através da abertura de novas portas e fecho de antigas.

A análise do espólio de importações romanas, particularmente o depósito de campaniense A da U.E. 72, e cerâmica comum de tradição indígena indica-nos que a ocupação de época republicana desta área poderá recuar no máximo aos meados do século II e terá terminado no terceiro quartel do I a.C., contribuindo para este limite superior a ausência de *terra sigillata* (Fabião, 1998a, vol. I, p. 304).

A NO deste edificado foi possível identificar uma sequência de outros estratos romanos (U.E.'s 39; 41 e 43) muito ricos em espólio de época republicana num espaço

sem estruturas, a qual deverá ter-se depositado entre os finais do século II a.C. e o final do terceiro quartel do século I a.C. (Fabião e Guerra, 1994a, p. 280).

Também a N foram localizados vestígios de época romana, porém a fraca potência estratigráfica revelou estruturas e camadas em mau estado de conservação. Apesar disto a recolha de cerâmicas de importação levou os investigadores a datarem do terceiro quartel do século I a.C., ainda que com muitas reservas (Fabião, 1998, vol I, p. 279).

Directamente acima do complexo de construções encontrava-se uma ocupação pertencente ao período muçulmano, a qual havia levantado sobre este lugar uma pequena fortificação envolvida por um fosso e da qual foram identificados dois torreões, porém os níveis correspondentes ao seu interior não se encontravam já conservados. A existência de uma zona de lixeira dentro do fosso foi particularmente importante, uma vez que o abundante espólio pôde localizar esta ocupação islâmica no período Emiral e Califal, ou seja, entre o século IX e XI (Guerra e Fabião, 1993).

1.2.1.2. Sector A2

Os trabalhos neste sector, localizado a SE do sector A1, foram iniciados no ano de 1992, porém, dada a escassez de financiamento, estes puderam apenas ser retomados em 1995. Esta intervenção partiu de uma realidade composta pela muralha pré-romana e por muros aflorando à superfície e uma extensa vala a N, correspondente às destruições do antigo proprietário. As escavações nesta área revelaram dois compartimentos com métodos construtivos análogos aos identificados no sector A1, com pavimentos em adobe, encontrando-se encostados à muralha. No entanto, a existência num deles de duas fossas cuja estruturação sugere a presença de fornos relacionados com a metalurgia do ferro, indica a funcionalidade deste compartimento e possivelmente do contíguo (Fabião e Guerra, 1996).

As morfologias e decorações do espólio cerâmico, assim como a ausência de importações romanas levaram os investigadores a datar a sua ocupação entre o século V e meados do II a.C., momento em que parecem ser abandonados (ob. cit.).

1.2.1.3. Sector A3

Com o intuito de analisar áreas do povoado menos afectadas pelas recentes destruições, os investigadores decidiram a abertura em 1996 de um novo sector a NE dos dois então em intervenção (Fabião e Guerra, 1996, p. 10).

Nesta área foi novamente identificada a muralha do povoado, estando-lhe associados quatro compartimentos de época pré-romana que, tal como no sector A2, a utilizaram como uma das suas paredes. No seu interior, apesar da escassez de espólio, assinala-se a ausência de importações romanas, o que serve de base para a atribuição desta cronologia (Fabião e Guerra, 1999).

Quando passamos ao período republicano observa-se que a muralha e estes compartimentos foram desactivados neste momento, dando lugar a extensos entulhamentos pétreos resultantes da demolição das muralhas, aos quais se juntaram aterros para aplanar estas destruições. Entre estes aterros há a destacar a U.E. 145, cujas importações romanas apontam para uma formação dentro século II a.C., sendo especialmente expressiva uma taça de cerâmica campaniense do grupo F1123 datada de fins do século III / primeira metade do II a.C. Deste modo, as estruturas desta nova fase são construídas sobre os restos da muralha, no entanto, encontram-se em mau estado de conservação (Fabião e Guerra, 1999, p. 7).

Apesar dos danos sofridos por esta área foi possível verificar que esta sofreu numerosas remodelações após a conquista romana, muitas delas recorrendo a estruturas de materiais perecíveis, como parecem indicar os vários buracos de poste aqui identificados. Assim, foi possível individualizar quatro fases distintas, tendo a última perdurado até ao terceiro quarto do século I a.C. (ob. cit.) Aguarda-se, no entanto, um estudo mais aprofundado do espólio destas fases para que possam ser definidas as balizas cronológicas para cada uma delas.

No que diz respeito ao período muçulmano, foi recolhida uma considerável quantidade de materiais que lhe podem ser atribuídos, especialmente telhas que indicarão a existência de espaços cobertos nesta área, porém não foram identificadas estruturas para esta época (Fabião e Guerra, 1997, p. 7).

1.2.1.4. Sector B1

Também no ano de 1996 foi levada a cabo uma pequena sondagem na margem E da plataforma B, onde o anterior proprietário foi responsável por mais destruições, como forma de analisar mais profundamente os dados e materiais recolhidos em 1987 por Carlos Ferreira (Fabião e Guerra, 1996, p. 12-13).

Aqui foram identificados novos muros pertencentes à ocupação pré-romana junto com uma sequência de pavimentos e lareiras associados a cerâmicas deste período, entre as quais se encontravam importações púnicas (ob. cit.).

Sobre estas realidades assentava um compartimento do período republicano que abria para o interior do povoado a O, mas cujo limite E havia sido cortado pelas destruições do anterior proprietário. Acima do seu pavimento de argila foram recolhidas numerosas importações que permitiram aos investigadores colocar a sua construção/utilização/abandono dentro do século I a.C. (Fabião, 1998a, vol. I, p. 322).

Desafortunadamente não foi possível localizar estruturas de cronologia imperial, porém num espesso estrato superficial, U.E.'s 0 e 1, de quase um metro de altura, foram recolhidos abundantes fragmentos de cerâmica, sendo particularmente expressiva a presença de *terra sigillata* itálica e sudgálica e também um conjunto de *tegulae* que provavelmente terá pertencido a uma estrutura desta fase de ocupação (Fabião e Guerra, 1996).

1.2.1.5. Sector B2

Graças a uma melhoria dos financiamentos e do apoio da administração central em 1997 foi possível iniciar uma intervenção em área na plataforma B, a qual havia já sido considerada pelos investigadores como a mais importante do povoado (Fabião e Guerra, 1997, p. 9).

Tal como havia já sucedido em algumas áreas da plataforma superior, foram aqui identificados alguns materiais líticos e um machado de bronze, ainda que fora de contexto, indicando que o local onde este povoado foi implantado poderá ter tido

alguma espécie de utilização durante o Calcolítico e Idade do Bronze (Fabião e Guerra, 1997, p. 12).

A ocupação desta área parece ter-se iniciado, tal como nas restantes, no século V ou IV antes da nossa Era, através de dois edifícios quadrangulares de base pétrea, subdivididos em dois compartimentos, alinhados paralelamente ao sentido da plataforma (Fabião e Guerra, 2002, p. 20). Num momento posterior foi construído um muro paralelo às paredes exteriores destes edifícios e o espaço de cerca de três metros entre eles cheio de pedras de maneira a formar uma muralha (Fabião e Guerra, 2001, p. 16).

Os materiais pertencentes a este período afirmam-se desde logo pela ausência de importações romanas, ainda que estejam presentes outras importações do mundo hispânico, de que são exemplos um recipiente com decoração a pente, típico do “mundo Vetão”, ânforas ibero-púnicas da Baía de Cádiz e cerâmica ática (Fabião e Guerra, 2001).

Em época republicana foram realizadas numerosas alterações na organização deste espaço, ainda que em muitas situações as paredes destas novas fases se apoiem sobre as das ocupações anteriores. Assim passam agora a existir quatro compartimentos alongados no sentido E-O, alguns deles subdivididos, tendo o acesso a E (Ambientes I a VI). Foi também possível confirmar que neste momento a muralha do povoado já se encontraria desactivada, sendo que a O onde se encontrava a estrutura da Idade do Ferro cada compartimento possui a uma parede independente. Tal não impede porém que a justaposição dos compartimentos elimine a presença de passagens para o interior/exterior do povoado, pelo se trataria de um “povoado cego” (Fabião e Guerra, 2000).

Durante este período estas estruturas sofreram numerosas remodelações, onde têm particular importância as estruturas em terra, com uma sucessão de diferentes pisos resultado de soluções muito diferentes, variando entre pavimentos compostos por grandes lajes de xisto e outros simplesmente de argila (Fabião e Guerra, 1997; Fabião e Guerra, 1999).

Apesar da enorme complexidade de todas estas remodelações foi possível aos investigadores individualizar três fases de ocupação, com respectivas construções e

abandonos, dentro desta época. Deste modo à fase I é atribuída uma cronologia dentro do último terço do século I a.C. (Fabião e Guerra, 1998, p. 12). Não deverá ter existido uma distância temporal significativa entre as fases Republicana I e II, pelo que esta última é atribuída aos inícios do último terço do século I a.C. (ob. cit., p. 14). A datação da fase III afigura-se mais ambígua, podendo assim apenas ser proposta uma cronologia dentro do século I a.C. anterior às fases Republicana I e II (ob. cit.).

Estas diferentes fases de ocupação republicana ofereceram uma grande quantidade de espólio cuja cronologia compreende um período entre o século II a.C. e os finais do I a.C. Porém, para além das importações romanas verifica-se também uma muito expressiva presença de cerâmicas de tradição indígena (Fabião e Guerra, 1999).

Verificou-se novamente a presença de importações de época imperial, em particular *terra sigillata* itálica e sudgálica, porém não foi ainda possível identificar estratos conservados desta fase de ocupação (ob. cit., 1999).

Mais surpreendente se revelou a presença de uma ocupação muçulmana na plataforma inferior, uma vez que a fortificação havia sido interpretada como um ponto isolado (Fabião e Guerra, 1990, p. 23). Porém, a presença de uma significativa quantidade de telhas e fossas desta época assegura o prolongamento da ocupação nesta área. Este facto tem, no entanto, o aspecto negativo de com as suas estruturas negativas ter efectuado extensos danos nos estratos romanos e pré-romanos (Fabião e Guerra, 1999).

1.2.1.6. Sector B3

No ano de 2002 a quase conclusão do sector B2 permitiu aos investigadores voltarem o seu olhar para a área mais interior do povoado, com o objectivo de averiguar de que modo este aí se organizaria, abrindo para isso uma nova área imediatamente a nascente do anterior sector (Fabião e Guerra, 2002).

Logo abaixo da superfície foram aqui definidos dois edifícios de dimensões significativamente maiores que os existentes no sector B2 (Ambientes I e II no edifício Sul e XI no Norte), possuidores de dois andares acessíveis a partir da rua já identificada em B2 (Rua 1), construídos durante o período romano republicano. No entanto,

verificou-se que num segundo momento este segundo piso colapsou e após a reconstrução destes edifícios apenas o piso térreo terá permanecido em utilização (Fabião e Guerra, 2003, p. 16).

Também data do período republicano o espaço de rua, para onde abrem as casas aqui identificadas. Porém, num momento tardio da vida deste povoado, talvez já em época imperial, esta rua foi cortada por uma estrutura, pelo que deverá ter perdido a sua funcionalidade como espaço de distribuição. No entanto, a atribuição de uma cronologia para os estratos desta rua é particularmente difícil, uma vez que em alguns dos aterros foram utilizadas terras deslocadas de outras áreas do povoado, contendo materiais de momentos anteriores, não permitindo datar o momento destes aterros (Fabião e Guerra, 2005).

Pela primeira vez foi possível identificar estratos e estruturas de época imperial sobre os dois grandes edifícios, tendo-se verificado que as paredes dos compartimentos deste período se sobrepõem em parte às republicanas, ainda que com uma organização do espaço diferente, sendo que os dois compartimentos do período anterior são agora subdivididos para formar quatro. Porém, estas construções encontram-se em mau estado de conservação, o que em parte se deverá ao aparelho menos cuidado em comparação com o das estruturas de época republicana (Fabião e Guerra, 2003, p. 17).

Por detrás do edifício N surgiu um novo compartimento rectangular (XVII), muito alongado no sentido E-O, que numa fase de ocupação posterior foi dividido em dois (VIII e X) (Fabião e Guerra, 2005).

A E deste edifício foi identificada um novo espaço de rua (Rua 2) paralelo ao anterior, indiciando assim uma organização ortogonal deste povoado. Por sua vez, a E desta rua foi detectado um novo edifício de época republicana do qual foram escavados três compartimentos (XIII, XIV e XVI), ainda que parcialmente, uma vez que o limite S de todos eles se prolonga para lá da área escavada (Fabião e Guerra, 2006, p. 12).

No compartimento que define o ambiente XIV foi mesmo possível identificar duas curiosas realidades. No canto NO deste compartimento foram recuperados dois fundos de ânforas béticas inseridas cada uma no seu respectivo orifício, estando um

deles estruturado por blocos de xisto, para que encostadas à parede pudessem manter-se em posição vertical com mais segurança (ob. cit., p. 16).

Alguns destes níveis de ocupação revelam uma clara cronologia imperial, principalmente assente nos fragmentos de *terra sigillata* itálica e sudgálica, para além de algumas ânforas cuja produção se iniciou nesta época, caso da forma Dressel 14 (Fabião e Guerra, 2006).

1.2.1.7. Síntese dos resultados

Após esta exposição das intervenções por sectores creio que será útil um breve resumo destes resultados numa perspectiva global.

Mantém-se ainda incerta qual terá sido a utilização desta área durante o Calcolítico e Idade do Bronze, porém a escassez de materiais passíveis de serem atribuídos a estas épocas deverá ser um indicio de que esta foi pouco significativa (Fabião e Guerra, 2008, p. 98).

Assim, observamos um povoado fundado no final do século V, com base na recolha de fragmentos de cerâmica ática, particularmente de “taças Cástulo”, que num primeiro momento constrói apenas habitações de materiais perecíveis, mas pouco depois levanta construções pétreas e rodeia as duas plataformas de uma muralha, ainda que, pelo menos na plataforma inferior, pareça ter edificado habitações apenas junto ao seu limite. Apesar da localização afastada do litoral, esta população não se encontrava, porém, isolada uma vez que as importações de ânforas ibero-púnicas, cerâmica ática ou cerâmica de bandas pintadas demonstram contactos com as regiões costeiras (ob. cit.).

Num momento ainda pouco seguro do século II a.C. este povoado cai sob domínio romano, o que devido à ausência de um marcado episódio de destruição deverá ter ocorrido sem violência, tendo sido certamente este novo poder o responsável pelo desmantelamento da muralha e pelo novo urbanismo de ruas ortogonais, alargando a área habitada para o centro das duas plataformas, fenómeno que recentemente veio a ser confirmado através das prospecções geofísicas aqui realizadas (ob. cit., p. 103). Ao nível mobiliário as importações multiplicam-se, dominando os produtos chegados da

Península Itálica, mas com as importações hispânicas progressivamente a ganhar importância, ainda que as produções locais mantenham as morfologias do período anterior.

Para o período imperial contamos apenas com os dados do sector B3, porém, aparentemente a plataforma superior já não se encontraria ocupada durante este momento (Fabião, 1998, vol I, p. 329). Verificamos que neste sector os compartimentos que existiam durante a república são subdivididos e neles são aplicados métodos de construção menos cuidados, tendo também a organização do povoado sofrido desestabilizações. Em relação à plataforma A revela-se mais incerto o papel que poderia desempenhar neste momento, uma vez que apenas contamos com alguns fragmentos de *terra sigillata* e de ânforas descontextualizados.

Desafortunadamente, apesar dos investigadores terem conseguido definir várias fases de ocupação para cada um dos sectores intervencionados, algumas delas aguardam um estudo aprofundado dos materiais para que possam receber balizas cronológicas precisas. Felizmente encontra-se em curso um estudo sobre as cerâmicas campanienses de Mesas do Castelinho, o que em muito deverá contribuir para o aperfeiçoamento da datação de grande parte das fases de ocupação identificadas. Deste modo parte do conjunto anfórico aqui analisado necessitará esperar por este estudo para que lhe possam ser atribuídas cronologias mais finas.

Após um hiato de ocupação de vários séculos em que o local deverá ter sido apenas visitado por pastores que aí procuraram abrigo, foi construída uma fortificação islâmica na plataforma superior e uma povoação na inferior, seguindo aparentemente o modelo de *hishn*, frequente na Andaluzia. Esta presença não foi porém muito prolongada, uma vez que o espólio aponta para uma duração de aproximadamente dois séculos entre o IX e o XI (Guerra e Fabião, 2001, p. 174).

2. ANÁLISE DO CONJUNTO ANFÓRICO



2.1. METODOLOGIA

A abordagem do conjunto de fragmentos aqui analisados seguiu uma série de diferentes passos. Dado que estes materiais se encontravam já na sua quase totalidade triados por bojos, bordos, asas, fundos, opérculos e grafitos, apenas algumas U.E.'s me exigiram que efectuassem este procedimento. Destas categorias os bordos, fundos, opérculos e grafitos foram desenhados, fotografados e medidos na sua totalidade, sendo as asas somente contabilizadas. Com o auxílio de uma lupa de 20 aumentos procedi à criação dos grupos de fabrico dentro dos quais todos os fragmentos foram enquadrados. Todos estes dados foram de seguida introduzidos numa base de dados criada para o efeito utilizando o programa Microsoft Access. A classificação dos exemplares foi apenas efectuada após uma longa pesquisa bibliográfica e uma análise dos dados recolhidos para que pudesse beneficiar de uma demorada ponderação.

Dado que o conjunto aqui em estudo possui uma variabilidade formal extremamente grande, verifiquei que seria impossível seguir uma única tipologia que contivesse todas as formas, ainda que a de Peacock e Williams (1986) seja a que mais se aproxima deste feito. Porém, creio que as classificações utilizadas num estudo deste tipo de cerâmicas devem ser aquelas que melhor definam as especificidades dos exemplares em análise, pelo que foi o critério escolhido para este estudo, ainda que tal tenha causado uma grande heterogeneidade de tipologias.

Uma vez que neste momento da investigação anfórica portuguesa existem vários recentes e profundos trabalhos que se debruçam sobre as ânforas dos três primeiros séculos de domínio romano no território português (Pimenta, 2004; Buraca, 2005; Bargão, 2006; Almeida, 2006; Filipe, 2008), creio que seria uma repetição desnecessária voltar aqui a realizar uma análise exaustiva das formas de que estes se ocuparam com grande rigor quando nada ou quase nada de novo há a dizer. Assim, decidi incluir apenas uma breve introdução de cada modelo referindo somente os aspectos mais importantes, que entendo serem a sua descrição, datação, origem,

conteúdo e dispersão no território português. Foi necessário, porém, fazer uma excepção no caso da forma Castelinho 1, que ao ser aqui pela primeira vez definida exige maior atenção.

Deste modo existe uma maior oportunidade de abordar as particularidades do conjunto de Mesas do Castelinho, o que creio ser mais relevante para os objectivos desta dissertação.

Nos últimos anos têm sido muitos os trabalhos de divulgação no âmbito dos métodos de quantificação, o que levou frequentemente à multiplicação destes (Raux, 1998). De entre esta miríade de métodos destacam-se por ventura três: o número mínimo de indivíduos (NMI), o número máximo de indivíduos e o *estimated vessel equivalent* (EVE) (ob. cit.). Porém, ao escolher aquele ou aqueles a adoptar há que, em primeiro lugar, ter em conta as características do conjunto a analisar. Deste modo, considero que não seria apropriada a utilização do nmi, dado que utiliza na contabilização todos os fundos presentes, facto desaconselhável para o estudo de ânforas visto muito frequentemente ser impossível determinar com aceitável segurança o modelo concreto a que pertencem. Também, o EVE não seria adequado para este universo em particular, uma vez que a maioria dos exemplares possui bordos muito fragmentados, o que levaria certamente a uma subestimação artificial do número real de contentores. Creio portanto que a utilização do NMI será a mais apropriada a este conjunto, beneficiando também desta forma da possibilidade de efectuar comparações com o elevado número de estudos deste tipo de materiais que adoptaram igualmente este método de quantificação (Filipe, 2008; Bargão, 2006, Pimenta 2005).

2.2. FABRICOS

A definição de grupos de fabrico elaborada para este conjunto não pretende de modo nenhum ser exaustiva individualizando todos os pequenos desvios existentes numa determinada região produtora. O objectivo foi sim o de criar grupos que permitissem a sua atribuição a uma região de onde as pastas dos contentores partilhassem características base.

Deste modo foram individualizados 12 fabricos cujas características são expostas abaixo, juntamente com uma imagem de detalhe de cada um ilustrada à escala de 5:1. Para a descrição das cores é indicado entre parênteses o código de Munsell (2000) correspondente.

2.2.1. Fabrico da Península Itálica 1 (FPI1)

Este fabrico possui uma pasta sonora, pouco depurada com colorações que variam entre o bege (10YR 7/3) e o vermelho (7.5YR 7/6), com a predominância desta última. Possui uma fractura irregular e grande quantidade de fissuras.



Como elementos não plásticos (E.N.P.'s) são muito frequentes as partículas negras vulcânicas, a mica, o quartzo e o feldspato, com calcites menos abundantes. Na superfície exterior é comum existir um espesso revestimento branco (2.5Y 8/2), resultado da utilização de água salgada durante a mistura da argila antes da secagem (Peacock e Williams, 1986, p. 45).

Este é o tradicional fabrico das chamadas pastas *eumachi* produzidas na região de Pompeia (Hesnard et. al., 1989, p.38). Porém, durante o cerco de Numância começam a surgir as falsas *eumachi*, produzidas em áreas da Península Itálica ainda não identificadas e cuja diferenciação apenas é possível através de análises químicas. Dado que os estudos realizados indicam que as falsas *eumachi* apenas parecem passar a dominar no século I a.C. (ob. cit., fig. 21), é quase inevitável que dentro deste fabrico que aqui definimos se encontrem ambas as produções sem que tenhamos possibilidade de as diferenciar.

Está certamente relacionado com as produções da costa tirrénica destinadas aos famosos vinhos desta região.

Este fabrico constitui 17,7% do NMI de Mesas do Castelinho (44 fragmentos).

2.2.2. Fabrico da Península Itálica 2 (FPI2)

Pasta compacta de cor bege (5 YR 8/2) muito depurada, com fractura lisa e vacúolos pouco frequentes de pequena dimensão.

Os E.N.P.'s são muito pouco abundantes, compostos na sua quase totalidade por pequenas partículas de calcário.

Tem como origem a região de Brindisi, na costa sudeste da Península Itálica.

Este fabrico constitui 0,4% do NMI de Mesas do Castelinho (um fragmento).



2.2.3. Fabrico da Península Itálica 3 (FPI3)

Pasta compacta de cor rosada (5YR 7/8), depurada, com fractura ligeiramente ondulada, sem vacúolos visíveis.

Os desgordurantes são abundantes, constituídos principalmente por grãos negros de média dimensão.

Deverá corresponder às produções da região meridional da Península Itálica.

Este fabrico constitui 0,4% do NMI de Mesas do Castelinho (um fragmento).



2.2.4. Fabrico da Tarraconense (FT)

Pasta compacta, de cor rosada (5YR 5/8) pouco depurada, com fractura ondulada. Na superfície interna e externa apresenta um revestimento esbranquiçado (2.5Y 8/2) provavelmente resultado da utilização de água salgada no tratamento da argila.



Os E.N.P's são muito frequentes de pequena e média dimensão, constituídos principalmente por calcário, quartzo e feldspato.

Está muito provavelmente relacionado com as produções da actual costa catalã.

Este fabrico constitui 0,8% do NMI de Mesas do Castelinho (dois fragmentos).

2.2.5. Fabrico da Bética costeira 1 (FBC1)

Pasta calcária, branda, muito depurada, cuja coloração varia entre o bege 5YR 8/2 e o vermelho claro (10R 7/4), sendo muito frequentes os tons amarelados e também as pastas bicolores. Possui uma fractura ondulada e vacúolos pouco frequentes.



Apenas dois fragmentos apresentam um engobe de cor esbranquiçada (2.5Y 8/2).

Os E.N.P's são pouco abundantes, sendo principalmente constituídos por calcites muito finas e grãos de quartzo.

Devido às semelhanças das argilas das duas margens do Estreito de Gibraltar assim como dos modelos fabricados em ambas as regiões, torna-se impossível afirmar com segurança que alguns dos exemplares deste fabrico não foram produzidos na margem norte-africana.

Este fabrico constitui 23,7% do NMI de Mesas do Castelinho (59 fragmentos).

2.2.6. Fabrico da Bética costeira 2 (FBC2)

Pasta calcária, menos porosa que a anterior, de tons esbranquiçados (2.5Y 8/3), podendo o cerne apresentar a mesma cor que a superfície ou uma coloração bege. Possui uma fractura ligeiramente ondulada e ocasionais fissuras de pequena dimensão.



Os E.N.P.'s são frequentes, constituídos maioritariamente por grãos de quartzo de pequena e média dimensão.

Este fabrico constitui 9,6% do NMI de Mesas do Castelinho (24 fragmentos).

2.2.7. Fabrico da Bética Costeira 4 (FBC3)

Pasta branda, porosa, de cor laranja escura (5YR 6/4) com fractura ondulada e frequentes vacúolos de pequena dimensão.



Os E.N.P.'s são muito abundantes, constituídos por fragmentos angulosos de quartzo e pequenas calcites.

Ainda que com algumas reservas este fabrico poderá corresponder a um espaço mais interior da costa de Cádiz, a chamada “campiña gaditana” (Carretero Poblete, 2004a, p. 427).

Este fabrico constitui 0,4% do NMI de Mesas do Castelinho (um fragmento).

2.2.8. Fabrico do Guadalquivir 1 (FG1)

Pasta sonora, de cozedura oxidante, com colorações predominantemente beges (5 YR 6/4) mas que podem ir até ao rosa (2,5YR 7/4), fractura irregular e vacúolos frequentes. Alguns exemplares apresentam restos de uma aguada amarelada (10 YR 8/2) na superfície exterior, sempre mal conservada.



Os seus E.N.P.'s são muito frequentes, predominando o quartzo, o felpato e a calcite, mas estando também presente em menor quantidade a mica.

Este fabrico constitui 43,4% do NMI de Mesas do Castelinho (106 fragmentos).

2.2.9. Fabrico do Guadalquivir 2 (FG2)

Este é um fabrico minoritário com pasta branda, muito fina e plástica, de cor amarela (2.5Y 8/2) na superfície exterior e laranja (2.5YR 5/8) no cerne.



Entre os frequentes E.N.P.'s destaca-se a presença de calcites, quartzo, mica e pequenos nódulos ferruginosos.

Parece também ter sido identificado em Santarém como o fabrico 11 de Rui Almeida (2006).

Este fabrico constitui 0,4% do conjunto de Mesas do Castelinho (um fragmento).

2.2.10. Fabrico da África Proconsular (FAP)

Pasta compacta, vermelha clara (2.5 YR 7/4), depurada, com pequenos vacúolos frequentes e fractura ondulada.

Na superfície interna e externa verifica-se a existência de um espesso revestimento de cor esbranquiçada (2.5Y 8/2) que corresponderá ao uso de água salgada no tratamento da argila. Este revestimento não se encontra presente em apenas um exemplar.

Os E.N.P.'s são frequentes, tratando-se quase exclusivamente de calcites de pequena dimensão.

Este fabrico constitui 2% do NMI de Mesas do Castelinho (cinco fragmentos).



2.2.11. Fabrico da Lusitânia (FL)

Pasta compacta, grosseira, de cor laranja clara (2.5YR 5/8). São frequentes as fissuras e o vacúolos de pequena e média dimensão.

Os desengordurantes são muito frequentes, encontrando-se presentes cima de tudo grãos rolados de quartzo de média e grande dimensão, a que se juntam alguns nódulos de cerâmica cozida.

Tem provavelmente origem nas olarias existentes nos baixos vales dos rios Tejo ou Sado.

Este fabrico constitui 0,4% do NMI de Mesas do Castelinho (um fragmento).



2.2.12. Fabrico do Mediterrâneo Oriental (FMO)

Pasta compacta de cor castanha clara (10YR 6/1), depurada, com pequenos vacúolos. A fractura é ondulada.

Os E.N.P's são pouco frequentes, finos e muito finos. Estes são constituídos sobretudo por quartzo e pequenos grãos negros.



Este fabrico constitui 0,4% do NMI de Mesas do Castelinho (um fragmento).

2.3. AS ÁREAS PRODUTORAS

2.3.1. Península Itálica

Com o começo da expansão romana para fora da Península Itálica e a criação de uma economia de excedentes baseada em trabalho escravo no final do século III a.C., inicia-se o desenvolvimento do comércio itálico. Assim, vemos como consequência a adopção do modelo de ânfora greco-itálica clássica para o transporte do vinho, indício da dinamização deste comércio (Molina Vidal, 1997). Como é claramente observável através da evolução da morfologia dos lábios, não existe um momento preciso de substituição do tipo greco-itálico pelo Dressel 1, mas sim uma progressiva transição operada no terceiro quartel do século II a.C. nos centros de produção da costa tirrénica (Peacock e Williams, 1986, p. 85). Neste momento, na costa adriática é também lançado um modelo para competir com o Dressel 1, o Lamboglia 2, o qual se encontra bem representado em grande número de naufrágios (Fabião, 1998a, vol. II, p. 385).

Na segunda metade do século I a.C. a agricultura itálica entra em declínio devido à escassez de mão-de-obra escrava deixando de exportar os seus produtos para as províncias com produções próprias, como a Hispânia (Molina Vidal, 2002, p. 283).

Estas transformações terão mesmo um papel importante na modificação dos modelos anfóricos, onde o tipo Dressel 1 é substituído pelo Dressel 2-4 (ob. cit., p. 287).

Apesar das evidências de exportações de produtos alimentares italianos serem de longe dominadas pelo vinho, a importância do azeite para os exércitos itálicos em campanha durante os séculos II e I a.C., não apenas a nível alimentar mas também de iluminação, dita que este produto deveria ser exportado em quantidades consideráveis pela Península Itálica (Fabião, 1998a, vol. II, p. 386). Porém, são ainda muitas as dúvidas quanto aos tipos anfóricos que transportariam este azeite, ainda que a região meridional da Apúlia, e em particular a área de Brindisi, seja apontada como um centro de produção (*apud* Bargão, 2006, p. 50).

2.3.2. Bética costeira

Esta região destaca-se sem dúvida pela sua longa tradição como centro produtor de ânforas ibero-púnicas, antecedendo em vários séculos a presença romana. Deste modo não é surpreendente verificar que existe aqui um apego a estes antigos modelos e influências, que continuam a ser produzidos durante um longo período após a conquista, de que são exemplo os tipos Maña C2B, Pellicer D, R. T. 8.2.1.1. e R. T. 9.1.1.1. Porém, apesar do domínio romano não ter inicialmente causado um grande impacto nestes aspectos morfológicos, a indústria de transformação de pescado sofre durante o século II, e principalmente na sua segunda metade, um notável desenvolvimento (Lagóstena Barrios, 2001, p. 217). Com efeito, esta aceleração pode ser observada tanto na expressividade dos contentores responsáveis pelo transporte destes preparados de peixe nos centros de consumo, como na magnitude que assumiu a produção destas ânforas nas olarias da Bética costeira (Lagóstena Barrios, 1996).

Apesar desta ligação ao passado púnico, os oleiros desta região cedo começaram a imitar as formas romanas, de que são prova as produções de ânforas Greco-itálicas em Torre Alta, Cádiz, datadas entre finais do século III e meados do II a.C. (Garcia Vargas, 1996, p. 54), ainda que continuem neste momento a dominar os anteriores modelos ibero-púnicos.

Assim é apenas no século I a.C., com o novo impulso da indústria de preparados de peixe, que os modelos ibero-púnicos começam efectivamente a ser substituídos por imitações de formas romanas, como a Dressel 1, e outras já com morfologias inspiradas nestas mas já propriamente hispânicas, caso da Classe 67 e da Dressel 12 (Garcia Vargas e Bernal Casasola, 2008, p. 664).

No final desta centúria fazem a sua aparição as ânforas da família Dressel 7-11, que virão a atingir grande sucesso juntamente com uma outra família já no início do século I d.C., a Beltrán II (Lagóstena Barrios, 2001, p. 236). Durante a segunda metade deste século que marca o auge dos preparados de peixe béticos entrará em cena uma nova forma, a Dressel 14, sucedendo à série Dressel 7/11 e competindo com a Beltrán II.

Apesar da sua grande vocação para o fabrico de preparados de peixe, não podemos, no entanto, considerar que este seria o único produto alimentar exportado em ânforas por esta região, sendo disto prova a descoberta de ânforas ostentando *tituli picti* referente a conteúdos vínicos (Garcia Vargas, 1998, p. 205).

2.3.3. O vale do Guadalquivir

Apesar de esta ser uma das principais áreas de produção de ânforas da Hispânia Republicana, o nosso conhecimento sobre os centros oleiros desta época é extremamente reduzido. Apesar disto, graças à análise das pastas podemos atribuir uma grande quantidade de produções anfóricas a esta região. Deste modo o avanço dos conhecimentos sobre as ânforas republicanas do vale do Guadalquivir fica a dever-se em grande parte aos estudos realizados com base em centros de consumo, como o recente trabalho de Rui Almeida (2006) para os materiais da Alcáçova de Santarém, assim como aqueles que têm por base naufrágios (Carreras e Aguilera, 2004). Assim, sabemos que nesta região, os primeiros tipos de ânforas de morfologia romana terão sido imitações dos modelos itálicos de Dressel 1, cuja produção foi já possível recuar ao início do século I a.C. (Garcia Vargas e Bernal Casasola, 2008, p. 674).

A afirmação desta região é bem visível ainda durante a primeira metade do século I a.C. quando aqui se dá o desenvolvimento de ânforas de morfologia própria,

ainda que provavelmente inspiradas por um lado nas ânforas Dressel 1, como parece verificar-se na forma Haltern 70 (Fabião, 2000, p. 667), e por outro nas chamadas ânforas ovóides itálicas, como é o caso das Classe 67 e Dressel 20A (Fabião, 2000, p. 671 e 672). Isto deverá também aplicar-se ao novo modelo que aqui proponho, o Castelinho 1.

Esta viragem deverá ter uma importante relação com a aposta dos imigrantes itálicos na agricultura de latifúndio associada às *uillae* durante a primeira metade do século I a.C., quando até aqui tinha sido a exploração mineira a actividade dominante, o que em muito terá contribuído para a existência de uma quantidade considerável de excedentes agrícolas passíveis de serem exportados (Chic Garcia, 2005, p. 315). Isto mesmo é confirmado por alguns autores clássicos, como Estrabão que durante a primeira metade do século I a.C. refere que a Bética exporta trigo, vinho e azeite em abundância (III, 2, 6).

Durante o período imperial este dinamismo vem mesmo a ser reforçado, como é claramente visível através da produção massiva de ânforas olearias do tipo Dressel 20 a partir de meados do século I d.C., assim como através das dezenas de olarias deste período já identificadas nas margens dos rios Guadalquivir e Genil (Beltrán Lloris, 1990).

2.3.4. Nordeste da Tarraconense

Da mesma forma que a província da Bética, o nordeste peninsular inicia também um processo de imitação dos modelos anfóricos itálicos de ânforas Greco-itálicas, Dressel 1 e Lamboglia 2 (López Mullor e Martín Menéndez, 2008, p. 689), devendo o seu começo estar situado na segunda metade do século II a.C. para os primeiros e no 2º quarto do século I a.C. para o último (ob. cit., p. 691). Porém, estas produções não obtiveram uma difusão muito extensa, pelo que teremos de esperar pela Pascual 1 em meados do século I a.C. para observar a sua afirmação e chegada a território lusitano.

Esta imitação de tipos anfóricos prolonga-se pela época imperial, momento em que continuam a ser imitados modelos itálicos como a Dressel 2-4, mas agora também os béticos como o grupo Dressel 7-11.

2.3.5. África Proconsular

Uma das mais férteis províncias do império, a África Proconsular era a principal produtora de trigo, ainda que a produção de azeite constituísse também uma parte significativa da sua economia (Bordet, 1995, p. 255).

Os territórios próximos da velha Cartago possuíam uma longa tradição na produção de ânforas no momento da conquista romana, porém parece existir aqui uma quebra nas exportações destes contentores após a queda da rival de Roma em 146 a.C. Porém, no século I d.C. este espaço terá aparentemente recuperado, começando a produzir uma grande variedade de formas, imitando os modelos Dressel 1, 2-4, 14 e 17, (Opait, 1998), contudo, estes não terão atingido uma grande distribuição.

Dentro desta província a região da Tripolitânia é ainda pouco conhecida no que respeita à sua produção de ânforas em época republicana. Porém, o primeiro modelo saído destas oficinas terá sido a chamada Tripolitana Antiga, a partir da primeira metade do século II a.C. (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002). No século I da nossa Era este modelo terá sido substituído pelos tipos Tripolitana 1 e 2, estando o primeiro bem representado no Monte Testaccio (Revilla Calvo, 2003).

2.3.6. Lusitânia

As exportações da província da Lusitânia encontram-se principalmente relacionadas com a indústria de transformação de pescado cujo modelo “industrial” poderá ter tido arranque na segunda metade do século I a.C. (Lagostena Barrios, 2001, p. 238), ainda que apenas se possa atestar com segurança a partir do principado de Tibério ou Augusto (Morais e Fabião, 2007, p. 127). Apesar disto, tem sido proposta a existência de produções anteriores mesmo à conquista romana, ainda que em escala

mais reduzida, em vários pontos da costa (Lisboa, Alcácer do Sal, Castro Marim), porém ainda nenhuma destas hipóteses foi suficientemente provada (Fabião, 2004, p. 401).

Os centros de transformação de pescado lusitanos encontram-se sobretudo localizados muito próximo das cidades (Lagostena Barrios, 2001, p. 229), ainda que sejam também vários e importantes os núcleos identificados em aglomerados secundários, os quais são frequentemente especializados precisamente nesta actividade (Tróia, Ilha do Pessegueiro) (Fabião, 1997, p. 242; Silva e Soares, 1993). Para o transporte deste produto os oleiros lusitanos produtores de ânforas instalaram-se principalmente no litoral, dispersos pela linha de costa entre a foz do Guadiana e a península de Peniche, ainda que com maiores concentrações nos baixos vales dos rios Tejo e Sado (Fabião, 2004). Aqui recorreram durante o Alto Império sobretudo à imitação de modelos já existentes relacionados com este tipo de conteúdo, como o grupo Dressel 7-11, e sobretudo Dressel 14, mas também de tipos associados ao transporte de vinho como a Gaulesa 4 ou Dressel 28 (Diogo, 1987). Porém, este parece um cenário cada vez menos linear, à medida que são identificadas novas variantes com algumas características específicas desta região (Morais e Fabião, 2007; Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006).

2.4. ÂNFORAS IBERO-PÚNICAS

2.4.1. Ramon Torres 8.2.1.1.

Esta é uma ânfora de tradição púnica produzida na Bética Costeira e possivelmente no Guadalquivir, Levante (Carretero Poblete, 2004a) e costa tingitana (Sáez Romero, 2008, p. 641). Até recentemente esta forma tinha sido classificada como pertencente ao período pré-romano, com uma cronologia que recua até à primeira metade do século IV e alcança os finais do III (Ramon Torres, 1995, p. 226), porém novos estudos permitiram esclarecer que estas ânforas perduram, após a conquista romana, até à transição do século II com o século I a.C. (Sáez Romero, 2008, p. 641).

Este modelo caracteriza-se por possuir um lábio estreito exvasado, que transita directamente para o bojo sem um colo definido, tendo asas tipicamente púnicas: pequenas, em semi-círculo e de secção circular. O seu corpo alarga-se desde o lábio até cerca de um quarto do final do contentor para seguidamente inflectir e dar lugar ao fundo ogival (Carretero Poblete, 2004a). Segundo alguns autores é possível observar uma evolução morfológica dentro desta forma que de um bordo longo e exvasado passaria progressivamente durante o século II a um lábio curto e vertical (Carretero Poblete, 2004a, p. 433).

O produto ou produtos que este modelo transportaria está ainda por determinar devido à ausência de análises aos exemplares recuperados, porém, no caso das produções da Baía Gaditana este deveria corresponder aos preparados de peixe desta região (Carretero Poblete, 2004a, p. 428).

Esta é uma forma quase inteiramente desconhecida em território português tendo sido até agora localizada em apenas três sítios, ainda que sempre em contextos da Idade do Ferro: Cerro da Rocha Branca, Silves (Gomes, 1993); Monte Molião, Lagos (Arruda et. al., 2008) e Faro (Sousa, 2005).

Em Mesas do Castelinho esta forma surge no interior de estratos atribuíveis à Idade do Ferro, porém 14 deles (n.º 1 a 14) fazem a sua aparição em contextos claramente romanos. Este fenómeno vem deste modo apoiar a proposta de um alargamento da cronologia deste contentor até pelo menos os inícios do século I a.C., pois ainda que alguns destes possam corresponder a materiais residuais provenientes de U.E.'s mais antigas, como poderá ser o caso do n.º 2 e 7 devido à sua recolha em estratos de época imperial, afigura-se pouco provável que todos os 14 o sejam, especialmente dentro de um universo destas dimensões.

2.4.2. Ramon Torres 4.2.2.5.

Conhecemos por Ramon Torres 4.2.2.5., ou igualmente sob a classificação frequentemente utilizada de Pellicer D, uma ânfora de tipologia ibero-púnica de bordo espessado para o interior que alarga o seu diâmetro até atingir o seu máximo

ligeiramente acima das asas em semi-círculo de secção circular. O corpo é tendencialmente cilíndrico, terminando num fundo ogival (Pellicer Catalán, 1978, p. 384).

Para esta forma é proposta uma grande longevidade perdurando por aproximadamente três séculos, desde meados do III a finais do I a.C. (Pellicer Catalán, 1978, p. 384). No entanto, os dados de alguns sítios portugueses, como o Castelo de São Jorge (Pimenta, 2005, p. 91) e Castro Marim (Arruda et. al., 2006, p. 160), sugerem que a baliza inferior poderá ser recuada até meados do século IV, apesar de apoiarem o término destas produções num momento próximo da mudança de Era.

Os exemplares recuperados nos centros de consumo apontam como origem predominante a Baía de Cádiz, não obstante também terem origem na restante Bética costeira e seu contraponto norte-africano, na Tingitânia (Ramon Torres, 1995, p. 194) e no interior bético. Porém, foram já propostos novos centros de produção, agora em território português, localizados na região de Castro Marim (Arruda, 2001) e de Lisboa (Pimenta, 2005, p. 92).

Apesar de ainda não serem significativos os dados para uma definição do seu conteúdo, os existentes até ao momento apontam para que ânfora possa ter transportado produtos variados devido à sua concentração junto a estruturas utilizadas no fabrico tanto de preparados de peixe como de vinho (*apud* Pimenta, 2005, p. 91).

Esta forma foi até ao momento assinalada em seis sítios do território português, os quais devem ser divididos pela sua identificação em contexto sidérico e republicano, ainda que em muitos casos se verifique em ambos. Deste modo enquadram-se na Idade do Ferro nos sítios de Santarém (Arruda, 2002), Lisboa (Pimenta, Calado e Leitão, 2005), Cerro da Rocha Branca, Silves (Gomes, 1993); Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006); Monte Molião, Lagos (Arruda et. al., 2008) e Faro (Arruda, Bargão e Sousa, 2005). Por sua vez os contextos republicanos dizem respeito aos sítios de Santarém (Arruda, 2002); Lisboa (Pimenta, 2005); Castro Marim (Arruda et. al. 2006) e Faro (Viegas, 2009).

Como factor que reforça a cronologia republicana em detrimento da sidérica dos três fragmentos (n.º 15 a 17) desta forma identificados em Mesas do Castelinho deve

referir-se a presença de traços morfológicos que segundo alguns autores caracterizam os modelos mais tardios (Arruda, et. al., 2006, p. 161), como a existência de um ressalto entre o bordo e o ombro.

2.4.3. Ramon Torres 9.1.1.1.

Durante muito tempo vista como sucessor do tipo R. T. 8.2.1.1. este modelo é hoje visto como uma derivação sua, ainda que ao longo do século II a.C. conquiste lentamente o espaço do tipo R. T. 8.2.1.1., extinguindo-se ambas num momento próximo (Sáez Romero, 2008, p. 647).

Esta forma deverá ter tido o seu início de produção localizado em finais do século III a.C. (Ramon Torres, 1995, p. 227) ou inícios do II (Carretero Poblete, 2004a, p. 433). Conheceu o auge durante a segunda metade do século II a.C., como é demonstrado pela sua larga presença em Numância (Ramon Torres, 1995, p. 227), onde foi pela primeira vez individualizada (Sanmartí Grego, 1985), tendo a sua produção cessado durante a primeira metade do século I a.C. (Carretero Poblete, 2004a, p. 433).

Trata-se de um modelo de pequena dimensão, quase completamente cilíndrico, dado que o seu bordo é uma mera continuação do bojo, sem colo, diferenciando-se apenas por ligeiras caneluras na superfície exterior e um espessamento na interior, sendo o fundo arredondado com um *omphalos*. As suas asas são idênticas ao R. T. 8.2.1.1., pequenas, em semi-círculo e de secção circular, arrancando pouco abaixo do lábio (Carretero, 2004a, p. 433).

Até ao momento, este parece ser um modelo exclusivo das áreas costeiras da Bética e do sudeste da Tarraconense. Em relação aos exemplares provenientes da Bética costeira, de que aqui nos ocupamos, dado que não foram ainda realizadas análises ao seu conteúdo, alguns autores tomam por base os seus centros produtores para propor que este terá correspondido a preparados de peixe (Carretero Poblete, 2004, p. 435).

Está presente no território português enquadrada em contextos republicanos em quatro sítios: Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2005); Lisboa (Pimenta, 2005); Castro Marim (Arruda et. al., 2006) e Faro (Viegas, 2009). Surge fora de contexto no sítio de Chões de Alpompe, Santarém (Dias Diogo e Trindade, 1993-1994).

Em Mesas do Castelinho esta forma está presente tanto em contextos da Idade do Ferro como de época romana, porém deve ser assinalado que dominam largamente os fragmentos recolhidos em contexto romano (n.º 18 a 35).

No que toca à sua cronologia, verificamos que grande parte dos fragmentos se encontram em estratos atribuídos aos primeiros momentos da presença romana em Mesas do Castelinho, particularmente a U.E. 145, porém outra grande parte (n.º 18, 22, 30 a 34) foi recuperada em estratos cuja formação terá acontecido num momento significativamente mais avançado, chegando sete fragmentos mesmo ao período imperial. Deste modo, dado que o prolongamento da cronologia desta forma até um momento imperial, mesmo que inicial, se afigure um pouco exagerado e tendo apenas um fragmento (n.º 35) sido recuperado num estrato atribuível a meados do século I a.C., existe uma séria hipótese destes exemplares tardios serem materiais residuais.

Dentro deste conjunto, creio que os exemplares desta forma podem ser divididos em dois grupos, sendo um caracterizado por lábios verticais (n.º 18 a 32) enquanto o outro apresenta lábios exvasados (n.º 33 a 35). Ainda que não pretenda retirar demasiadas conclusões a nível cronológico, devo observar que os exemplares do segundo grupo surgem apenas em contextos de época imperial ou do final do período republicano, estando o primeiro grupo disperso por todas as fases de ocupação romana.

A grande diversidade das aberturas de boca dos exemplares aqui identificados parece apontar para os já assinalados diferentes tamanhos em que esta forma foi fabricada (Carretero Poblete, 2004a, p. 431). Neste sentido, dado que os diâmetros de boca conhecidos variam entre os 15 e os 25 cm (ob. cit.), o facto de os bordos de Mesas do Castelinho unicamente apontarem para diâmetros abaixo do 20 cm poderá indicar estarmos perante indivíduos de pequena capacidade.

2.4.4. Maña C2B

Apesar da sua inspiração púnica, os exemplares deste contentor que chegam ao território português têm origem na Bética, distinguindo-se assim do modelo Maña C2A, produzido na região norte-africana. Dentro desta província são os centros produtores costeiros os responsáveis pelo fabrico da grande maioria destes recipientes, no entanto começam a surgir nos centros de consumo fragmentos possuidores de fabricos típicos do vale do Guadalquivir (Almeida, 2006).

Estamos assim diante de uma ânfora ainda de tradição púnica, mas onde estão claramente presentes influências helenísticas no colo estreito e fundo cilíndrico. Esta forma possui assim um lábio moldurado marcadamente voltado para o exterior, cujo colo curvo desemboca num corpo cilíndrico com pequenas asas anelares e bico oco cilíndrico (Sciallano e Sibella, 1991).

O seu conteúdo tem sido assumido como preparados de peixe devido aos abundantes testemunhos epigráficos e restos deste produto no seu interior. Porém, como se tem vindo a verificar para quase todos os modelos anfóricos, não é possível associar com segurança uma forma a um conteúdo, como o comprova a descoberta de uma ânfora Maña C2B ostentando um *titulus pictus* referente a *vinum* (Garcia Vargas, 1998, p. 205), ou o exemplar recuperado no naufrágio de Dramont contendo restos de azeitonas (*apud* Arruda, 1998a, p. 208).

Quanto à sua cronologia, esta é apontada para os meados do século II a.C. (Ramon Torres, 1995, p. 294) prolongando-se até ao final do século I a.C.

Esta forma apresenta já uma importante dispersão pelo território português, estando presente desde o rio Mondego para sul, ainda que com maior relevância nas regiões costeiras a partir do cabo da Roca (Arruda, 1998a, p. 213-214).

Como é típico desta forma, os bordos recolhidos em Mesas do Castelinho apresentam uma imensa diversidade morfológica podendo ser mais ou menos espessados e mais ou menos moldurados. Porém, todos eles apresentam o característico lábio muito exvasado com molduras, o que permite a identificação deste contentor com grande facilidade.

Ao contrário da grande maioria dos sítios onde este modelo foi identificado, o conjunto destes contentores de Mesas do Castelinho não é apenas constituído por exemplares oriundos da costa da Bética (n.º 36 a 47), uma vez que se encontra presente um bordo que ostenta um fabrico atribuível ao vale do Guadalquivir (n.º 48). Apesar deste ser um fenómeno raro, especialmente se considerarmos a significativa presença dos exemplares produzidos na Bética costeira nos sítios do território português, não é porém inédito, como comprovam os exemplares da Alcáçova de Santarém (Almeida, 2008, p. 57). Não obstante não se encontrarem identificados centros de produção ou *tituli picti* para os exemplares com esta proveniência, creio que o facto de se conhecerem muito poucos poderá ser um indício, ainda que obviamente muito questionável, de que estes não imitavam somente a sua forma mas também o seu conteúdo, tal como parece ter acontecido com algumas das posteriores ânforas do grupo Dressel 7-11 produzidas nesta região (Carreras Monfort, 2000, p. 422).

Foi excluído deste conjunto um fragmento de bordo da variante A da forma Maña C2, assim classificado pelo seu fabrico claramente africano, por a sua cronologia se centrar na primeira metade do século II a.C. (Ramon Torres, 1995, p. 211-212) e portanto ser anterior à ocupação romana do povoado. Apesar deste fragmento ter sido recolhido em contexto romano imperial corresponde assim certamente a material residual, dado que este estrato teve uma formação quase dois séculos posterior ao término proposto para estas produções.

2.4.5. Grupo indeterminado 1

Ainda que se trate possivelmente de uma forma próxima do tipo R. T. 9.1.1.1., optei por distinguir o fragmento n.º 49 daqueles incluídos neste modelo devido ao seu bordo mais exvasado, muito marcado, quase formando uma aba.

A sua proveniência coincide com a do tipo R. T. 9.1.1.1., apresentando um fabrico com clara origem na Bética costeira, enquanto a proveniência estratigráfica aponta para uma cronologia republicana, mas já próxima do período imperial, deste modo mais avançada que a proposta para o modelo R. T. 9.1.1.1.

Uma vez que possui um diâmetro estreito, não pode no entanto excluir-se a possibilidade de abaixo do bordo estarmos perante um colo cilíndrico e não do corpo desta ânfora, que deste modo corresponderia a uma modelo de tradição helenístico-romana e não púnica.

2.4.6. Grupo indeterminado 2

Este grupo é formado por um conjunto de seis fragmentos de bordo (n.º 50 a 55) para os quais não me foi possível encontrar paralelos. Estes caracterizam-se pelo pequeno bordo sub-rectangular com um ligeiro sulco longitudinal que dá lugar a um colo bitroncocónico muito curto e por todos os fragmentos apresentarem uma pasta atribuível ao vale do Guadalquivir. Na verdade este colo muito curto poderá mesmo indiciar que não estamos na verdade perante uma ânfora, mas sim de um outro tipo de recipiente fechado, dado que deste modo seria difícil as asas arrancarem no colo para atacar no corpo. Existe porém a hipótese de possuir pequenas asas anelares ao nível do corpo à semelhança das ânforas púnicas. Esta possibilidade é reforçada por o bordo e colo se aproximarem em grande medida ao modelo Maña C1 produzido na região de Cartago, encontrando-se a dificuldade desta atribuição na ausência de exemplares conhecidos desta forma com origem no Guadalquivir.

A posição estratigráfica dos fragmentos deste grupo aponta para um surgimento relativamente tardio, dado que cinco exemplares surgem em contextos datados entre a segunda metade do século I a.C. e o início da centúria seguinte.

2.5. ÂNFORAS DE MORFOLOGIA HELENISTICO-ROMANA

2.5.1. Greco-italica

Conhecemos por ânfora greco-italica um modelo particularmente elegante originário da costa egeia ou da Sicília e posteriormente adoptado pelo povo romano, o qual foi dividido por Elizabeth Will (1982) em cinco variantes diferentes de A a E.

Concretamente este é um modelo com lábio triangular curto, colo curvo que se prolonga até um ombro bem marcado que dá lugar a um bojo cónico que termina num bico cilíndrico maciço que pode em certas ocasiões ser arredondado e oco (Sciallano e Sibella, 1991).

A sua produção possui balizas cronológicas muito amplas podendo a inferior recuar até ao século IV a.C., enquanto a superior deverá encontrar-se dentro do 3º quartel do século II a.C., momento em que evolui para a forma Dressel 1 (Peacock e Williams, 1986, p. 85).

Os locais de produção são atribuídos a vários pontos do Mediterrâneo, porém, os exemplares mais tardios, de que aqui nos ocupamos, têm os seus principais centros na costa tirrénica italiana, de onde os *tituli picti* nos indicam que transportariam os seus famosos vinhos (Peacock e Williams, 1986, p. 24). Estas ânforas foram também imitadas na costa da Bética, porém o seu conteúdo é um assunto muito discutido, ainda que pareça predominar a opinião de que este se trataria de preparados de peixe, com base numa marca que retrata actividades relacionadas com estes (Pérez Rivera, 2000, p. 229) e mais recentemente na descoberta de restos piscícolas no interior de dois contentores deste tipo (Bernal et. al., 2003).

Dado que os exemplares desta forma até agora recolhidos em Portugal se enquadram nas suas versões mais tardias, que servem de transição para a Dressel 1, os investigadores, possuindo, na sua grande maioria, pequenos fragmentos, para os distinguir da Dressel 1 vêm-se obrigados à utilização da fórmula matemática proposta por Gateau (1990), que define os lábios cujo quociente da altura pela espessura é igual ou inferior a 1,2 como pertencentes a ânforas greco-italicas e aqueles cujo quociente é de 1,3 como ânforas de transição.

Dado que os fragmentos de Mesas do Castelinho são igualmente de pequena dimensão, foi também utilizada aqui esta fórmula, tendo as chamadas “ânforas de transição” sido incluídas no tipo Dressel 1. Porém, apesar de esta ter sido formulada com base em exemplares de origem itálica a necessidade de classificar também os fragmentos de origem bética levou-me a utiliza-la igualmente nestes, devendo deste modo sublinhar que a aplicação desta fórmula para as ânforas Greco-italicas produzidas nas costas desta província não foi comprovada.

Em território português esta forma foi identificada em oito sítios: *Conimbriga* (Buraca, 2005); Chões de Alpompé, Santarém (Fabião, 1989); Santarém (Bargão, 2006,); Vila Franca de Xira (Quaresma, 2005); Lisboa (Pimenta, 2004); Cerro do Cavaco, Tavira (Bargão, 1996); Castro Marim (Bargão, 2006) e Faro (Bargão, 2006).

À semelhança dos exemplares recuperados em sítios do território português, os fragmentos de Mesas do Castelinho pertencem todos eles a exemplares tardios desta forma, ainda que apresentem uma amplitude significativa de quocientes altura/espessura, os quais variam entre 0,9 e 1,2.

Neste conjunto dominam claramente os fragmentos com origem na costa tirrénica da Península Itálica (n.º 56 a 62), verificando-se apenas a existência de um único cujo fabrico remete para a Bética Costeira (n.º 63), tal não impede porém que se trate de um fenómeno de grande relevância, visto em território português apenas serem conhecidos exemplares com esta origem na cidade de Lisboa (Pimenta, 2005; Filipe, 2008).

Devemos no entanto ter em conta que nove fragmentos de bordo (sete itálicos, n.º 67 a 73, e dois da Bética costeira, n.º 104 e 105) obtiveram um quociente altura/espessura de 1,3, pelo que apesar de terem sido incluídos no tipo Dressel 1 podem igualmente pertencer à forma greco-itálica.

2.5.2. Tripolitana Antiga

Apesar da designação desta forma, a verdade é que não existem ainda provas conclusivas de que esta foi efectivamente produzida na região da Tripolitânia, apesar da familiaridade com a forma imperial Tripolitana I. Da mesma forma, a hipótese de esta se tratar de uma ânfora oleária baseia-se apenas no facto esta região se encontrar associada à produção de azeite, como evidenciam os modelos que lhe sucedem.

O seu perfil é caracterizado por um lábio extrovertido triangular ou subrectangular, de onde parte um colo bicónico para dar lugar ao corpo ovóide, tendo como terminação um pequeno fundo em glande maciço. As suas asas são curtas e curvas, apresentando uma secção oval (Sciallano e Sibella, 1991).

A sua cronologia é relativamente larga, sendo o seu início apontado para o início do século II a.C. com termo no final da centúria seguinte (Pascual Berlanga e Ribera i Lacomba, 2002), porém, os achados estudados até ao momento apontam para uma quase total ausência na Hispânia até meados do século II a.C., sendo a partir daqui mais significativa até atingir o auge durante o século I a.C. (Ramón Torres, 2008, p. 69).

Apesar de se tratar de uma forma claramente minoritária, esta encontra-se já representada em cinco sítios do território português: Santarém (Bargão, 2006); Lisboa (Pimenta, 2004); Cerro do Cavaco, Tavira (Bargão, 2006); Castro Marim (ob. cit.); Monte Molião, Lagos (ob. cit.). A estes deve juntar-se Chões de Alpompe, onde um grande número de bordos classificados como ânforas do tipo Maña C1 deverão na verdade corresponder a esta forma (Diogo e Trindade, 1993-1994; Fabião, 1989, p. 105), como já foi notado por João Pimenta (2005, p. 81)

Não obstante terem apenas sido identificados três fragmentos enquadráveis nesta forma em Mesas do Castelinho (n.º 64 a 66), por fortuna um destes (n.º 65) trata-se do exemplar mais completo publicado até ao momento para o território português. Este coincide na perfeição com exemplares completos conhecidos (Sciallano e Sibella, 1991), porém não possui a fina película esbranquiçada na superfície exterior característica deste fabrico, apesar da pasta ser idêntica às restantes produções da África Proconsular.

2.5.3. Dressel 1

Sem dúvida que se existe uma ânfora capaz de simbolizar o período tardo-republicano, essa é a Dressel 1. Esta é uma produção típica da costa tirrénica da Península Itálica, apesar de ter sido largamente imitada em várias outras regiões, como as costas da Bética, o vale do Guadalquivir ou a Catalunha.

Apesar das dúvidas que têm sido levantadas sobre a subdivisão desta forma proposta por Lamboglia (1955), esta é uma forma marcada por um lábio triangular na sua variante A que assume um lábio de fita alto nas B e C. A divergência é menor nas suas restantes características já que possuem um longo colo cilíndrico que dá origem a

um ombro do qual parte um corpo cilíndrico até ao bico cónico maciço ou menos frequentemente arredondado e oco (Sciallano e Sibella, 1991). Uma vez que acredito não ser de particular importância neste estudo a subdivisão desta forma, visto o seu valor cronológico ser muito pouco significativo, esta não foi aqui efectuada.

No que diz respeito às produções itálicas o seu aparecimento deverá localizar-se dentro do 3º quartel do século II a.C. (Peacock e Williams, 1986, p. 85), enquanto as imitações provenientes da baía gaditana parecem ter um surgimento ainda dentro desta centúria (Vargas e Casasola, 2008, p. 664). Mais incerta permanece a cronologia para as produções do vale do Guadalquivir, ainda que o seu início deva estar localizado nas primeiras décadas do século I a.C. (Vargas e Casasola, 2008, p. 674). O término da sua circulação é apontado para o último quartel do século I a.C.

Se parece estabelecido que as produções das costas tirrénicas se destinaram a transportar os vinhos da Étrúria, do Lácio e sobretudo da Campânia (Tchernia, 1986, p. 43), o conteúdo das imitações oriundas das costas da Bética tem sido alvo de um profundo debate, sendo defendido por muitos investigadores que este seria constituído por preparados de peixe (Pérez Rivera, 2001, p. 237). Tal já não deverá ser o caso das produções do Guadalquivir, para as quais são quase inexistentes os dados a este respeito, porém, dada a aptidão desta região para a produção de vinho será possível que se encontrassem dedicadas ao transporte do mesmo produto que as suas congéneres itálicas.

Esta forma encontra-se amplamente presente em todo o território português, ainda que com mais expressividade a Sul do Tejo, dado que o seu período de circulação coincide com as grandes movimentações de tropas nesta região.

Os exemplares identificados em Mesas do Castelinho evidenciam a tradicional predominância dos contentores de origem itálica (n.º 67 a 103), entre os quais se destaca a presença dos lábios mais baixos e triangulares. Deve também ser destacado que entre os exemplares com esta proveniência se encontram sete (n.º 67 a 73) cujo quociente altura/espessura do bordo de 1,3 os permite incluir no grupo das ânforas de transição entre a forma Greco-itálica e Dressel 1 segundo a fórmula de Gateau (1990).

Tal como já vem acontecendo em numerosos sítios do território português, estão presentes neste conjunto vários exemplares correspondentes às imitações desta forma oriundas da Bética costeira (n.º 104 a 118), os quais apresentam, na sua grande maioria, bordos baixos triangulares. Também entre estas produções se encontram dois fragmentos de bordo (n.º 104 e 105) cujo quociente altura/espessura é de 1,3, porém, deve ser assinalado que o estudo de Gateau (1990) foi elaborado a partir de exemplares itálicos, pelo que a sua aplicação nos contentores de origem bética permanece por averiguar.

Encontram-se igualmente bem representados os fragmentos de ânforas deste modelo fabricados no vale do Guadalquivir (n.º 119 a 133), um local de produção apenas recentemente identificado para esta forma (Lagóstena Barrios, 1996). Neste conjunto verificamos a existência de exemplares com lábio alto rectangular, à semelhança da maioria dos indivíduos publicados até ao momento, porém devemos destacar o surgimento de vários fragmentos com bordo curto triangular, sendo estes até agora muito pouco conhecidos nesta região. Devo prevenir que a classificação de alguns dos fragmentos com lábio mais alto e rectangular é particularmente problemática devido à proximidade morfológica do tipo Haltern 70.

Um outro fabrico afigura-se de ainda maior interesse, uma vez que parece indicar uma origem africana, dado que apenas se distingue daquele presente nos fragmentos do tipo Tripolitana Antiga por se encontrar menos depurado, sendo visível uma maior quantidade grãos de quartzo (n.º 134). Ainda que se trate de uma origem aparentemente muito pouco conhecida para este contentor, encontra-se já identificado um centro de produção na costa Este da Tunísia, onde lhe é apontada uma cronologia dentro das dinastias Flávia e Antonina e um conteúdo vinário (Opait, 1998, p. 428). O exemplar recuperado em Mesas do Castelinho, choca de imediato com esta datação, uma vez que foi exumado num contexto dos finais da república / inícios do império. Também a identificação do conteúdo como vinho não parece muito segura, uma vez que se baseia principalmente no facto das produções itálicas desta forma terem transportado este produto, ainda mais quando estes fornos se situam nas imediações da cidade de *Leptiminus*, conhecida pela sua exportação de azeite e preparados de peixe, estando

alguns dos seus contentores (Dressel 14 e 17, Classe 33), também representados neste centro produtor (Opait, 1998, p. 427).

2.5.4. Lamboglia 2

Ainda que significativamente menos frequentemente que a forma Dressel 1 no ocidente peninsular, a Lamboglia 2 assume-se como outro dos importantes contentores de vinho itálicos, neste caso da região meridional (Fabião, 1998a, vol. II, p. 384). Apresenta um lábio que pode ser marcadamente triangular ou de fita, dando lugar a um colo cilíndrico que termina num ombro marcado. O seu corpo é elíptico, ainda que mais largo na sua parte inferior, terminando num bico maciço (Sciallano e Sibella, 1991).

A sua cronologia é em grande medida coincidente com a Dressel 1, sendo geralmente colocada entre os finais do século II a.C. e a mudança de Era (Molina Vidal, 1995).

No território português, ainda que sempre com representações minoritárias, foram já identificados vários exemplares desta ânfora, estando presente em nove sítios: Chões de Alpompe, Santarém (Diogo e Trindade, 1993-1994); Santarém (Bargão, 2006); Lisboa (Pimenta, 2005); ao largo do Cabo Sardão (Diogo, 1999a); Cerro do Cavaco, Tavira (Arruda e Almeida, 1999); Mértola (Fabião, 1987); foz do rio Arade (Diogo, Cardoso e Reiner, 2000); Faro (Viegas, 2009) e Castro Marim (Bargão, 2006).

O único exemplar aqui existente (nº 135), apresenta a variante menos comum de lábio triangular, o qual vem sendo apontado por alguns autores como a versão mais antiga deste contentor produzida durante a segunda metade do século II a.C., sobretudo nas décadas finais (Márquez Villora e Molina Vidal, 2005, p. 115). Tal facto não é porém inédito uma vez que encontramos paralelos também em território português, como é o caso de duas das ânforas desta forma provenientes de um depósito destes contentores em Mértola (Fabião, 1987), com as quais este fragmento parece partilhar também o fabrico.

2.5.5. Apani II

Situado próximo de Brindisi, o centro produtor de Apani é conhecido desde o século XIX, porém foi necessário esperar até 1965 para que fossem conduzidas as primeiras escavações neste local. Foi assim constatado que foram aí produzidas uma grande diversidade de ânforas, que apesar de possuírem grandes similitudes ao nível do corpo apresentam diferentes tipos de lábio (Baldacci, 1972, p. 25). Porém, estas formas não foram realmente introduzidas numa tabela de classificação até às investigações de Paola Palazzo (1989), autora que criou uma tipologia para estas produções. Apesar destas ânforas não serem definitivamente muito abundantes, comprovamos que atingiram uma notável dispersão por toda a costa norte do Mediterrâneo (Cipriano e Carre, 1989, fig. 6).

A forma identificada em Mesas do Castelinho ocupa o segundo lugar da tabela de Palazzo (1989), a qual é muito frequentemente marcada pelo oleiro *C. Aninius*. Trata-se da primeira vez que esta é trazida à luz em território português, pelo que este exemplar se reveste de particular importância.

Relativamente à cronologia e conteúdo poucas são as informações disponíveis, porém é atribuída à generalidade das produções brindisinas um período compreendido entre o final do século II a.C. e o final do primeiro antes da nossa Era (*apud* Mattioli, 2000, p. 111). Se por um lado esta cronologia parece ser verosímil se tivermos em conta as restantes produções brindisinas, um conteúdo associado ao transporte de vinho por outro levanta algumas dúvidas devido à tradição oleícola da região de Brindisi (*apud* Bargão, 2006, p. 50).

As várias ânforas brindisinas possuem morfologias muito semelhantes, divergindo sobretudo ao nível dos lábios. Esta forma caracteriza-se por possuir um lábio de fita alto com um duplo ressalto, logo abaixo do qual partem as asas curtas de secção circular ou oval. O colo cilíndrico dá lugar a um corpo ovóide com bico em botão (Palazzo, 1989).

O fragmento aqui em estudo (n.º 136) apresenta uma pasta coerente com esta origem, estando em linha com o Fabrico IV definido por Patrícia Bargão para os fragmentos que atribuiu à área brindisina (Bargão, 2006, p. 29-30).

Junta-se assim mais um exemplar ao conjunto das importações da área brindisina já identificado no território português, ainda que agora através de uma nova forma. Podemos deste modo começar a completar o quadro de distribuição destas ânforas apenas assinaladas em quatro sítios do território português: Chões de Alpompé, Santarém (Fabião, 1989); Santarém (Bargão, 2006); Lisboa (Pimenta, 2005), *Mirobriga* (Diogo, 1999b) e Castro Marim (Arruda *et al.*, 2006).

2.5.6. Classe 67

Apesar de ser considerada uma das mais antigas ânforas genuinamente béticas, a sua definição é uma das mais recentes, visto apenas ter sido proposta em 1989 por Carlos Fabião com base nos exemplares recolhidos no acampamento militar da Lomba do Canho, Arganil (Fabião, 1989).

Estamos perante uma ânfora facilmente identificável pelas características do seu lábio ovalado a que se segue imediatamente um ressalto. As suas asas são curtas e de secção oval com três sulcos paralelos no dorso (Fabião, 1989, p. 65), ainda que em alguns casos exista apenas um. Um colo curvo dá origem de seguida a um corpo ovóide com um pequeno bico cónico, não obstante já ter sido recuperado um exemplar que apresenta um corpo cilíndrico (Molina Vidal, 1995, lam. 1:1).

As suas origens são variáveis, apesar da grande maioria dos seus exemplares apresentar as pastas típicas dos centros das margens do rio Guadalquivir. Foram também identificados centros produtores na Baía de Cádiz e de Algeciras e em Sala, Marrocos (Fabião, 2000, p. 672).

Relativamente à sua cronologia, esta forma deverá ter estado em circulação desde o primeiro quartel do século I a.C. (Fabião, 2000, p. 673) até aos finais da mesma centúria (Molina Vidal, 1995, p. 420).

Maiores são as interrogações de que se reveste o ou os seus possíveis conteúdos, uma vez que não foram ainda realizadas análises de conteúdo a nenhum exemplar e existe apenas um hipotético *titulus* com referência a preparados de peixe (Fabião, 2000, p. 673).

A sua presença no território português ultrapassa as duas dezenas de ocorrências, porém, se alguns sítios apenas contam com um ou dois indivíduos, outros possuem conjuntos onde se encontra abundantemente representada, como são os casos da Lomba do Canho (Fabião, 1989), Santarém (Almeida, 2006) e Castro Marim (Arruda et al., 2006).

Em Mesas do Castelinho os exemplares desta forma pertencem na sua esmagadora às produções do vale do Guadalquivir (n.º 137 a 158), sendo que apenas três fragmentos apresentam uma pasta originária da Bética costeira (n.º 159 a 161).

No que diz respeito à sua periodização, os fragmentos contextualizados apoiam a cronologia proposta para esta forma dado que 14 destes se encontram em estratos de época republicana e apenas quatro em época imperial. Ainda que possa ser um facto desprovido de significado, devo apontar que dos últimos, dois apresentam morfologias pouco ortodoxas (n.º 151 e 161).

2.5.7. Haltern 70

Encontramo-nos aqui perante a ânfora proveniente das margens do Guadalquivir mais comum em Portugal, caracterizada por um lábio de fita, colo longo ligeiramente curvo, asas de secção oval com um profundo sulco, corpo cilíndrico com bico cónico maciço (Sciallano e Sibella, 1991).

A sua cronologia reparte-se desde pelo menos 60 a.C., devido ao naufrágio de Giens, a meados do século I d.C. (Tchernia, 1986, p. 142), sendo-lhe apontado um pico de produção em época augustana devido à sua grande representação nos acampamentos de Haltern e Oberaden (Molina Vidal, 1997), o que ajudaria também a explicar o domínio entre as importações dos castros do Noroeste de Portugal.

Como já foi acima referido este modelo tem origem sobretudo no vale do Guadalquivir, porém, e ainda que em menor quantidade, várias olarias da região costeira desta província produziram também esta forma (Carreras Monfort, 2004). Mais recentemente tem vindo a ganhar força a hipótese de uma produção também na costa ocidental da Lusitânia, dado que foi já recuperado um exemplar completo deste modelo a que foi atribuído um fabrico do vale do Tejo/Sado (Quaresma, 2005, p. 418). Na olaria do Morraçal da Ajuda, Peniche, vários fragmentos de bordo parecem integrar-se também nesta forma, porém a ausência de indivíduos mais completos impede a sua confirmação (Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006).

Foram identificados diversos *tituli picti* para o conteúdo destas ânforas, estando estes dispersos por *defructum* (mosto cozido), azeitonas em *defructum*, azeitonas verdes doces, outros pouco seguros onde alguns autores crêem ler *muria* (Aguilera, 2004, p. 119) e ainda *mulsum* (Garcia Vargas, 2004, p. 507). Porém, alguns autores acreditam que para além de *defructum* estas ânforas transportariam também vinho (Fabião, 1998a, vol. II, p. 399; Tchernia, 1986, p. 142). Com efeito, de outra forma dificilmente se poderia explicar como um subproduto como o *defructum* poderia ter atingido um tão elevado grau de exportação (Fabião, 1998a, vol. II, p.399).

A sua presença no território português é extremamente abundante, sendo no Sul e Centro uma das ânforas dominantes na segunda metade do século I a.C., mas que no Noroeste representa cerca de 80% do total de ânforas (Morais, 1998).

Esta é a segunda forma melhor representada em Mesas do Castelinho, onde estão presentes apenas exemplares produzidos no vale do Guadalquivir (n.º 162 a 209). Estes apresentam uma significativa diversidade ao nível dos bordos, cuja altura varia entre os 3,5 e os 6,4 cm, ainda que a maior concentração se encontre dentro dos 4 cm.

Os exemplares contextualizados desta forma transmitem uma imagem muito expressiva, pertencendo 24 ao período imperial e apenas cinco ao republicano. Deve no entanto ser apontado que grande parte dos primeiros não deverá, ultrapassar os finais da primeira centúria antes da nossa Era, uma vez que se encontram associados a ânforas do tipo Dressel 1 e Classe 67.

Entre estes fragmentos devem ser destacados dois (n.º 208 e 209) que devido ao seu lábio mais estilizado creio aproximarem-se da forma Verulamium 1908, que evolui em época flávia precisamente a partir da Haltern 70 (Garcia Vargas, 2000, p. 88).

2.5.8. Ovóide gaditana

Como o seu próprio nome muito abrangente indica, a designação Ovóide Gaditana é utilizada para um tipo de ânfora pouco definido devido à grande diversidade morfológica dos seus exemplares. Estes podem ser na generalidade descritos como possuindo lábios ligeiramente exvasados de tendência triangular, colo bitroncocónico com corpo ovóide e fundo cónico oco. As asas são curtas de secção elíptica com um estreito sulco no dorso (Garcia Vargas, 1996).

Os exemplares recuperados até ao momento mantêm como local de origem a Bética Costeira, mais concretamente a Baía de Cádiz, com cronologias que oscilam entre os meados do século I a.C. e o final desta centúria (Garcia Vargas, 1996, p. 62; Garcia Vargas, 2000, p. 66). Mais incerto se afigura o seu conteúdo, porém, dado que esta forma tem vindo a ser considerada a antecessora directa do tipo Dressel 10 (Garcia Vargas, 2000, p. 66), razão por que é também conhecida como Dressel 10 Arcaica, os preparados de peixe deverão ser uma possibilidade, apesar de ter sido recuperado um exemplar com caroços de uva no seu interior (Chic Garcia, 1978).

Até ao momento esta forma foi apenas sinalizada em um sítio do território português, o Castelo da Lousa, Mourão (Morais, 2004b).

Foi com muitas reservas que atribuí esta classificação ao fragmento n.º 210. Creio que o seu bordo exvasado de pequena dimensão o aproxima do tipo Dressel 14, porém o facto deste se apresentar muito marcado e possuir uma secção sub-rectangular, ao invés da triangular da forma Dressel 14, levou-me a optar por classificar este exemplar como Ovóide Gaditana.

2.5.9. Dressel 12

Tendo provavelmente evoluído a partir da Dressel 1C (Garcia Vargas, 2000, p. 63), a Dressel 12 é uma ânfora de lábio rectangular, que por vezes é substituído por um lábio elipsoidal com um pequeno ressalto imediatamente abaixo. O seu colo bitroncocónico é longo e dá origem após um marcado ombro ao corpo fusiforme terminado por um fundo cónico maciço. As asas deste contentor são longas e de secção oval (Garcia Vargas e Bernal Casasola, 2008).

Apesar de não se tratar de um modelo de tão grande sucesso como o grupo Dressel 7-11 ou 14 o seu fabrico está amplamente atestado nas costas da Bética (Garcia Vargas, 2000, p. 81), onde teriam sido produzidas para o transporte de preparados de peixe (Beltrán Lloris, 1970).

O seu surgimento, de acordo com naufrágios de navios que transportavam estas ânforas, parece remontar aos meados do século I a.C., perdurando até ao século II d.C. (ob. cit.).

A presença deste tipo de ânfora em território português é até ao momento pouco significativa, com apenas quatro sítios assinalados: Monte Mózinho (Soeiro, 1984), com grandes reservas a respeito da Lomba do Canho, Arganil (Fabião, 1989); Santarém (Arruda, Viegas e Bargão, 2005) e Castro Marim (Arruda et. al., 2006).

Os fragmentos desta forma identificados em Mesas do Castelinho diferem entre si tanto na origem como na morfologia. Por um lado, os n.º 211 e 212 apresentam o canónico fabrico da Bética meridional e lábio rectangular, ainda que o primeiro possua uma espessura invulgarmente grande. Por outro lado, o n.º 213 trata-se da variante de bordo elipsoidal com ressalto, sendo o seu fabrico do Guadalquivir também pouco frequente. A este último fragmento poderia em alternativa ser classificado como Venta del Carmen 1, uma vez que até ao final do colo alguns fragmentos destes dois tipos são morfologicamente idênticos.

2.5.10. Pascual 1

Conhecemos por Pascual 1 uma ânfora semelhante à Dressel 1B, e muito provavelmente sua imitação, produzida na costa Catalã (Beltrán Lloris, 1970, p. 329), de onde deveria transportar o vinho da Laietânia, apesar de também ter sido produzida no sul da Gália (Peacock e Williams, 1986, p. 93).

Caracteriza-se por possuir um lábio de fita vertical e muito alto, abaixo do qual partem as asas de secção elíptica com um profundo sulco longitudinal. Um colo cilíndrico faz uma suave transição para o bojo fusiforme com bico maciço (Beltrán Lloris, 1970, p. 329).

A sua aparição deverá ter-se dado em meados do século I a.C. atingindo o seu auge durante os reinados de Augusto e Tibério, depois dos quais entra em declínio até se extinguir no final do primeiro século da nossa Era (López Mullor, 2008, p. 698).

Esta é uma forma ainda escassamente conhecida em território português tendo apenas sido identificada em quatro sítios: Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira (Paiva, 1993, p. 30); Cividade de Âncora, Caminha (ob. cit.); *Conimbriga* (Buraca, 2005) e Castro Marim (Viegas, 2009).

Os fragmentos identificados em Mesas do Castelinho (n.º 214 e 215) distinguem-se dos apontados acima pela simplicidade dos lábios, assim como pela quase total verticalidade e grande altura destes, assemelhando-se assim mais aos descritos por Beltrán Lloris (1970, p. 329).

2.5.11. Dressel 20A

Da mesma forma que Carlos Fabião (2000, p. 669), optei por adoptar aqui o Tipo A de Berni Millet (1998) na classificação daquelas que poderão ser as mais antigas ânforas romanas oleícolas da Bética. Creio que tal se justifica na medida em que novas investigações, como as efectuadas no acampamento da Lomba do Canho (Fabião, 1989) e no próprio sítio de Mesas do Castelinho (Fabião, 1998a, vol. II), vieram sugerir uma

cronologia mais recuada para estes exemplares em comparação com os que constituem a forma 83 de Oberaden, ou Dressel 20B, datada dos principados de Augusto e Tibério (Fabião, 2000, p. 670).

Com efeito, apesar de Piero Berni Millet (1998, p. 27) atribuir a este modelo uma cronologia localizada no final do século I a.C., os materiais já publicados para os sítios de Mesas do Castelinho e Lomba do Canho permitem recuar a sua produção como mínimo ao terceiro quarto desta centúria (Fabião, 2000, p. 670).

Este modelo diz respeito a ânforas com várias afinidades com a forma Haltern 70. Apesar da grande variabilidade formal ao nível dos lábios, estes apresentam-se curtos, em fita ou amendoados, com um colo curto, bitroncocónico que dá lugar a um corpo ovóide rematado por um bico cónico maciço. As suas são curtas, como é típico nos recipientes ovóides, com secção circular ou ovalada (Berni Millet, 1998, p. 28).

Como é facilmente observável pelas pastas idênticas às Haltern 70 e Dressel 20, os seus centros produtores terão certamente estado localizados nas margens do rio Guadalquivir (Fabião, 2000, p. 669), o que terá provavelmente contribuído para que David Peacock e David Williams tenham classificado um exemplar enquadrável nesta forma (Peacock e Williams, 1986, fig. 48) como uma variante mais diminuta da Haltern 70 (Fabião, 1998a, vol. II, p. 401).

Dado que se trata de um modelo cuja produção não deverá ter sido muito larga e ainda pouco estudado, são muito escassos os exemplares conhecidos até ao momento em território português, tendo sido identificado somente em três sítios: Lomba do Canho, Arganil (Fabião, 1989); ao largo do Cabo Sardão (Cardoso, 1978) e Castelo da Juntas, Moura (Madeira, 1988).

Entre os fragmentos desta forma identificados em Mesas do Castelinho (n.º 216 a 219) um deles (n.º 218) foi já publicado por Carlos Fabião (1998a, vol. II, p. 401 e fig. 109, n.º 3), o qual se encontra entre os melhor conservados descobertos no território português, junto com o exemplar da Lomba do Canho (Fabião, 1989, n.º 1000) e aquele pertencente à colecção do Museu do Mar de Cascais, que segundo Carlos Fabião (1987) também deve ser enquadrado neste modelo (Cardoso, 1978, n.º 17).

De classificação mais duvidosa apresentam-se vários pequenos fragmentos de bordo cujas características semelhantes à forma Haltern 70 não permitem uma classificação segura. Deste modo incluí aqui alguns fragmentos (n.º 216 e 217) cujos bordos baixos penso distinguirem-se da forma Haltern 70 e aproximar-se desta, ainda que obviamente com as devidas reservas. De igual modo deve ser equacionada a séria possibilidade de se encontrarem exemplares do tipo Dressel 20A sob a classificação daquele contentor vinário.

A posição estratigráfica do fragmento n.º 218 que o situa dentro do período de ocupação republicana do sector A1, mais concretamente entre o final do século II a.C. e o terceiro quartel do I a.C. (Fabião, 1998a, vol. II, p. 401), e do fragmento n.º 219 também de época republicana, permite assim junta-los ao exemplar da Lomba do Canho como indicador de que esta forma possui uma morfologia e cronologia distintas do tipo Oberaden 83 (Fabião, 2000, p. 670), a que é atribuído um lábio de secção semi-circular e produção no início do século I d.C. (Berni Millet, 1998, p. 26). Os dois exemplares de classificação duvidosa, porém, encontravam-se em estratos imperiais, no entanto as reservas que suscitam creio tornarem este facto pouco relevante.

2.5.12. Castelinho 1

A nova proposta aqui apresentada consiste num modelo anfórico até agora de grande raridade nos conjuntos publicados, o qual quando surge é integrado em formas que creio serem manifestamente diferentes, o que se deverá a alguma similitude com a Classe 67, Dressel 25 ou Dressel 12 quando apenas são recuperados pequenos fragmentos de bordo. No que diz respeito aos exemplares publicados mais recentemente, a sua inclusão dentro de outras formas corresponderá certamente à pouca atenção dada ao exemplar que conserva toda a parte superior, correspondente a uma ânfora do presente conjunto (n.º 221), publicado por Carlos Fabião (2000), onde são já visíveis as características que afastam este modelo de todos os outros até aqui definidos.

Provavelmente devido ao ressaltado abaixo do bordo, a classificação de Classe 67 foi uma das primeiras a serem-lhe atribuídas como fez Molina Vidal (1995) em relação

a dois fragmentos recolhidos em sítios do sudeste peninsular (ob. cit. lam. 2:16 e 2:17).

Apenas em 2006 foram levantadas por Rui Almeida (2006) as primeiras suspeitas de que estaríamos perante um novo modelo, através dos exemplares provenientes da Alváçova de Santarém. No entanto, devido à reduzida dimensão de todos estes, o autor entendeu classifica-los como pertencentes à forma Dressel 12 ou 25 (Almeida, 2006, p. 72). Ainda assim este autor levou a cabo uma pesquisa que lhe permitiu localizar oito sítios onde esta forma está presente na Península Ibérica.

Para além destes foi-me possível identificar novos fragmentos publicados sob outras classificações. Assim, encontramos no conjunto de Castro Marim um exemplar claramente pertencente a esta nova forma classificado como Dressel 12 (Arruda et. al., 2006, nº 86), estando presentes dois outros que pelo seu pequeno tamanho levantam algumas dúvidas (ob. cit., nº 104 e 105).

Mais recentemente, Victor Filipe analisou um largo conjunto de ânforas inéditas provenientes do teatro romano de Lisboa (Filipe, 2008), onde creio estar presente outro exemplar deste modelo, sob a classificação mais uma vez de Dressel 12, ainda que as suas características se apresentem esbatidas.

Graças à descoberta de exemplares completos que creio poderem ser integrados nesta classificação, recuperados no naufrágio de Palamós (*apud* Almeida, 2006, est. 84) e um outro cuja origem não é referida (Garcia Vargas e Bernal Casasola, 2008, fig. 2 n.º 8), afigura-se já possível visualizar o seu perfil na totalidade.

Trata-se de uma ânfora com lábio pendente ligeiramente exvasado, de secção ogival com uma aba e um ressalto marcado abaixo deste. Alguns fragmentos (n.º 223 e 230) exibem características ligeiramente diferentes, visto possuírem um lábio mais vertical e mais triangular. O seu colo é cilíndrico, terminando abruptamente num ângulo recto, dando seguidamente origem a um corpo cilíndrico terminado por um bico maciço troncocónico.

As asas são também bastante características, possuindo uma secção circular com um ligeiro sulco na sua face superior, possuindo no remate uma profunda digitação de forma a reforçar a ligação ao bojo. Creio portanto que este modelo pode mesmo ser identificado quando apenas são recuperados fragmentos de asa. Isto pois se entre as

ânforas com a mesma origem as Oberaden 83, Dressel 20 e Dressel 23 possuem asas de secção circular, não apresentam o ligeiro sulco no dorso que aqui observamos.

Pela morfologia dos seus exemplares, entendo que esta é uma forma que se separa claramente da Classe 67. Em primeiro lugar, a Castelinho 1 possui um lábio que se apresenta mais triangular com uma marcada aba na sua parte inferior, seguindo-se depois o ressalto, mais estreito e a uma maior distância do lábio. Abaixo podemos verificar que o colo assume um perfil cilíndrico finalizado por um ângulo recto na transição para o bojo, ao invés do colo bitroncocónico da Classe 67 (fig. 16).

Também o tipo Dressel 25 é claramente um modelo diferente, dado que a forma identificada por Dressel apesar de se assemelhar ao nível do colo, possui um corpo de tendência significativamente mais globular.

A divergência é ainda mais notória em relação à Dressel 12, que com o seu longo colo, asas em S e corpo fusiforme contrastam com o colo curto, asas em quarto de círculo e corpo ovóide que encontramos na Castelinho 1 (fig. 16).

Até ao momento, através das características das pastas, foi possível identificar duas regiões produtoras para este modelo, o vale do Guadalquivir e a Bética costeira, sendo a primeira predominante devido aos fragmentos identificados na Alcáçova de Santarém (Almeida, 2006). Verifica-se a mesma situação em Mesas do Castelinho onde seis exemplares são atribuíveis ao vale do Guadalquivir (n.º 220 a 225) e cinco à Bética costeira (n.º 226 a 230)

Para uma definição adequada da sua cronologia será necessário observar atentamente os contextos onde esta forma já foi identificada. Na Alcáçova de Santarém os nove fragmentos contextualizados encontram-se divididos na mesma proporção por três fases correspondendo a fase 1 ao período entre o segundo quartel do século I a.C. a cerca de 30 a.C., a fase 2 ao período entre o quarto quartel da primeira centúria a.C. e os meados do século I d.C. e a fase 3 ao período entre o final do século I/inícios do II d.C. e os meados do II d.C. Em *Baelo Claudia* foi recolhido um fragmento em níveis atribuídos a meados/3º quartel do século I a.C. (*apud* Almeida, 2006, p. 72), enquanto em Cádiz surgiu um outro em contexto alto imperial (*ob. cit.*). Na cidade de Lixus há a apontar vários achados dentro de níveis datados entre 80/50 a.C. e 15 d.C. (Izquierdo Peraile, Milou e Bonet Rosado, 2001, p. 159-163). Ao fragmento de Castro Marim é

atribuída uma datação da segunda metade do século I a.C. (Arruda et. al., 2006, p. 167).

Os exemplares contextualizados de Mesas do Castelinho confirmam na generalidade estas cronologias, tendo quatro deles sido recuperados em estratos de época imperial, ainda que em torno da mudança de Era, e dois de época republicana. Deste modo creio poder afirmar com alguma segurança que este é um contentor cuja circulação se concentra entre os meados do século I a.C. e os da centúria seguinte, ainda que possa ocasionalmente ultrapassar a baliza superior.

2.5.13. Dressel 7-11

Ainda que o agrupamento destes cinco modelos individualizados por Dressel seja portador de uma grande ambiguidade, trata-se na verdade do único recurso de grande parte dos investigadores que na sua colecção possuem apenas pequenos fragmentos que não permitem a integração numa forma concreta. Podemos porém descrevê-las genericamente como ânforas com lábio sub-rectangular que dá lugar a um colo geralmente cilíndrico ou ligeiramente curvo. A este sucede um corpo ovóide e um fundo oco que varia entre a forma cónica e cilíndrica (Sciallano e Sibella, 1991).

Apesar desta ambiguidade formal estas cinco formas encontram-se associadas ao transporte de preparados de peixe e possuem também uma cronologia semelhante, oscilando entre o último quartel do século I a.C. e o início do século II d.C.

O seu principal centro produtor é a Bética costeira, porém, recentemente começaram a ser identificadas olarias que também produziram esta forma na Estremadura portuguesa, tendo chegado tão a norte como a península de Peniche (Cardoso e Rodrigues, 2005). Outros centros produziram também estes modelos em menores quantidades, como o vale do Guadalquivir (Carreras Monfort, 2000), a costa nordeste da Tarraconense (López Mullor e Martín Menéndez, 2008, p. 704) e a costa sudeste de França (Dangreax et. al., 1992).

Trata-se de um modelo comum, disperso por todo o território português, sendo quase omnipresente nos sítios alto imperiais com ocupação significativa (Arruda, Viegas e Bargão, 2005, p. 289).

Dado que nos encontramos perante um grupo formal e não apenas um único modelo, não será de espantar a existência de uma assinalável diversidade morfológica dos quatro bordos identificados em Mesas do Castelinho (n.º 231 a 234). Esta não é, porém, tão marcada quanto a que usualmente existe em conjuntos com maior número de exemplares, uma vez que os aqui presentes partilham, apesar de tudo, uma orientação vertical ou pouco exvasada e uma secção de tendência rectangular com uma marcada aba.

2.5.14. Dressel 14

Conhecemos por Dressel 14 um modelo anfórico de lábio triangular, longo colo bitroncocónico, corpo cilíndrico e bico comprido, cónico e oco (Sciallano e Sibella, 1991).

Apesar de também ter sido produzida nos centros da costa da Bética (García Vargas, 1998) e em menor quantidade na costa tunisina (Opait, 1997, p. 427), foi na Lusitânia que esta forma obteve maior importância, tendo mesmo sido proposta a hipótese de ser este o seu local de origem (Mayet e Silva, 2002). Nesta província encontra-se dispersa pelas três grandes regiões transformadoras: costa algarvia e vicentina, vale do Tejo e vale do Sado (Fabião e Carvalho, 1990, p. 46), a que recentemente se veio juntar a península de Peniche (Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006).

A identidade do produto transportado apresenta-se seguramente como os preparados de peixe uma vez que os dados oferecidos pela toponímia dos locais de produção, os *tituli picti* (*muria* e *liquamen*) e a análise dos restos de conteúdo recuperados apontam claramente neste sentido (Fabião e Carvalho, 1990, p. 41-42).

No que respeita à sua cronologia, os centros produtores e de consumo apontam para um surgimento na primeira metade do século I d.C., alcançado os finais do século II ou inícios do III (Fabião e Carvalho, 1990, p. 48).

Tal como as suas predecessoras do grupo Dressel 7-11, esta é uma ânfora extremamente difundida no território português, sendo identificada na maioria dos sítios com ocupação do Alto Império (Morais, 2004a, p. 202).

Apesar de neste conjunto apenas dois fragmentos se poderem incluir nesta forma (n.º 235 e 236), verificamos a presença de duas diferentes origens, Bética costeira e Lusitânia, e morfologias do lábio significativamente diferentes.

2.5.15. Oberaden 83

Igualmente conhecida por Haltern 71, Dressel 20 Arcaica ou B, este modelo caracteriza-se por possuir um lábio ligeiramente exvasado, semi-circular, frequentemente com uma depressão na face interna. As asas curtas de secção circular arrancam imediatamente abaixo do bordo, a partir do colo cónico. O corpo é ovóide ainda que de tendência cilíndrica, terminando num bico fundeiro cónico e curto (Berni Millet, 1998).

O seu período de circulação é relativamente curto estando compreendido entre o início do século I d.C. até ao final do principado de Tibério, momento em que evolui para dar origem às Dressel 20 clássicas (Berni Millet, 1998, p. 26-30). Tal como estas últimas, as Oberaden 83 foram fabricadas nas margens ao longo do rio Guadalquivir e muito provavelmente nas mesmas olarias. De igual modo o produto transportado deverá corresponder ao azeite bético que tanta importância irá deter nos séculos seguintes.

Apesar de já há mais de uma década ter sido contrariada a ideia de que as ânforas oleárias em território português não são na verdade tão escassas como era defendido (Fabião, 1993-1994), as primeiras importações de azeite através deste contentor não foram ainda muito identificadas neste espaço, estando presentes em dez sítios: Braga (Morais, 2004a); Coimbra (Carvalho, 1998); Tomar (*apud* Almeida, 2008, p. 152); Santarém (Almeida, 2006); Castelo dos Mouros, Sintra; (Almeida, 2008, p. 152); Soeiros, Arraiolos (Mataloto, 2002); Alcácer do Sal (Silva et. al., 1980-1981); Castelo da Lousa, Mourão (Gonçalves e Carvalho, 2002); Ilha do Pessegueiro (Silva e

Soares, 1993); Quinta de Marim, Olhão (Silva, Soares e Coelho Soares, 1992) e Faro (Viegas, 2009).

Os escassos seis fragmentos desta colecção que incluí nesta forma (n.º 237 a 242), devido à sua reduzida dimensão devem ser encarados com reservas, uma vez que alguns deles podem facilmente pertencer a exemplares um pouco menos ortodoxos de Dressel 1 ou Haltern 70.

2.5.16. Tripolitana I

Sob esta designação encontra-se uma ânfora caracterizada por um bordo exvasado moldurado, no qual a primeira moldura é apontada, enquanto a segunda, de dimensões significativamente maiores, é arredondada. Possui um colo curto cilíndrico ou de tendência cónica que dá lugar a um corpo cilíndrico terminado por um largo bico fundeiro cónico. As asas curtas de secção oval arrancam imediatamente abaixo do bordo voltando a juntar-se ao colo no ponto em que este transita para o corpo (Revilla Calvo, 2003, p. 400).

O seu período de produção é largo, começando no século I d.C. para apenas terminar no IV, sendo assim em grande medida contemporânea das formas II e III da mesma tipologia Tripolitana (Conti, Burrigato e Grubessi, 2001, p. 476).

Tal como o seu nome indica, esta ânfora foi produzida na região da Tripolitânia, onde terá surgido através da evolução do modelo Tripolitana Antiga.

No actual território português foi-me apenas possível encontrar um outro exemplar deste modelo recolhido na cidade de *Conimbriga* (Buraca, 2005).

O fragmento de Mesas do Castelinho (n.º 243) oferece uma contribuição para o conhecimento da cronologia desta forma, na medida em que reforça a sua antiguidade ao ter sido recolhido num contexto em torno da mudança de Era, junto com fragmentos de Dressel 1, Classe 67, Maña C2b, Dressel 20A e Oberaden 83. Deste modo observamos também como a importação do azeite tripolitano não sofreu um hiato durante o século I d.C. até ao começo das importações tipo Tripolitana III.

2.5.17. Verulamium 1908

Conhecemos por Verulamium 1908 uma ânfora de bordo exvasado sem transição marcada para o colo, o qual se caracteriza pelo longo formato bitruncocónico, enquanto as asas apresentam uma secção elíptica com um marcado sulco no dorso. O corpo possui uma forma cilíndrica, terminando num longo fundo cónico maciço. Deste modo verificamos que morfologicamente esta forma apenas se diferencia do tipo Haltern 70 devido ao seu colo mais longo, ausência de um bordo marcado e corpo ligeiramente mais reduzido (Carreras Monfort e Marimón, 2004).

Os exemplares recolhidos até ao momento apontam para uma produção limitada ao vale do Guadalquivir (ob. cit., p. 33), a qual se terá localizado no tempo entre os meados do século I d.C. e os da centúria seguinte (*apud* Almeida, 2008, p. 111).

A difusão deste modelo terá aparentemente sido reduzida, ainda que esta visão se possa dever às vicissitudes da investigação (Carreras Monfort e Marimón, 2004, p. 35). No território português apenas na Alcáçova de Santarém é assinalada a sua presença, ainda que com dúvidas (Almeida, 2008, p. 109).

Também em relação ao fragmento n.º 244 não creio poder existir uma grande segurança na sua classificação dentro do tipo Verulamium 1908, devido à sua reduzida dimensão, sendo igualmente possível a classificação de Haltern 70 tardia ou Dressel 14.

2.5.18. Grupo indeterminado 3

Dado que não acreditei ser possível uma classificação com um nível aceitável de segurança, optei por criar um grupo indeterminado para inserir dois bordos originários da Bética costeira (n.º 245 e 246), caracterizados por possuírem um bordo pendente com secção de tendência triangular. Esta morfologia aproxima-se em certa medida do tipo Beltrán IIA, porém ambos os exemplares apresentam um diâmetro muito inferior ao associado a este modelo. Também a cronologia do n.º 237, o único contextualizado, se afasta deste tipo, cujo início de produção é apontado para o início do século I d.C.

(Garcia Vargas, 2000, p. 84), uma vez que foi recuperado num estrato de época republicana, ainda que da segunda metade do século I a.C.

Como possível paralelo deve ser apontado um fragmento recolhido na Alcáçova de Santarém, classificado como Beltrán IIB, que para além do lábio triangular semelhante possui também um diâmetro reduzido (Arruda, Viegas e Bargão, 2005, fig. 12).

2.5.19. Grupo interminado 4

Integrei neste grupo um fragmento de bordo (n.º 247) de pequena dimensão com secção de tendência circular e fabrico da Bética costeira. O modelo de que mais se aproxima será possivelmente o Dressel 2-4, porém a sua reduzida dimensão impede uma classificação segura, uma vez que poderá até tratar-se de um recipiente de cerâmica comum com colo estreito. A sua contextualização aponta para uma cronologia dentro da primeira metade do século I a.C. ou ainda no final da centúria anterior, afastando assim também a sua inclusão no tipo Dressel 2-4 de cronologia imperial (Molina Vidal, 1997).

2.5.21. Grupo indeterminado 5

Por se afigurar igualmente de difícil classificação, optei por formar um novo grupo indeterminado para o fragmento n.º 248, o qual apresenta um bordo espessado de tendência rectangular com duplo ressalto. Dado que apresenta um fabrico proveniente do vale do Guadalquivir existirá a possibilidade de se tratar de um exemplar do tipo Classe 67 de morfologia menos ortodoxa.

2.5.22. Grupo indeterminado 6

Este grupo é constituído por uma asa bífida com perfil completamente recto (n.º 249), a qual apesar de não permitir especificar concretamente uma classificação torna essencial a sua referência devido ao seu fabrico ser possivelmente proveniente do

Mediterrâneo oriental. Também o seu contexto se afigura particularmente importante, uma vez que surgiu num estrato de época republicana, o que reafirma a proposta de um fabrico oriental, uma vez que apenas no final do século I a.C. foi iniciada a produção de ânforas com asas bífidas nas costas do Mediterrâneo central e ocidental (Peacock e Williams, 1986).

2.6. OS FUNDOS

Dado que este elemento dos contentores anfóricos não permite uma classificação precisa, é muito frequentemente excluído dos estudos sobre estes materiais, salvo quando se trata de exemplares com características extraordinárias. No entanto, apesar de não ser possível determinar a que modelo pertence um fragmento de fundo, é frequentemente possível elaborar uma curta lista de “suspeitos”.

Uma vez que a sua constituição é propícia à conservação mais completa destes elementos, optei por proceder aqui à sua análise quantitativa de modo a confrontar estes resultados com os obtidos para os bordos. Desafortunadamente, somos desde logo confrontados com uma grande disparidade entre o NMI obtido através dos bordos, 244, e aquele proporcionado pelos fundos, 49, o que aliás acontece em vários outros estudos de ânforas romanas (Filipe, 2008; Bargão, 2006), ainda que este fenómeno seja aqui mais acentuado.

Deste modo, foram individualizados seis grupos de fundos, com base na sua morfologia e origem, a cada um dos quais foi atribuída uma ou mais classificações possíveis dentro do quadro cronológico em que se situa este conjunto (fig. 17):

- 1) Fundo longo, cónico, maciço, com fabricos atribuíveis à Península Itálica (12 frag.), Bética costeira (dois frag.) e vale do Guadalquivir (dois frag.) – poderá pertencer ao modelo Dressel 1 ou Greco-italica.
- 2) Fundo curto, cónico, quase sempre preenchido por uma bola de argila com fabricos atribuíveis ao vale do Guadalquivir (17 frag.) e Bética costeira (dois frag.) – poderá pertencer aos modelos Haltern 70, Classe

67, Oberaden 83, Dressel 20 ou à forma que proponho ser classificada como Castelinho 1.

- 3) Fundo cónico, curto, maciço com fabrico atribuível à Lusitânia (um frag.) – poderá pertencer ao modelo Dressel 14
- 4) Fundo cilíndrico, longo, oco com fabrico atribuível à Bética costeira (três frag.) – pertence ao modelo Maña C2B.
- 5) Fundo em glande, maciço, com fabrico atribuível à África Proconsular (dois frag.) – pertence ao modelo Tripolitana Antiga.
- 6) Fundo pouco marcado, arredondado, oco, com fabricos atribuíveis à Península Itálica (sete frag.) e Bética costeira (um frag.) – pertence ao modelo Dressel 1.

Dado que o confronto destes dados com aqueles obtidos a partir dos bordos será apenas efectuado no capítulo dedicado à análise quantitativa do conjunto, caberá aqui apenas comentar o facto de os fundos do tipo arredondado pertencentes ao modelo Dressel 1 estarem bem representados quando usualmente os fundos cónicos maciços dominam esmagadoramente nesta forma. Não deve porém ser excluída a hipótese de entre os exemplares classificados como de tipo arredondado encontrarem-se fragmentos originalmente cónicos que, em determinado momento, se partiram adquirindo este formato através da posterior erosão.

Deve ser também assinalada a ausência de fundos para um número significativo de modelos identificados através dos bordos. Se para grande parte destas formas se trata de um fenómeno compreensível por estas possuírem uma presença muito diminuta, o mesmo não acontece para os tipos R. T. 8.2.1.1. e R. T. 9.1.1.1. Nestes dois casos penso que a sua ausência deverá ter sido provocada pelo seu fundo plano ou ogival, uma vez que provavelmente esta morfologia terá levado a que os seus fragmentos tenham tido confundidos com cerâmica comum.

2.7. AS ASAS

Quando passamos a nossa atenção para asas, deparamo-nos com um problema idêntico ao dos fundos, dado que também estas não permitem, na maioria dos casos, uma classificação precisa.

Graças ao desenvolvimento de métodos de quantificação que utilizam a contabilização de fragmentos de extremidades superiores ou inferiores de asa, dependendo de quais as mais numerosas, dividindo seguidamente por dois para determinar o número de indivíduos (Hesnard, 1998, p. 19), é possível dar a este elemento um maior valor na investigação anfórica. Porém, uma vez que o número de fundos demonstrou ser superior ao de asas contabilizáveis, foi minha opção dedicar uma maior atenção à contagem dos primeiros para o confronto com o número de bordos, sendo em minha opinião redundante a contabilização dos dois elementos.

Deste modo, creio que a maior contribuição que o conjunto de Mesas do Castelinho pode oferecer a este nível virá da análise das asas ainda associadas ao colo e bordo.

Estes fragmentos permitiram a definição de seis grupos diferentes de asas, com base na sua secção (fig. 18):

- 1) Secção elíptica com face superior pouco curva – presente em três ânforas do tipo Dressel 1.
- 2) Secção elíptica com largo sulco na face superior – presente em uma ânfora do tipo Classe 67 e uma do tipo Dressel 20A.
- 3) Secção elíptica com sulco estreito na face superior – presente em uma ânfora do tipo Haltern 70.
- 4) Secção triangular – presente em uma ânfora do tipo Tripolitana Antiga.
- 5) Secção circular com ligeiro sulco na face superior – presentes em três ânforas da forma que proponho ser classificada como Castelinho 1.
- 6) Secção circular de diâmetro reduzido – presentes em quatro ânforas do tipo R. T. 9.1.1.1. e uma do tipo R. T. 8.2.1.1.

A partir destes dados verificamos que, se as asas dos modelos Dressel 1, Haltern 70, Dressel 20A, R. T. 9.1.1.1. e R. T. 8.2.1.1. correspondem ao padrão conhecido para estes contentores, o mesmo não se passa com os fragmentos de Classe 67, cujas asas possuem usualmente três sulcos, e Tripolitana Antiga cujas asas são apresentadas como circulares ou elípticas. Apesar do seu reduzido número, penso que estes dados poderão assim ajudar na classificação de fragmentos de asas em futuros estudos que se concentrem neste elemento.

2.8. OS OPÉRCULOS

Um dos aspectos menos investigados dos contentores anfóricos são precisamente os opérculos cerâmicos utilizados neles como tampa, muitas vezes completamente omissos neste tipo de estudos, certamente por não se revelarem atractivos para os investigadores ao não permitirem uma atribuição ao tipo de ânfora a que teriam pertencido. Porém, o seu valor informativo pode ser significativo, uma vez que alguns autores têm associado o uso de opérculos de cerâmica cozida à selagem dos contentores que transportam preparados de peixe e azeite, enquanto a cortiça seria a preferência no transporte de vinho (Sciallano e Sibella, 1991, p. 11). Desafortunadamente não é possível estabelecer uma relação categórica dado que são conhecidos opérculos em ânforas do tipo Dressel 1, Lamboglia 2, Haltern 70 e outras ânforas vinárias (*apud* Peacock e Williams, 1986, p. 51). Deste modo creio que seria importante um estudo desta realidade de forma esclarecer que dados nos podem efectivamente oferecer os opérculos recuperados.

Em Mesas do Castelinho foram apenas recolhidos três opérculos quase completos e um pequeno fragmento (n.º 250 a 253), o que tendo em conta o NMI é um número manifestamente reduzido. Por um lado, este facto poderá ficar a dever-se a que quando são somente recuperados pequenos fragmentos estes podem ser confundidos com cerâmica comum.

2.9. OS GRAFITOS

Em Mesas do Castelinho os grafitos surgem como a única forma de epigrafia anfórica, encontrando-se sobre quatro fragmentos. Este fenómeno, frequente nestes contentores, poderia assumir variadas funções, no entanto estas encontram-se intimamente relacionadas com o momento da gravação antes ou depois da cozedura. Deste modo, no caso do primeiro os grafitos estarão provavelmente relacionados com algum aspecto do processo produtivo do recipiente, como o nome do oleiro de forma a distinguir as suas ânforas dos restantes, enquanto os gravados pós-cozedura deverão ter sido elaborados no local de enchimento ou consumo (Berni Millet, 1998, p. 23).

De entre o conjunto de grafitos de Mesas do Castelinho, dois (n.º 254 e 256) localizados na pança dos contentores, representam claramente numerais, [...]XXXI[...] e [...]XVIII, ainda que estes possam não se encontrar completos devido à proximidade das fracturas. Relativamente ao momento da sua gravação, o primeiro deverá ter sido realizado após a cozedura e o segundo antes desta.

No colo de uma ânfora do tipo Dressel 1 (n.º 100) surge um grafito elaborado antes da cozedura constituído por duas letras em escrita cursiva, que deverão corresponder a um I e um A.

Pior conservado encontra-se um outro grafito pré-cozedura sobre uma ânfora itálica (n.º 255), que presumivelmente também representa letras, sendo que apenas a primeira permite uma identificação com alguma segurança, um A.

3. ANÁLISE QUANTITATIVA E QUALITATIVA

23	01	AL	41		PBC1	Barto	Polina D		
24	06	BO	100	22	PBC1	Barto	Polina D	11,3	1,6
25	06	BO	77		PBC1	Barto	T-81111	10,8	10,1
26	06	AL	145		PBC1	Barto	T-81111	17,9	8,9
27	05	BO	110		PBC1	Barto	T-81111	16,8	4,8
28	06	AL	145		PBC1	Barto	T-81111	16,9	4,1
29	01	BO	428		PBC4	Barto	T-81111	17,9	1,9
30	05	BO	280	Rua 1	PBC1	Barto	T-81111	10,5	4,0
31	06	AL	145		PBC2	Barto	T-81111	10,4	1,4
32	06	AL	145		PBC1	Barto	T-81111	11,3	4,9
33		AL	100		PBC1	Barto	T-81111	11,6	4,5
34	06	AL	122		PBC1	Barto	T-81111	11,4	1,5
			100						
35	06	AL	100		PBC1	Barto	T-81111	14,3	2,8
36	06	BO	112		PBC1	Barto	T-81111	16,1	1,4
37	05	BO	17		PBC1	Barto	T-81111	10,0	4,3
38	05	BO	280		PBC2	Barto	T-81111	10,2	7,9
39	05	BO	280	Rua 1	PBC1	Barto	T-81111	10,2	7,8
40	02	BO	10		PBC1	Barto	T-81111	12,9	1,1
41	05	BO	21		PBC1	Barto	T-81111	14,2	10,1
42	06	BO	100	22	PBC1	Barto	T-81111	10,6	6,6
43	06	BO	479	202	PBC1	Barto	T-81111	14,4	1,6
44			129		FAP	Barto	Duplomas setup	11,4	6,4
45	05	BO	21		FAP	Barto	Duplomas setup	14,3	11,1
46	01	AL	41		FAP	Barto	Duplomas setup	14,2	1,9
47	07		129		PBC1	Barto	Mado CB	20,6	1,9
48	05	BO	179		PBC2	Barto	Mado CB	21,1	1,7
49	07		129		PBC1	Barto	Mado CB	19,0	1,1
50	02	AL	41		PBC1	Barto	Mado CB	21,0	1,2
51	05	BO	180	21	PBC1	Barto	Mado CB	19,1	4,1
52	06	BO	142	20	PBC1	Barto	Mado CB	21,1	1,1
53	05	BO	107		PBC1	Barto	Mado CB	21,2	1,0
54	05	BO	196		PBC1	Barto	Mado CB	21,1	1,9
55	07	BO	0		PBC1	Barto	Mado CB		2,0

3.1. O NMI E A SUA DISTRIBUIÇÃO

Como já foi referido, o NMI foi escolhido como o principal método de quantificação a ser utilizado nesta dissertação. A sua contabilização seguiu uma adaptação do texto de Stéphanie Raux (1998, p. 13), utilizando para cada forma o número após colagem de bordos, recorrendo apenas a outro elemento quando é sinalizada a presença de um modelo ou origem não representado por estes, situação em que lhe é dado o valor de um indivíduo.

Deste modo a contagem resultou em 247 indivíduos, 246 obtidos através de bordos e apenas um através de uma asa, os quais se encontram repartidos pelas formas como é indicado no gráfico abaixo (fig. 2):

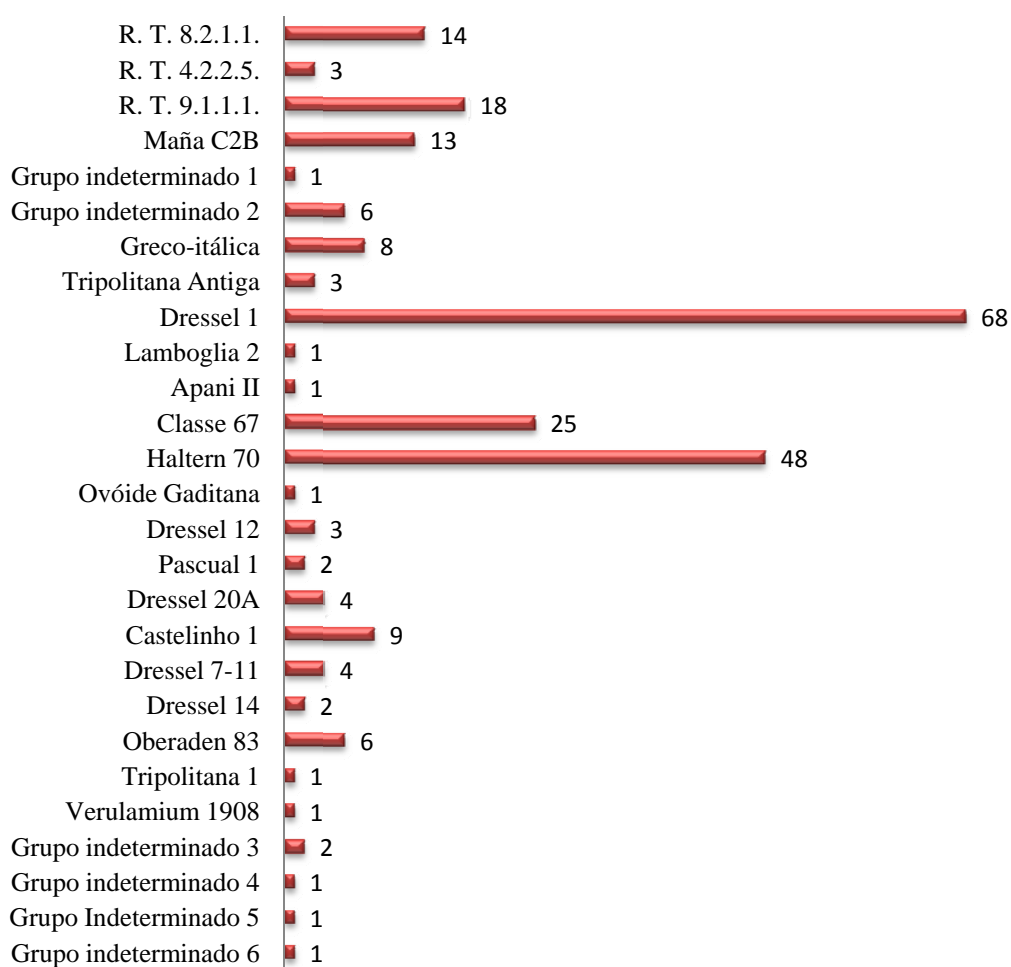


Fig. 2 – Representação dos tipos anfóricos segundo o NMI.

Desde logo ao observarmos este gráfico salta à vista a enorme disparidade que existe entre as formas melhor e pior representadas, sendo que somente os quatro modelos mais frequentes detêm 64,4% do NMI, enquanto grande parte dos restantes tipos anfóricos possuem apenas um ou dois exemplares.

3.2. OS FUNDOS

De forma a confirmar ou questionar a representação de cada forma obtida através do NMI foram elaborados dois gráficos. No primeiro foram introduzidos os valores de cada um dos grupos de fundos estabelecidos no capítulo anterior, enquanto no segundo, utilizando o NMI, foram agrupados os modelos a que pode corresponder

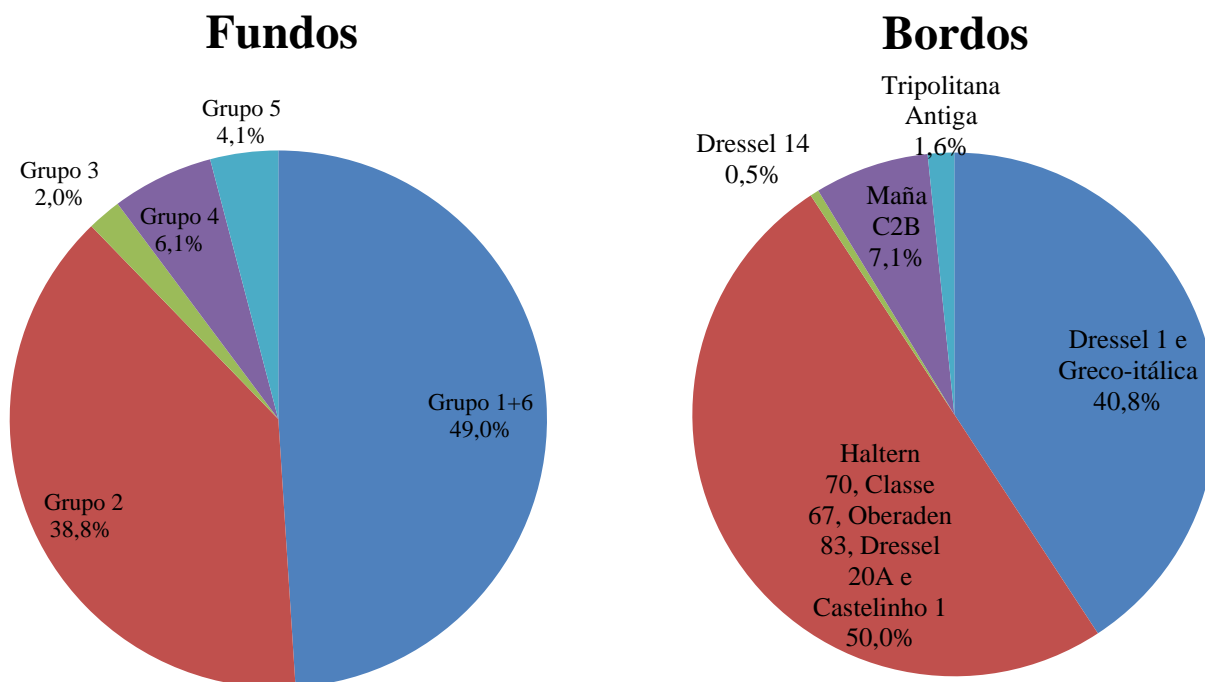


Fig. 3 – Grupos de fundos e grupos equivalentes de bordos

cada grupo de fundos para que possam ser comparadas as duas séries de dados (fig. 3).

Deste modo verificamos que efectivamente a contabilização dos fundos confirma o NMI, uma vez que estes gráficos não assinalam diferenças substanciais, ainda que, ao contrário do que acontece nos bordos, os fundos dos grupos 1 e 6 sejam mais numerosos que os do grupo 2.

3.3. AS PROVENIÊNCIAS

Com base no NMI e nos fabricos, sendo que estes últimos foram para este efeito agrupados em regiões alargadas, foi elaborado um gráfico com o objectivo de ilustrar a importância de cada região dentro deste conjunto (fig. 4).

Ao contrário do que poderíamos esperar para um sítio cuja grande maioria dos estratos pertence a época republicana, a região que aqui se apresenta como dominante é o vale do Guadalquivir e não a Península Itálica, que surge apenas em terceiro lugar.

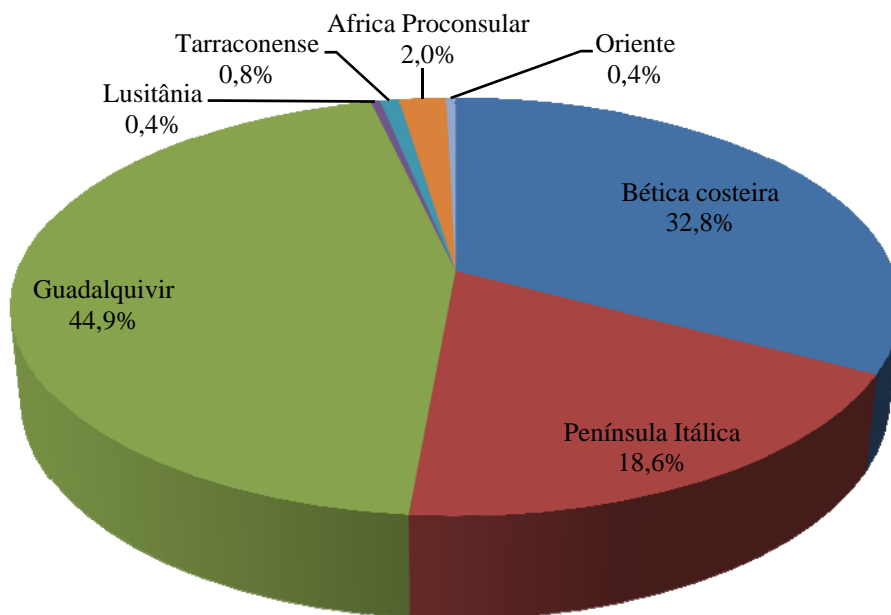


Fig. 4 – Proveniência dos fragmentos que constituem o NMI

Este fenómeno deverá ter a sua explicação na muito rápida substituição dos contentores de vinho itálico, que terão dominado apenas no final do século II a.C. e primeiras décadas da centúria seguinte, pelos produzidos no Guadalquivir. Com efeito, verificamos que mesmo a forma Dressel 1, que na generalidade dos sítios do território português é essencialmente constituída por exemplares oriundos da Península Itálica com presenças apenas marginais de imitações do vale do Guadalquivir e baía de Cádiz, em Mesas do Castelinho, apesar de ser dominada pelas produções itálicas, possui uma representação já importante de exemplares do Guadalquivir e Bética costeira. No entanto, também as importações de preparados de peixe das costas da Bética contribuíram para ofuscar o vinho itálico durante o final do século II e início do I graças à significativa presença de ânforas dos tipos R. T. 8.2.1.1. e R. T. 9.1.1.1., Maña C2B e Dressel 1 béticas.

Menos acentuada, mas ainda relevante, a presença de exemplares provenientes da África Proconsular, Tarraconense e Mediterrâneo oriental deverá corresponder a um complemento das principais regiões abastecedoras e em alguns casos ao consumo de um produto especialmente luxuoso, de que deverá ser exemplo a importação oriental.

A fraca representação de produtos lusitanos, por outro lado, é com toda a probabilidade o resultado da condicionante cronológica deste sítio, uma vez que a generalização destas produções ocorre num momento em que as importações de alimentos envasados em ânforas teriam já entrado em abrupto declínio neste povoado.

Esta realidade é aparentemente partilhada com grande parte dos conjuntos de época republicana e essencialmente republicana, como a Lomba do Canho (Fabião, 1989), Santarém (Bargão, 2006), Castelo de São Jorge, Lisboa (Pimenta, 2005) e Faro (Viegas, 2009), onde dominam as regiões produtoras da Península itálica, Bética costeira e Vale do Guadalquivir, ou pelo menos duas destas, enquanto as restantes são manifestamente minoritárias.

3.4. OS CONTEÚDOS

Como já foi referido, a determinação dos conteúdos transportados pelos contentores anfóricos é uma tarefa que, na maioria dos casos, se reveste de grandes dúvidas. No entanto, e ainda que com as devidas reservas, procedi aqui à quantificação destes produtos a partir daquele que julgamos ser maioritário em cada tipo de ânfora.

Para que sejam perfeitamente claras as premissas com as quais foi construído o gráfico que se segue (fig. 5), foram entendidos como contentores de preparados piscícolas as formas R. T. 8.2.1.1., Greco-italica da Bética Costeira, R. T. 9.1.1.1., Maña C2B, Dressel 1 das costas da Bética, Dressel 12, Dressel 7-11 e Dressel 14.

Foram contabilizadas como ânforas vinárias os modelos Greco-italica da Península Itálica, Dressel 1 itálicas e do vale do Guadalquivir, Lamboglia 2, Haltern 70 e Pascual 1.

Os tipos Tripolitana Antiga, Apani II, Dressel 20A, Oberaden 83 e Tripolitana 1 foram considerados oleários, enquanto para os R. T. 4.2.2.5., Dressel 1 africana, Classe 67, Ovóide Gaditana, Castelinho 1 e grupos indeterminados foi entendido que não

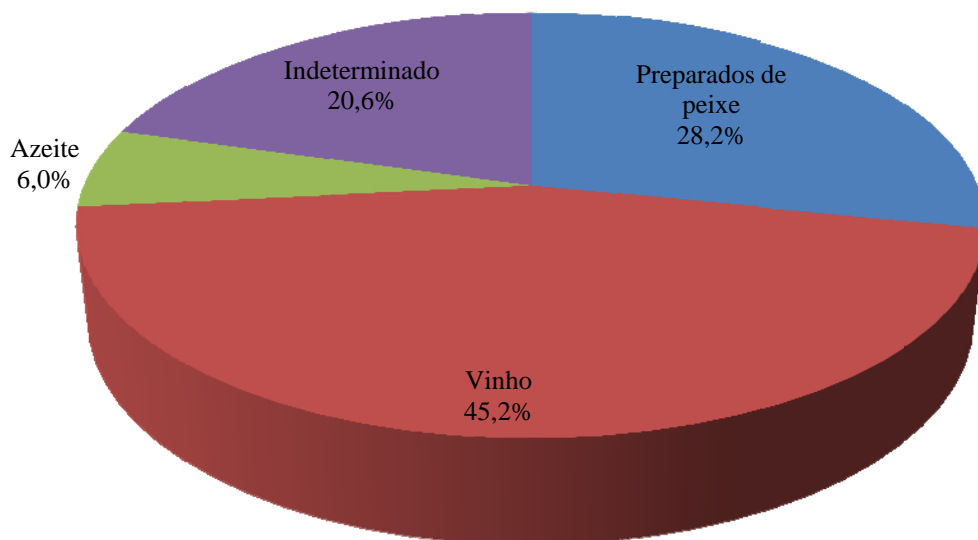


Fig. 5 – Produtos transportados pelos exemplares do NMI

existiam dados suficientes para um estabelecimento do seu conteúdo.

Como vem sendo a norma durante as épocas de ocupação republicana dos sítios do território português, com a excepção mais notória de Castro Marim (Arruda et. al., 2006), em Mesas dos Castelinho observamos um acentuado domínio das importações de vinho, seguido pelos preparados de peixe, com uma diminuta presença dos contentores oleícolas.

3.4.1. O consumo de vinho

Apesar de não existirem indícios conclusivos sobre a produção ou não de vinho em época pré-romana no sudoeste peninsular, é neste momento amplamente aceite que pelo menos o seu consumo remontará a este período graças à sua introdução pelos fenícios (Fabião, 1998b, p. 170-171).

Com a conquista romana multiplicam-se os indícios relacionados com o consumo de vinho, os quais nos revelam também que este não deverá ter sido visto apenas como um produto de luxo que conferia prestígio àqueles que o bebiam, mas sim como parte de um ritual.

Efectivamente no sítio de Mesas do Castelinho não são apenas as ânforas que nos indicam ter existido aqui um significativo consumo de vinho desde um momento recuado da conquista romana. Refiro-me à recolha de um número significativo de *simpula* e coadores (Fabião, 1999, p. 175 e 180), assim como de cerâmicas de “paredes finas” (Fabião, 2002, p. 124). Poder-se-ia argumentar que a presença numa realidade não itálica de *simpula* e cerâmica de “paredes finas” não implica necessariamente a sua associação ao consumo de vinho, no entanto o mesmo não se passa com os coadores (ob. cit., p. 179).

Assim, este facto parece apontar que os habitantes deste povoado terão consumido este vinho seguindo os hábitos romanos e talvez até praticado cerimónias tipicamente romanas, ainda que estas hipóteses permaneçam longe de qualquer confirmação.

Relativamente à evolução do consumo deste produto em Mesas do Castelinho, é certamente possível que este remonte até ao período pré-romano, porém, nenhum dos tipos anfóricos desta época aqui recolhidos é associado a um conteúdo vinário, ainda que seja indeterminado o produto transportado pelas ânforas do tipo R. T. 4.2.2.5. (*apud* Pimenta, 2005, p. 91).

Assim, apenas podemos comprovar efectivamente o início do seu consumo num momento que parece acontecer imediatamente após a conquista do sítio, uma vez que as ânforas do tipo Greco-italica aqui recolhidas constituem um dos elementos romanos mais antigos deste povoado, com a excepção de alguns exemplares de cerâmica campaniense. A presença destes contentores, neste e em outros locais com ocupação pré-romana como Santarém (Bargão, 2006), Lisboa (Pimenta, 2005), Faro e Castro Marim (Viegas, 2009), possibilitam mesmo colocar de novo em cima da mesa a possibilidade da importação de vinho itálico anterior à conquista destes territórios, uma vez que um dos grandes factores que invalidavam esta hipótese era precisamente a recorrente ausência de ânforas da forma Greco-italica em povoados com ocupações pré-romanas (Fabião, 1998b, p. 175). No entanto, tal permanece uma mera hipótese, uma vez que todos os fragmentos contextualizados deste tipo foram recolhidos em estrados de época romana.

Estas importações intensificam-se no final do século II a.C., sendo difícil detectar flutuações até às primeiras décadas da nossa Era, uma vez que não diferem muito os números das ânforas Dressel 1 vinárias das suas sucessoras Haltern 70 (fig. 6), sendo que os restantes contentores de vinho deste período não estão presentes em número suficiente para fazer oscilar a balança.

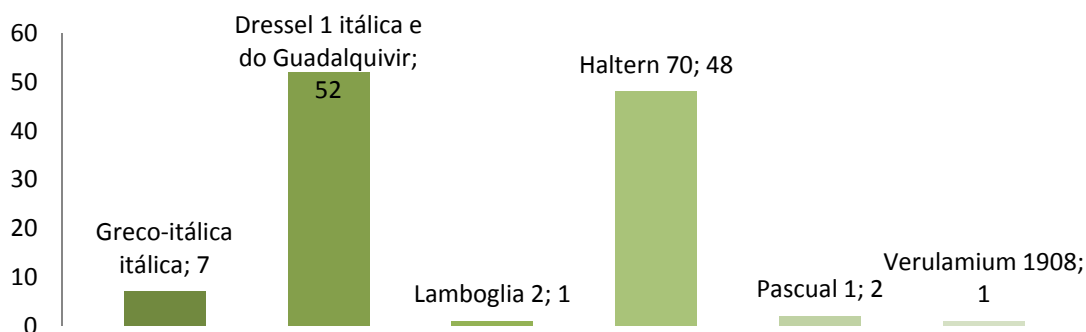


Fig. 6 – NMI das formas anfóricas vinárias

Ainda que não seja possível identificar o momento exacto, terá existido no século I d.C. uma abrupta quebra nas importações de vinho, como nos restantes produtos envasados em ânforas, provavelmente durante o segundo quartel desta centúria. Porém verificamos que a chegada de contentores vinários não cessou completamente, uma vez que o exemplar da forma Verulamium 1908 deverá ter sido produzido na segunda metade do século I d.C.

3.4.2. O consumo de preparados de peixe

Se a importação de vinho anterior à ocupação romana do povoado de Mesas do Castelinho é uma possibilidade, a chegada de preparados de peixe em época pré-romana pode ser afirmada com relativa segurança, devido à importante presença de contentores ibero-púnicos (R. T. 8.2.1.1., R. T. 9.1.1.1., Maña Pascual A4) associados a este conteúdo em estratos deste período, assim como à existência do já referido fragmento do tipo Maña C2A, como sucede em grande número de povoados pré-romanos com ocupação da segunda metade do primeiro milénio a.C. do território português (Pimenta, 2004; Sousa, 2005).

No entanto, observamos um incremento da chegada deste produto ao povoado de Mesas do Castelinho nos primeiros momentos da sua ocupação romana, fenómeno particularmente visível nos estratos romanos mais antigos do sector A3, onde estão presentes consideráveis quantidades de ânforas dos tipos R. T. 8.2.1.1. e R. T. 9.1.1.1. (fig. 7).

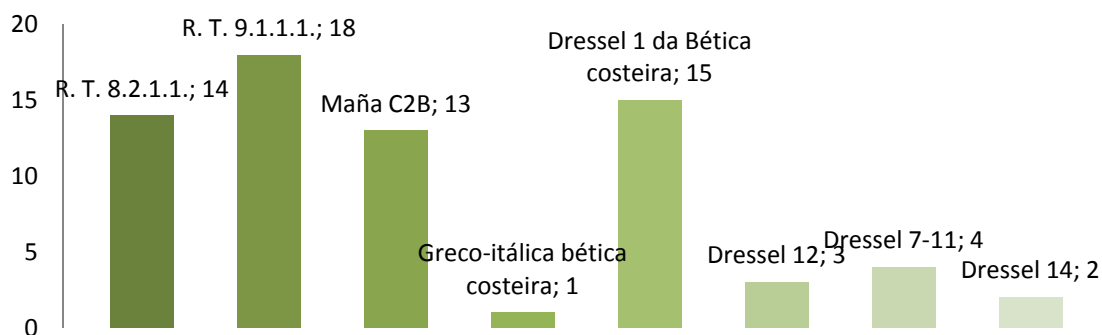


Fig. 7 – NMI das formas de ânforas transportadoras de preparados de peixe

Durante o século I a.C., possivelmente no segundo quartel, parece dar-se um abrandamento na importação de preparados de peixe, uma vez que a presença de ânforas Maña C2B é substancialmente inferior à dos tipos R. T. 8.2.1.1. e R. T. 9.1.1.1. que marcam o período anterior. Este ritmo deverá ter permanecido estável até à mudança de Era, visto o reduzido número de exemplares da forma Dressel 12 não serem suficientes para suspeitar um aumento durante a segunda metade da última centúria antes da nossa Era.

Tal como se verifica para as importações de vinho, terá existido uma acentuada quebra na chegada de preparados de peixe em algum momento do século I d.C., provavelmente durante o segundo quartel, uma vez que a presença de ânforas da família Dressel 7-11 e especialmente do tipo Dressel 14 é muito reduzida.

3.4.3. O consumo de azeite

Como explicação para a manifestamente reduzida importação de azeite nos sítios do território português tem já sido repetidamente proposta a existência de uma produção oleícola a partir de época pré-romana (Fabião, 1989, p. 126), apoiada também no facto da espécie *olea* ser endémica na Península Ibérica, porém não foram ainda apresentadas provas conclusivas que sustentem esta hipótese.

Tal como observámos para o vinho, é possível recuperar elementos que documentem indirectamente o consumo de azeite, neste caso, as lucernas. Porém, tal como se verifica durante o período republicano noutros sítios do sudoeste peninsular (Bargão, 2006, p. 108), as lucernas republicanas são muito escassas no povoado de Mesas do Castelinho (Fabião, 2002, p. 124). Deste modo, ainda que seja possível a existência de um outro tipo de utensílio de iluminação alimentado a azeite, os habitantes deste povoado terão aparentemente utilizado outros métodos para afastar a escuridão. Caso o azeite tenha efectivamente tido um reduzido uso na iluminação, podemos então presumir que o seu consumo tenha estado sobretudo relacionado com outros dos seus numerosos usos, como a alimentação ou a higiene (Fabião, 1997, p. 250).

Uma vez que foi associado um conteúdo oleícola às ânforas do tipo Tiñosa (Carretero Poblete 2004b), a sua presença em Mesas do Castelinho aponta para uma importação deste produto ainda em época pré-romana neste povoado.

Dado que as balizas cronológicas das formas Tripolitana Antiga e Apani II ocupam o final do século II a.C. e a quase totalidade do seguinte, apenas podemos utilizar o contexto do fragmento do tipo Tripolitana Antiga n.º 66 para recuar até à primeira metade do século I a.C. as importações de azeite efectuadas pelo povoado de Mesas do Castelinho em época romana.

Durante a segunda metade do século I a.C. parece ter-se verificado um ligeiro incremento da chegada deste produto, visto o número de exemplares do tipo Dressel 20A ser idêntico à soma daqueles das formas Tripolitana Antiga e Apani II, porém corresponderem a um intervalo de tempo mais curto.

Tendo em conta a evolução do consumo de vinho e preparados de peixe, é com alguma surpresa que verificamos a maior concentração das importações de azeite no início do século I d.C., devido ao significativo número de ânforas do tipo Oberaden 83 aqui presentes (fig. 8). Porém, num momento imediatamente posterior, provavelmente no segundo quartel desta centúria, dá-se também uma quebra na chegada de azeite até este povoado, uma vez que estão ausentes as ânforas das formas do tipo Dressel 20 que circulam a partir dos principados de Cláudio e Nero (Berni Millet, 1998), sendo que apenas o exemplar da forma Tripolitana 1 pode indicar uma importação de azeite posterior a esta quebra.

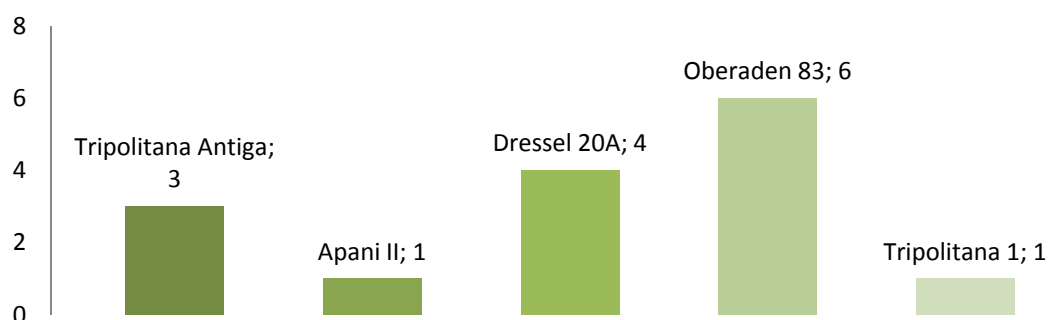


Fig. 8 – NMI das formas anfóricas oleárias.

3.5. A EVOLUÇÃO ECONÓMICA

Devido às particularidades de conservação do sítio de Mesas do Castelinho, onde apenas um sector possui estratos de época imperial, creio que não seria representativa uma análise global da cronologia deste conjunto com base nos contextos onde os fragmentos foram recuperados.

Por fortuna, muitas das cronologias dos modelos aqui presentes permite realizar uma divisão aproximada entre ânforas republicanas e imperiais, ainda que esta não possa ser tida como rigorosa. Dado que as formas Haltern 70, Dressel 12, Pascual 1, Castelinho 1, Dressel 20A, Ovóide Gaditana e grupos indeterminados não permitem esta distinção, foram contabilizadas com base nos seus contextos (fig. 9). Penso que esta aproximação será assim mais representativa, uma vez que se nos sectores sem estratos imperiais conservados as ânforas desta época são apenas intrusões, isto deverá ser compensado pelos fragmentos de camadas revolvidas e de recolhas de superfície.

Como é bem visível através da forte representação dos modelos tipicamente republicanos, as importações de ânforas em época imperial são significativamente mais reduzidas, correspondendo a menos de um terço das republicanas.

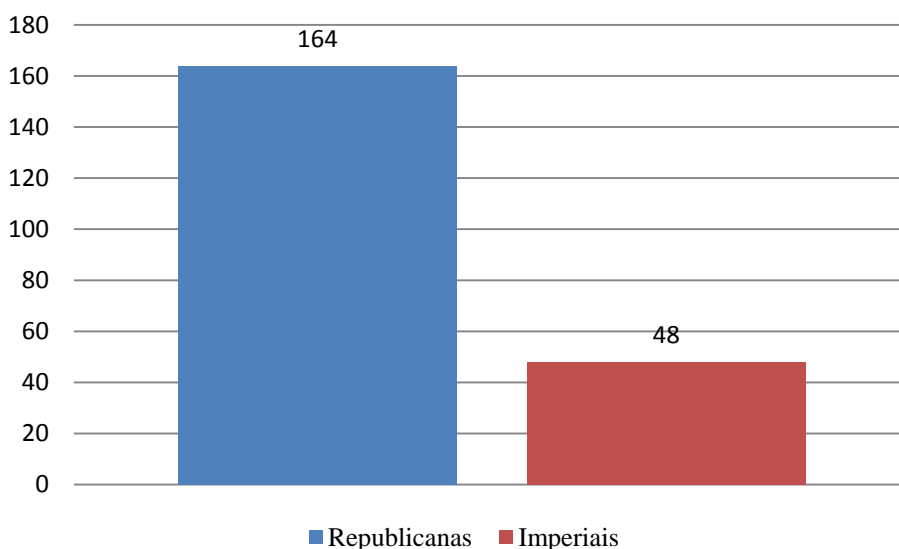


Fig. 9 – Cronologia das ânforas que compõem o NMI

A acentuação deste fenómeno permanece razoavelmente inalterada se tivermos em consideração a duração de cada um destes períodos em Mesas do Castelinho. Assim, se aceitarmos o início da chegada dos produtos romanos no terceiro quarto do século II a.C. o período republicano terá tido a duração de pouco mais de uma centúria. Deste modo não será muito mais prolongada a do período imperial se admitirmos o abandono do povoado no final do século I d.C./início do II.

Um olhar mais pormenorizado sobre os passos da evolução da importação de ânforas deste povoado estará obviamente mais exposto à ocorrência de erros de interpretação, porém creio estarem reunidas as condições para uma análise com um nível aceitável de confiança.

Apesar de as importações de ânforas do período pré-romano não terem sofrido um estudo aprofundado, creio ser seguro afirmar que o período imediatamente posterior à ocupação romana do povoado assiste a um aumento substancial do ritmo de chegada destes contentores, o que é bem visível nos níveis romanos mais antigos do sector A3. Assim até ao final do século II a.C. deverá ter havido uma significativa chegada de ânforas do tipo R. T. 8.1.1.1., R. T. 9.1.1.1., Greco-italica e Dressel 1.

Durante a primeira metade do século I a.C. parece ter existido um decréscimo das importações de preparados de peixe, devido à presença modesta de exemplares do tipo Maña C2B, porém um aumento dos contentores vinários da forma Dressel 1 deverá ter compensado esta descida e até contribuído para um crescimento do total das importações de ânforas.

Este aumento da chegada de ânforas ao povoado de Mesas do Castelinho é ainda substancialmente mais acentuado durante a segunda metade deste século, sendo particularmente expressivos os números dos exemplares do tipo Haltern 70 e Classe 67, sem desprezar também os fragmentos de Dressel 12, Dressel 20A e Castelinho 1.

Esta situação inverte-se durante o século I d.C., como é claramente visível através da escassez de ânforas da família Dressel 7-11 e do tipo Dressel 14, as quais estão presentes em grandes números na maioria dos sítios de época alto imperial do território português, mesmo que por vezes apenas uma destas formas esteja bem representada (Alarcão, Étienne e Mayet, 1990; Pinto e Lopes, 2006; Morais, 2006). Deste modo a importação de ânforas deverá ter decrescido substancialmente no

primeiro quartel do século I d.C., ainda com a importação de alguns contentores do tipo Haltern 70, Oberaden 83 e Dressel 14, porém, provavelmente durante o segundo quartel desta centúria, terá existido uma quebra quase total da chegada destes recipientes, apesar da presença dos tipos Tripolitana 1 e Verulamium 1908. Para esta observação contribuem a já referida diminuta presença de ânforas do tipo Dressel 7-11 e Dressel 14, mas também a quase total ausência de exemplares destas formas de origem lusitana, assim como a inexistência de fragmentos do modelo Dressel 20 C e D de Berni Millet (1998).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação deste conjunto de materiais, creio ser impossível argumentar contra a grande importância do sítio de Mesas do Castelinho no estudo da conquista romana do sudoeste peninsular, assim como do período tardo-republicano e Alto Imperial desta região.

Com efeito, a presença de um número considerável de ânforas da forma Greco-italica proporcionam desde logo um contributo que creio ser da maior importância. Estes contentores que, como foi referido, somente foram produzidos até ao terceiro quartel do século II a.C., afiguram-se como um dos indícios da mais antiga presença romana no sudoeste peninsular, porém encontram-se assinaladas apenas em pequena quantidade e num escasso número de sítios concentrados no baixo vale do Tejo e na costa Alentejana e Algarvia (Bargão, 2006, fig. 16), sendo Mata-filhos, Mértola (Luís, 2003), o único localizado no interior. Esta distribuição causava assim algumas dificuldades em provar materialmente que quando Décimo Júnio Bruto se estabelece em *Olisipo* e *Moron* no ano de 138 a.C. toda a região até ao rio Tejo se encontrava já conquistada, apesar desta ser uma forte convicção dos investigadores (Fabião, 1997, p. 205). Assim, a sua presença em Mesas do Castelinho em estratos posteriores à conquista do povoado dá agora um novo fundamento a esta proposta.

A imagem da realidade social do povoado de Mesas do Castelinho que este conjunto nos transmite é a de uma sociedade onde poderão ter existido algumas diferenciações económicas, uma vez que apesar destes contentores terem sido recolhidos em contextos dispersos por grande parte dos compartimentos intervencionados, existe uma concentração significativamente mais elevada na área central da plataforma inferior, onde estão presentes cerca de metade dos fragmentos que constituem o NMI. Este facto não será certamente resultante do volume escavado, porém não pode ser excluída a hipótese de estar relacionado com diferentes fenómenos pós-deposicionais sofridos pelas diferentes áreas escavadas, ou distintas utilizações destes espaços.

Também a arquitectura parece apontar neste sentido, uma vez que pelo menos os dois edifícios do sector B3 situados a Este da Rua 1 possuem durante o período republicano dimensões superiores aos localizados do lado oposto desta rua, para além de um segundo piso (Fabião e Guerra, 2003, p. 16).

Mais difícil se afigura determinar se o consumo dos produtos transportados por estas ânforas terá sido feito por romanos que aqui se instalaram, por indígenas ou por ambos. Apesar de as lucernas, consideradas um importante indício de romanização (Fabião, 2002, p. 123), terem aqui uma fraca presença (ob. cit., p. 124) e os recipientes de cerâmica comum continuarem a seguir maioritariamente a tradição indígena pré-romana (Fabião e Guerra, 1994a, p. 279-280), estes indicadores não deverão ser suficientes para rejeitar a presença de populações romanas neste povoado.

No que respeita à evolução económica, este conjunto permite-nos observar que desde o início da ocupação romana até à mudança de Era este povoado aparentemente terá conhecido um crescente progresso, visível no aumento do número de ânforas importadas, demonstrando como foi significativa a sua integração dentro dos circuitos comerciais deste período. Porém, no início do século I d.C. esta tendência inverte-se, com um decréscimo assinalável nas primeiras duas ou três décadas deste século, tendo-se aparentemente seguido uma interrupção quase total da chegada de ânforas a este povoado, a qual deverá ter sido completa antes do final deste século.

As técnicas construtivas apontam também para uma decadência durante a época imperial, dado que é possível observar um significativo empobrecimento no cuidado dedicado à edificação das estruturas levantadas durante este período (Fabião e Guerra, 2002, p. 23).

No entanto, devo assinalar que estes dados contrastam com aqueles fornecidos pelos numerosos fragmentos de *terra sigillata* recolhidos no sector B1 e B3, os quais são constituídos tanto por produções itálicas como sudgálicas, ainda que sejam já raros os exemplares de origem hispânica. Apesar desta observação *a priori*, é necessário esperar por um estudo mais aprofundado das cerâmicas finas do período republicano e imperial para retirar conclusões mais definitivas.

Apesar da aparente conflituosidade destes dados, podemos dizer com alguma segurança que num momento ainda por determinar do século I d.C., provavelmente na sua primeira metade, o povoado de Mesas do Castelinho deixa de acompanhar a tendência de crescimento em que continuam a maioria dos aglomerados populacionais da província da Lusitânia, especialmente durante a segunda metade desta centúria, com a concessão da latinidade à Hispânia pelo imperador Vespasiano (Fabião, 1997, p. 225). Este declínio anormal poderá estar relacionado com o desvio do tráfego desde o caminho serrano controlado pelo povoado para uma outra via (Fabião, 1998a, vol I, p. 277), provavelmente aquela que, através da interpretação do Itinerário de Antonino, Vasco Mantas faz passar próximo de Almodôvar (Mantas, 1994).

BIBLIOGRAFIA

- AGUILERA, A. (2004) – El contenido de las ánforas Haltern 70 según los *tituli picti*. In CARRERAS, C.; AGUILERA, A. eds. lts. – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. p. 119-120. (Monografies del Casc 5).
- ALARCÃO, J. (1976) – Les amphores. In *Fouilles de Conimbriga*. Paris: Diffusion E. de Boccard. Vol. VI, 79-91.
- ALARCÃO, J. (1988) – *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Europa América. 139 p.
- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R.; MAYET, F. (1990) – *Les Villas romaines de São Cucufate (Portugal)*. Paris: Diff. E. De Boccard. 2 vol.
- ALMEIDA, R. (2006) – *As produções anfóricas do Guadalquivir no quadro das importações de Scallabis: contributo para o conhecimento dos tipos minoritários no ocidente peninsular*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 vol. Dissertação de mestrado.
- ALMEIDA, R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritários*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 352 p. (Col.lecció Instrumenta, 28).

- ARRUDA, A. M. (1998a) – Ânforas da Classe 32 da Alcáçova de Santarém. *Conimbriga*. Coimbra, Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 37, p. 201-231.
- ARRUDA, A. M. (1998b) – A conquista. In MEDIDA, J. ed. lit. – *História de Portugal*. Amadora: Ediclube. Vol. II, p. 161-174.
- ARRUDA, A. M. (2000) – As cerâmicas de importação do Castelo de Castro Marim: no âmbito do comércio ocidental dos séculos V a II a.C. In *IV Congresso Internacional de estudios Fenicios y Púnicos*. Cadiz: Universidad de Cadiz, p. 727-735.
- ARRUDA, A. M. (2002) – *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)*. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra. 281 p. (Cuadernos de Arqueología Mediterránea; 5-6).
- ARRUDA, A. M.; ALMEIDA, R. R. de (1999) – As importações de vinho itálico para o território actualmente português: contextos, cronologias e significado. In GORGES, J.-G.; RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G., eds. lits. - *Économie et territoire en Lusitanie romaine*. Madrid: Collection de la Casa de Velázquez. 65, p. 307-337.
- ARRUDA, A. M.; BARGÃO, P.; SOUSA, E. (2005) – A ocupação pré-romana de Faro: Alguns novos dados. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 8:1, p. 177-208.

- ARRUDA, A. M.; VIEGAS, C.; BARGÃO, P. (2005) – As ânforas da Bética costeira na Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 8:1, p. 279-297.
- ARRUDA, A. [et. al.] (2006) – A importação de preparados de peixe em Castro Marim: da Idade do Ferro à Época Romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal. 13, p. 153-176.
- ARRUDA, A. [et. al.] (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Xelb, Actas do 5º Encontro de Arqueologia do Algarve*. Silves: Museu Municipal de Arqueologia. 8, p. 137-168.
- BALDACCI, P. (1972) – Importazioni cisalpine e produzione Apula. In BALDACCI, P. [et. al.] eds. - *Recherches sur les amphores romaines*. Roma: École Française de Rome. p. 7-28.
- BARGÃO, P. (2007) – *As importações anfóricas do Mediterrâneo durante a época Romana republicana na Alcáçova de Santarém*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 v. Dissertação de mestrado.
- BEAU, B. (1994) – A brief archaeo-metallurgical survey at Mesas do Castelinho, Almodôvar, Portugal, in July 1992. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.

- BEIRÃO, C. M., *et. al.* (1985) – Depósito votivo da II Idade do Ferro de Garvão. Notícia da primeira campanha de escavações. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. S. IV, 3, p. 45-136.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1970) – *Las ánforas romanas en España*. Zaragoza: Deputación Provincial. 669 p.
- BELTRÁN LLORIS, M. (1990) – *Guia de la cerâmica romana*. Zaragoza: Libros Pórtico. 373 p.
- BERNAL CASASOLA, D. (1998) – Las ánforas de producción local: tipología, caracterización y epigrafía. In BERNAL CASASOLA, D. ed. lit. – *Excavaciones arqueológicas en el alfar romano de la Venta del Carmen: Los Barrios (Cádiz): una aproximación a la producción de ánforas en la bahía de Algeciras en época altoimperial*. Cádiz: Ediciones de la U.A.M.: Ayuntamiento de Los Barrios, p. 143-198.
- BERNAL, D.; ARÉVALO, A.; LORENZO, L.; AGUILERA, L. (2003) – Imitations of Italic amphorae for fish sauce in *Baetica*. New evidence from the salt-fish factory of *Baelo Claudia (Hispania)*. In *Rei Cretariae Romanae Favtorum. Acta 38*. Roma: American Academy in Rome, p. 305-313.
- BERNI MILLET, P. (1998) – *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña romana*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 272 p. (Col.lecció Instrumenta, 4)

- BORDET, M. (1995) – *Síntese de história romana*. Porto: Edições Asa. 382 p.
- BURACA, I. (2005) – *Civitas Conimbriga: ânforas romanas*. Coimbra: Faculdade de Letras de Coimbra. 108 p. Dissertação de mestrado.
- CARDOSO, J. L. (2008) – Correspondência Seleccionada Enviada a O. da Veiga Ferreira: cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. 16. p. 383-751.
- CARDOSO, G. (1978) – Ânforas romanas do Museu do Mar (Cascais). *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 17, p. 63-78.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S. (2005) – Olaria romana do Morraçal da Ajuda (Peniche – Portugal). In *Actas do congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral: Câmara Municipal do Bombarral, p. 83-102.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E. (2006) – A olaria romana de Peniche. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal. 13, p. 253-278.
- CARRERAS MONFORT, C. (2000) – Producción de Haltern 70 y Dressel 7-11 en las inmediaciones del Lacus Ligustinus (Las Marismas, Bajo Guadalquivir). In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae*. Ecija: Ed. Gráficas Sol, p. 419-426.

- CARRERAS MONFORT, C. (2004) – Tipologia d’Haltern 70 del Culip VIII. In CARRERAS, C.; AGUILERA, A. eds. lits. – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 139-147. (Monografies del Casc 5).
- CARRERAS MONFORT, C.; MARIMÓN, P. (2004) – Verulamium 1908 (Haltern 70 Tardana). In CARRERAS, C.; AGUILERA, A. eds. lits. – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 32-35. (Monografies del Casc 5).
- CARRETERO POBLETE, A. (2004) Las producciones cerámicas de ánforas tipo Campamentos Numantinos y su origen en San Fernando (Cádiz). Los Hornos de Pery Junquera. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. eds. lits. – *Figlinae Baeticae: talleres alfareros y producciones cerámicas de la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.): actas del congreso internacional (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003)*. Oxford: John and Erica Hedges, p. 427-440.
- *CARTA DE CAPACIDADE DE SOLOS DE PORTUGAL: FOLHAS 45D; 46C; 49B e 50A* [Material cartográfico] / Escala 1: 50000.
- CARVALHO, P. (1998) – *O forum de Aeminium*. Lisboa: Instituto Português de Museus. 216 p.
- CHIC GARCIA, G. (1978) – Acerca de un ânfora con pepitas de uva encontrada en la Punta del Não (Cádiz). *Boletín del Museo de Cádiz*. Cádiz: Museo de Cádiz. 1, p. 37-41.

- CHIC GARCIA, G. (2005) – El comercio de la Bética Altoimperial. *Habis*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 36, p. 313-332.
- CIPRIANO, M. T.; CARRE, M. B. (1989) – Production et typologie des amphores sur la côte adriatique de l'Italie. In *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherche*. Roma: École Française de Rome. p. 67-104.
- CONTI, L.; BURRAGATO, F.; GRUBESSI, O. (2001) – Le anfore nordafricane del Monte Testaccio. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; REMENSAL RODRÍGUEZ, J. eds. lts. – *Estudios sobre el Monte Testaccio (Roma) I*. Barcelona: Universitat de Barcelona. p. 473-512 (Col.lecció Instrumenta, 6).
- CORREIA, V. H. (1996) – O sítio arqueológico de Garvão e o seu depósito ritual. In *De Ulisses a Viriato*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. p. 101-106.
- DANGREAX, B.; DESBAT, A; PICON, M.; SCHMITT, A. (1992) – La production des amphores à Lyon. In *Les amphores en Gaule: Production et circulation*. Presses universitaires de Franche-Comté. p. 37-50
- DIOGO, A. M. D. (1982) – A propósito de «Moron». Estudo de alguns documentos provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). *Clio*. Lisboa: Cento de História da Universidade de Lisboa. 4, p. 147-154.

- DIOGO, A. M. D. (1987) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. S. 4, 5, p. 179-191.
- DIOGO, A. M. D. (1993) – Ânforas pré-romanas dos Chões de Alpompe (Santarém). *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa. IV, p. 215-227.
- DIOGO, A. M. D. (1999a) – Ânforas Provenientes de Achados Marítimos na Costa Portuguesa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 2:1, p. 235-248.
- DIOGO, A. M. D. (1999b) Ânforas Romanas de Miróbriga. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. S. 3, 10, p. 15-27.
- DIOGO, A. M. D. (1999-2000) – Ânforas romanas provenientes do nordeste alentejano (Herdade do Reguengo, Torre de Palma, Cabeça de Vaíamonte e Santa Vitória do Ameixial). *Ibn Maruán*. Marvão: Câmara Municipal de Marvão. 9-10, p. 311-327.
- DIOGO, A. M. D.; CARDOSO, J. P.; REINER, F. (2000) – Um conjunto de ânforas recuperadas nos dragados da foz do rio Arade, Algarve. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 3:2, p. 81-118.

- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1993-1994) – Materiais provenientes dos Chões de Alpompe (Santarém). *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 32-33, p. 263-281.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1998) – Uma perspectiva sobre Tróia a partir das ânforas: contribuição para o estudo da produção e circulação das ânforas em território português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. S. 4, 16, p. 187-220.
- DIOGO, A. M. D.; TRINDADE, L. (1999) – Ânforas e sigillatas tardias (claras, focences e cipriotas) provenientes das escavações de 1966/67 do teatro romano de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 2:2, p. 83-95.
- FABIÃO, C. (1987) – Ânforas romanas republicanas de um depósito de Mértola no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. S. 4, 5, p. 125-148.
- FABIÃO, C. (1989) – *Sobre as ânforas do acampamento romano da Lomba do Canho, Arganil*, Lisboa: UNIARQ. 161 p.
- FABIÃO, C. (1993-1994) – O azeite Bético na Lusitânia. *Conimbriga*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra. 32-33, p. 219-245.
- FABIÃO, C. (1994) – As ânforas. In NOLEN, J. ed. lit. – *Cerâmicas e Vidros de Torres de Ares*: Balsa. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 17-34.

- FABIÃO, C. (1997) – O passado proto-histórico e romano. In MATTOSO, J., ed. lit. - *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa. Vol. I, p. 79-271.
- FABIÃO, C. (1998a) – *O mundo indígena e a sua romanização na área céltica do território hoje português*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 3 v., 418, 553, 337 p., policopiado. Dissertação de doutoramento.
- FABIÃO, C. (1998b) – O vinho na Lusitânia: reflexões em torno de um problema arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 1:1, p. 169-198.
- FABIÃO, C. (1998c) – A economia. In MEDIDA, J. ed. lit. – *História de Portugal*. Amadora: Ediclube. Vol. II, p. 240-249.
- FABIÃO, C. (1999) – A propósito do depósito de Moldes, Castelo de Neiva, Viana do Castelo: a baixela romana tardo-republicana em bronze no extremo ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 2:1, p. 163-198.
- FABIÃO, C. (2000) – Sobre as mais antigas ânforas “romanas” da *Baetica* no Ocidente Peninsular. In *Actas Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae*. Ecija: Ed. Gráficas Sol. v. II, p. 665-682.

- FABIÃO, C. (2002) – Mundo indígena, romanos e sociedade provincial romana: Sobre a percepção arqueológica da mudança. *ERA Arqueologia*. Lisboa. 3, p. 108-131.
- FABIÃO, C. (2004) – Centros oleiros da Lusitania. Balanço dos conhecimentos e perspectivas de investigação. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. eds. lits. – *Figlinae Baeticae: talleres alfareros y producciones cerámicas de la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.): actas del congreso internacional (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003)*. Oxford: John and Erica Hedges, p. 379-410.
- FABIÃO, C.; CARVALHO, A. (1990) – Ânforas da Lusitânia: uma perspectiva. In ALARCÃO, A. M.; MAYET, F., eds. lits. – *Ânforas lusitanas, tipologia, produção, comércio*. Conimbriga: Museu Monográfico, p. 37-66.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1990) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. A campanha 2 - 1990*. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1994a) – As ocupações antigas de Mesas do Castelinho, resultados preliminares das campanhas de 1990-92. In *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. II p. 275-289.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1994b) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. Campanha 6 - 1994*. Lisboa.

- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1996) – *Mesas do Castelinho. Almodôvar. Campanha 8 (1996)*. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1997) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. Campanha 9 - 1997*. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (1999) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. Relatório da Campanha 11- 1999*. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2000) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. Relatório da campanha 12 - 2000*. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2001) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. Relatório da campanha 13 - 2001*. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2002) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. Relatório da campanha 14 - 2002*. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2003) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. Relatório da campanha 15 - 2003*. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2005) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. Relatório da campanha 16 - 2005*. Lisboa.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2006) – *Mesas do Castelinho, Almodôvar. Relatório da campanha 17 - 2006*. Lisboa.

- FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2008) – Mesas do Castelinho (Almodôvar): um projecto com vinte anos. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. S2, 16, p. 92-105.
- FERREIRA, C. J. (1991) – Escavações no povoado fortificado de Mesas do Castelinho (Almodôvar): relatório preliminar. *Vipasca*. Aljustrel: Unidade de Arqueologia de Aljustrel. 1, p. 19-37.
- FILIPE, V. (2008) – *As ânforas do teatro romano de Lisboa*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 141 p. Policopiado. Dissertação de mestrado.
- GARCIA VARGAS, E. (1996) – La producción anfórica en la bahía de Cadiz durante la República como índice de romanización. *Habis*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 27, p. 49-62.
- GARCIA VARGAS, E. (1998) – *La producción de ánforas en la Bahía de Cádiz en época romana: (siglos II a.C.-IV d.C.)*. Écija: Editorial Gráficas Sol. 407 p.
- GARCIA VARGAS, E. (2000) – La producción de ánforas “romanas” en el sur de *Hispania*. República y Alto Imperio. In *Actas Congreso Internacional Ex Baetica Amphorae (Ecija, 1998)*. Ecija: Ed. Gráficas Sol. v. I, p. 57-174.
- GARCIA VARGAS, E. (2004) – Las ánforas del vino bético altoimperial : formas, contenidos y alfares a la luz de algunas novedades arqueológicas. In

BERNAL, D.; LAGÓSTENA, L. eds. lits. - *Figlinae Baeticae: talleres alfareros y producciones cerámicas de la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.): actas del congreso internacional (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003)*. Oxford: John and Erica Hedges, p. 507-514.

- GARCIA VARGAS, E.; BERNAL CASASOLA, D. (2008) – Ânforas de la Bética. In BERNAL CASASOLA, D.; RIBERA i LACOMBA, A. eds. lits. – *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 661-687.
- GATEAU, F. (1990) – Amphores importées durant le 1^{er} s. Av. J.C. Dans trois habitas de Provence Occidentale: Entremont; le Baou-Roux; Saint-Blaise. *Documents d'Archeologie Méridionale*. 13, p. 163-183.
- GOMES, M. V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico do Cerro da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais*. Lisboa: Instituto Oriental da Universidade Nova de Lisboa. IV, p. 73-107.
- GONÇALVES, A.; CARVALHO, P. (2002) – Intervenção arqueológica no Castelo da Lousa (1997-2002): Resultados preliminares. *Al-madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. S. 2, 11, p. 181-188.
- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (1993) – Uma fortificação omíada em Mesas do Castelinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*. Porto: Afrontamento. 2, p. 85-102.

- GUERRA, A.; FABIÃO, C. (2001) – Mesas do Castelinho, Almodôvar: uma fortificação rural islâmica do Baixo Alentejo. In FERNANDES, I. C. ed. lit. – *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500): Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos*. Lisboa: Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela. p. 171-176.
- HERNARD, A. (1998) – Des amphores pour l' histoire du commerce. Que compter et pourquoi. In ARCELLIN, P. et TUFFREAU-LIBRE, M. eds. lits. - *Actes de la table ronde du Centre archéologique européen du mont Beuvray*. Glux-en-Glenne: Centre archéologique européen du Mont Beuvray. p. 17-22.
- HESNARD, A. [et. al.] (1989) – Aires de production des gréco-italiques et des Dr. 1. In *Amphores romaines et histoire économique: dix ans de recherche*. Roma: École Française de Rome. p. 21-65.
- IZQUIERDO PERAILE, M. I.; MILOU, B.; BONET ROSADO, H. (2001) – Las fases púnico-mauritanas I (175/150 a 80/50 a.C.) y II (80/50 a.C.–15 d.C.). In ARANEGUI GASCÓ, C. ed. lit. – *Lixus, colonia fenicia y ciudad púnico-mauritana. Anotaciones sobre su ocupación medieval*. Valencia: Departament de Prehistòria i Arqueologia de la Universitat de València. p. 141–168. (Saguntum Extra, 4)
- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (1993) – El alfar romano del Centro de Ceuta (Puerto Real, Cádiz). *Habis*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 24, p. 95-104.
- LAGOSTENA BARRIOS, L. (1996) – *Alfareria romana en la Bahía de Cadiz*. Cadiz: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Cádiz. 169 p.

- LAGÓSTENA BARRIOS, L. (2001) – *La producción de salsas y conservas de pescado en la Hispania Romana, II a.C. - VI d.C.* Barcelona: Edicions Universitat Barcelona. 503 p.
- LAMBOGLIA, N. (1955) – Sulla cronologia delle amphore romane de età repubblicane (II-I secolo a.C.). *Revista de Studi Liguri*. 22, p. 243-295.
- LÓPEZ MULLOR, A.; MARTÍN MENÉNDEZ, A. (2008) – Las ánforas de la Tarraconense. In BERNAL CASASOLA, D; RIBERA i LACOMBA, A. eds. lts. - *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 689-724.
- LUÍS, L. (2003a) – Ânforas republicanas de Mata-filhos (Mértola). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 6:2, p. 363-382.
- LUÍS, L. (2003b) – *As cerâmicas campanienses de Mértola*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 149 p. (Trabalhos de Arqueologia; 27)
- MADEIRA, M. (1988) – Subsídios para o estudo do material anfórico do *castella* da zona de Castro Verde. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. S. 2, 3. p. 121-131.

- MAIA, M. (1987) – *Romanização do território hoje português a sul do Tejo*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 3v. Dissertação de doutoramento. Policopiado.
- MANTAS, V. (1994) – A rede viária romana do território português. In MEDINA, J. ed. – *História de Portugal*. Amadora: Ediclube. Vol. 2
- MÁRQUEZ VILLORA, J. C.; MOLINA VIDAL, J. (2005) – *Del Hiberus a Carthago Nova. Comercio de alimentos y epigrafía anfórica grecolatina*. Barcelona: Universitat de Barcelona. 479 p. (Col.lecció Instrumenta, 18)
- MATALOTO, R. (2002) – Fortins e recintos-torre do Alto Alentejo: antecâmara da “romanização” dos campos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 5:1, p. 161-220.
- MATTIOLI, S. (2000) – Anfore: problemi e prospettive di ricerca. In *Produzione ceramica in area padana tra il II secolo a.c. e il VII secolo d.c.: nuovi dati e prospettive di ricerca*. Mantova: Società Archeologica Padana. p. 107-120. (Documenti di Archeologia, 21)
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2002) – *L'Atelier d'amphores de Abul (Portugal)*. Paris: Diffusion E. De Boccard. 248 p.
- MOLINA VIDAL, J. (1995) – Las ánforas “Lomba do Canho 67”: aportaciones al estudio de un nuevo tipo: difusión y valorización económica. In *Actas del*

XXII Congreso Nacional de Arqueologia. Vigo: Artes Gráficas Galicia. Vol. II p. 419-424.

- MOLINA VIDAL, J. (1997) – *La dinámica comercial romana entre Italia e Hispania Citerior*. Alicante: Instituto de Cultura Juan Gil-Albert. 353 p.
- MOLINA VIDAL, J. (2002) – La irrupción de Hispania en los movimientos socioeconómicos del Mediterráneo Occidental durante las Guerras Civiles. *Gérion*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid. 20:1, p. 281-306.
- MORAIS, R. (1998) – *As ânforas da zona das Carvalheiras: contribuição para o estudo das ânforas romanas de Bracara Augusta*. Braga: Universidade do Minho. 105 p.
- MORAIS, R. (2004a) – *Autarcia e comércio em Bracara Augusta no período Alto-Imperial: contribuição para o estudo económico da cidade*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. 3 vol. Dissertação de doutoramento.
- MORAIS, R. (2004b) – Problemàtiques i noves perspectives sobre les àmfores ovoides tardo-republicanes. Les àmfores ovoides de producció Lusitana. In CARRERAS, C.; AGUILERA, A. eds. lrs – *Culip VIII i les àmfores Haltern 70*. Girona: Museu d'Arqueologia de Catalunya. p. 36-40. (Monografies del Casc; 5).

- MORAIS, R. (2006) – Consumo e preparados piscícolas em *Bracara Augusta* durante a época romana. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal. 13, p. 295-312.
- MORAIS, R.; FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico lusitano: problemáticas e importância económica. In *Actas do Congresso Internacional de Arqueologia, CETARIAE. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad*. Oxford: B.A.R. International Series. p. 127-133.
- OPAIT, A. (1998) The north African Dressel 1. In *El vi a l'antiguitat: Economia, producció i comerç al Mediterrani occidental. Actes del II colloqui internacional d'arqueologia romana (Badalona, 6-9 mai 1998)*. Badalona: Museu de Badalona. p. 427-429. (Mongrafies Badalonines; 14).
- PAIVA, M. (1993) – *Ânforas romanas de castros da fachada Atlântica do Norte de Portugal*. Porto: Faculdade de Letras do Porto. 120 p. Dissertação de mestrado.
- PALAZZO, P. (1989) – Le anfore di Apuni (Brindisi). In *Amphores romaines et histoire économique. Dix ans de recherche*. Roma: École française de Rome. p. 548-553.
- PASCUAL BERLENGA, G.; RIBERA E LACOMBA, A. (2002) – Las ánforas tripolitanas antiguas en el contexto del Occidente Mediterráneo: Un contenedor poco conocido de la época republicana. RIVET, L.; SCIALLANO, M. eds. *Vivre Produire et échanger: reflects méditerranéens*. Montagnac: Éditions Monique Mergoli. p. 303-317.

- PEACOCK, D.; WILLIAMS, D. (1986) – *Amphorae and the Roman Economy: An Introductory Guide*, London and New York: Longman. 264 p.
- PELLICER CATALÁN, M. (1978) – Tipología y cronología de las ánforas prerromanas del Guadalquivir según el Cerro Macareno (Sevilla). *Habis*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 9, p. 365-400.
- PÉREZ RIVERA, J. M. (2000) – Las imitaciones de ânforas grecoitálicas y itálicas en el sur de la Península Ibérica. In *Actas Congresso Internacional Ex Baetica Amphorae*. Ecija: Ed. Gráficas Sol. v. I, p. 227-238.
- PIMENTA, J. (2005) – *As ânforas romanas do Castelo de São Jorge (Lisboa)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 163 p. (Trabalhos de Arqueologia, 41)
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005) – Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa: as ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 8:2, p 313-334.
- PIMENTA, J. [et. al.] (2006) – Cerâmicas romanas do lado ocidental do castelo de Alcácer do Sal 4: ânforas de importação e de produção lusitana. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 9:2, p. 299-316.

- PINTO, I.; LOPES, C. (2006) – Ânforas das *villae* romanas alentejanas de São Cucufate, Monte da Cegonha e Tourega. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal. 13, p. 197-224.
- QUARESMA, J. C. (2005) – Ânforas romanas provenientes da pesca de arrasto no Tejo, depositadas no Museu Municipal de Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 8:2, p. 403-428.
- RAMON TORRES, J. (1995) – *Las ánforas fenicio-púnicas del Mediterráneo central e occidental*. Barcelona: Universidade de Barcelona. 661 p.
- RAMON TORRES, J. (2008) – El comercio púnico en Occidente en época tardorrepública (siglos -II-I). Una perspectiva actual según el tráfico de productos envasados en ánforas. UROZ, J.; NOGUERA, J.; FILIPPO, C. eds. *lits. Actas del IV congreso internacional hispano-italiano histórico-arqueológico celebrado en el Centro Cultural de Caja Mediterráneo en Murcia del 26 al 29 de abril de 2006*. Murcia: Tablinarium. p. 63-97.
- RAUX, S. (1998) – Méthodes de quantification du mobilier céramique. Etat de la question et pistes de réflexion. In ARCELLIN, P. et TUFFREAU-LIBRE, M. eds. *lits. - Actes de la table ronde du Centre archéologique européen du mont Beuvray*. Glux-en-Glenne: Centre archéologique européen du Mont Beuvray. p. 11-16.
- REVILLA CALVO, V. (2003) – Las ánforas africanas del siglo II d.C. In BLÁZQUEZ MARTÍNEZ, J. M.; REMENSAL RODRÍGUEZ, J. eds. *lits. -*

Estudios sobre el Monte Testaccio (Roma) III. Barcelona: Universitat de Barcelona. p. 399-404 (Col.lecció Instrumenta, 25).

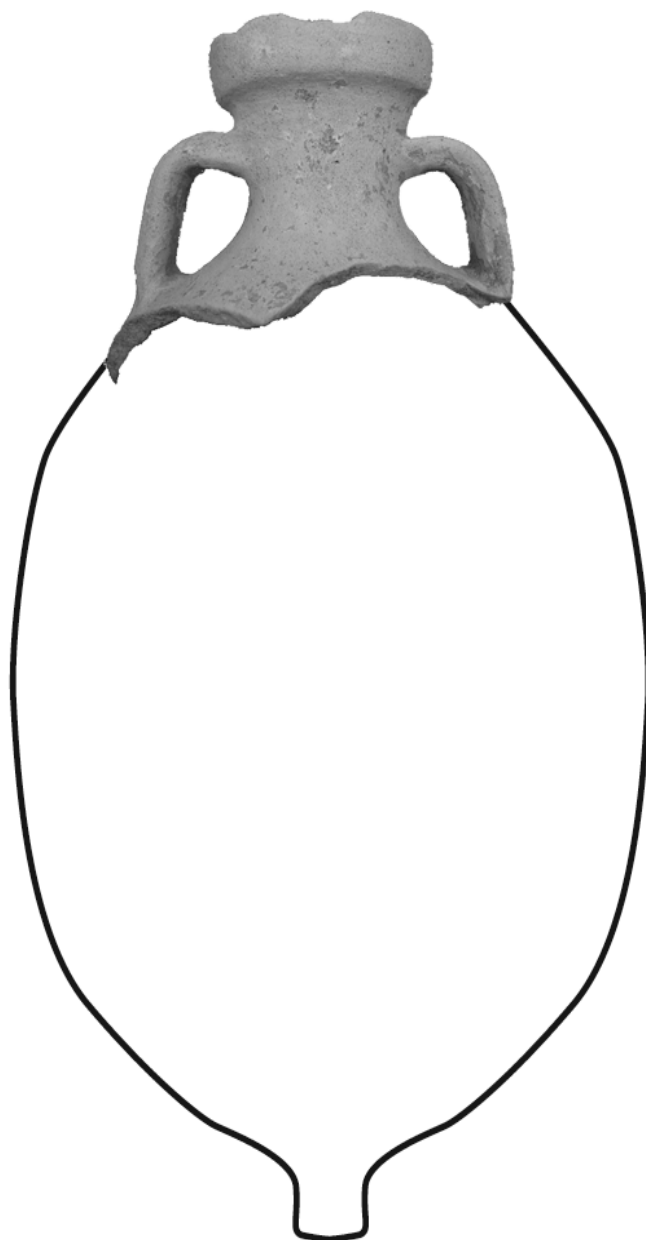
- SABROSA, A; BUGALHÃO, J. (2004) – As ânforas béticas do núcleo arqueológico da Rua dos Correeiros, Lisboa. In BERNAL CASASOLA, D.; LAGÓSTENA BARRIOS, L. eds. lits. - *Figlinae Baeticae: talleres alfareros y producciones cerámicas de la Bética romana (ss. II a.C. - VII d.C.): actas del congreso internacional (Cádiz, 12-14 de noviembre de 2003)*. Oxford: John and Erica Hedges. p. 571-585.
- SÁEZ ROMERO, A (2008) – La producción de ánforas en el área del Estrecho en época tardopúnica (siglos III-I a. C.). In BERNAL CASASOLA, D; RIBERA i LACOMBA, A. eds. lits. - *Cerámicas hispanorromanas. Un estado de la cuestión*. Cádiz: Universidad de Cádiz. p. 635-659.
- SANMARTÍ GREGO, E. (1985) – Sobre um nuevo tipo de ánfora de época Republicano de origem presumivelmente hispánico. In MARINA PICAZO, O.; SANMARTÍ GREGO, E. eds. lits. - *Ceràmiques greques i helenístiques a la Península Ibérica. Empuries, 18-20 marc 1983*. Barcelona: Romergraf. p. 133-142.
- SCIALLANO, M.; SIBELLA, P. (1991) – *Amphores. Comment les identifier?* Aix-en-Provence: Edisud. 131 p.
- SILVA, C. *et. al.* (1980-1981) – Escavações arqueológicas no castelo de Alcácer do Sal (Campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal. 6-7, p. 149-218.

- SILVA, C.; SOARES, J. (1993) – *Ilha do Pessegueiro. Porto romano da costa alentejana*. Lisboa: Instituto da Conservação da Natureza. 245 p.
- SILVA, C.; SOARES, J.; COELHO-SOARES, A. (1992) – Estabelecimento de Produção de Salga de Época Romana na Quinta do Marim (Olhão): Resultados Preliminares das Escavações de 1988-89. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal: Assembleia Distrital de Setúbal. 9-10, p. 335-374.
- SOEIRO, T. (1984) – Monte Mózinho: Apontamentos sobre a Ocupação Entre Sousa e Tâmega em Época Romana. *Penafiel – Boletim Municipal de Cultura*. Penafiel: Museu Municipal de Penafiel. S. 3, 1, p. 123-299.
- SOUSA, E. (2005) – *A cerâmica de “tipo kuass” do castelo de Castro Marim e de Faro*. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa, 2 v., policopiado. Dissertação de mestrado.
- TCHERNIA, A. (1986) – *Le vin de l’Italie romaine. Essai d’histoire économique d’après les amphores*. Paris: De Boccard. 410 p.
- VASCONCELOS, J. L. (1930-1931) – Excursão pelo Baixo-Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. S. 1, 29, p. 230-246.
- VIANA, A.; FERREIRA, O.; SERRALHEIRO, A. (1957) – Apontamentos arqueológicos dos concelhos de Aljustrel e Almodôvar. *XXIII Congresso Luso-*

Espanhol para o Progresso das Ciências. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. p. 461-471.

- VIEGAS, C. (2009) – A ocupação romana do Algarve: estudo do povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano. Lisboa: Faculdade de Letras de Lisboa. 2 v., policopiado. Dissertação de doutoramento.
- WILL, E. L. (1982) – Greco-Italic Amphora's. *Hesperia*. Princeton: American School of Classical Studies at Athens. 51:3, p. 338-356.

ANEXOS



FIGURAS

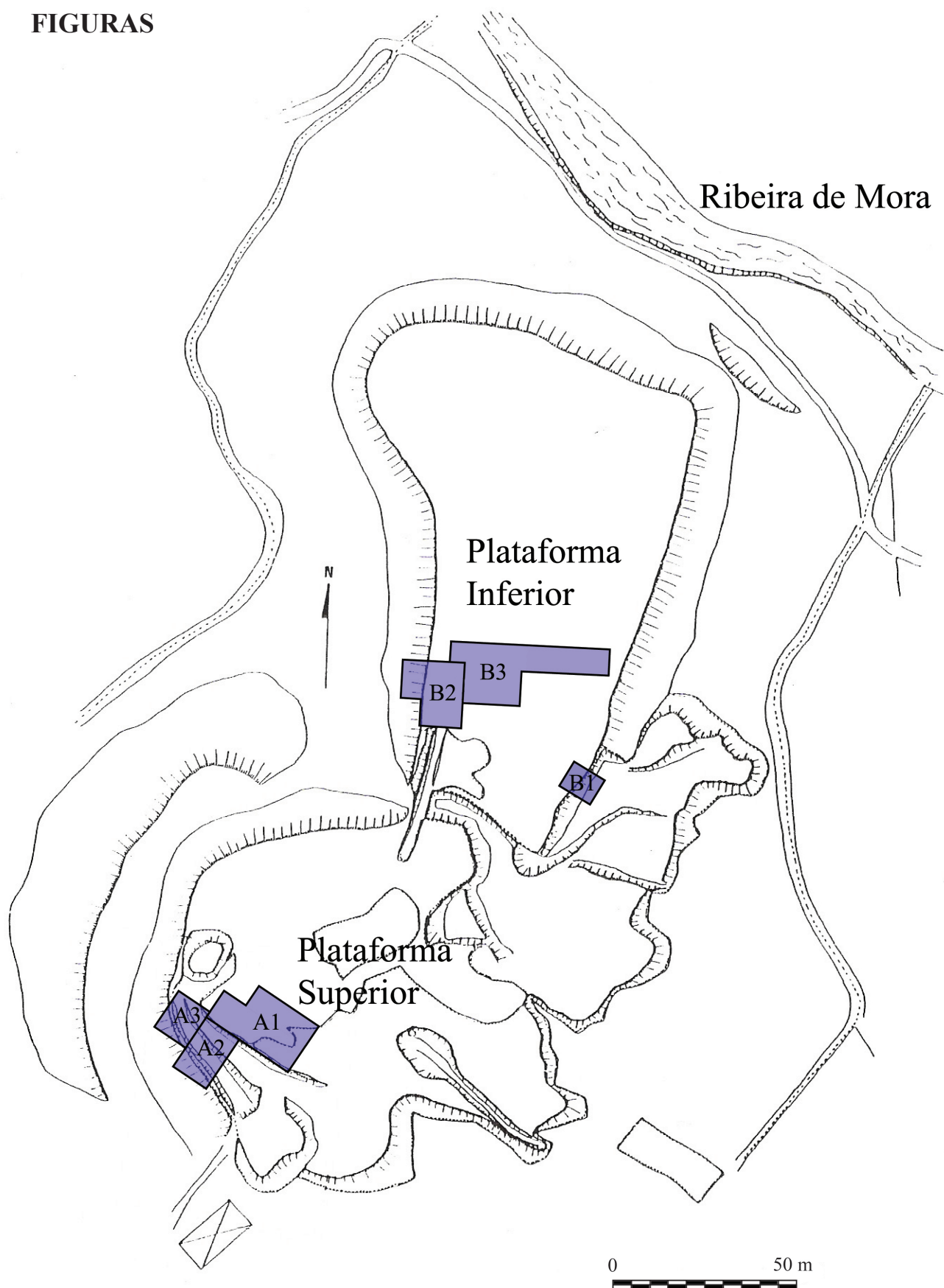


Fig. 10 - Planta das intervenções em Mesas do Castelinho (adaptado de Fabião e Guerra, 1994b)

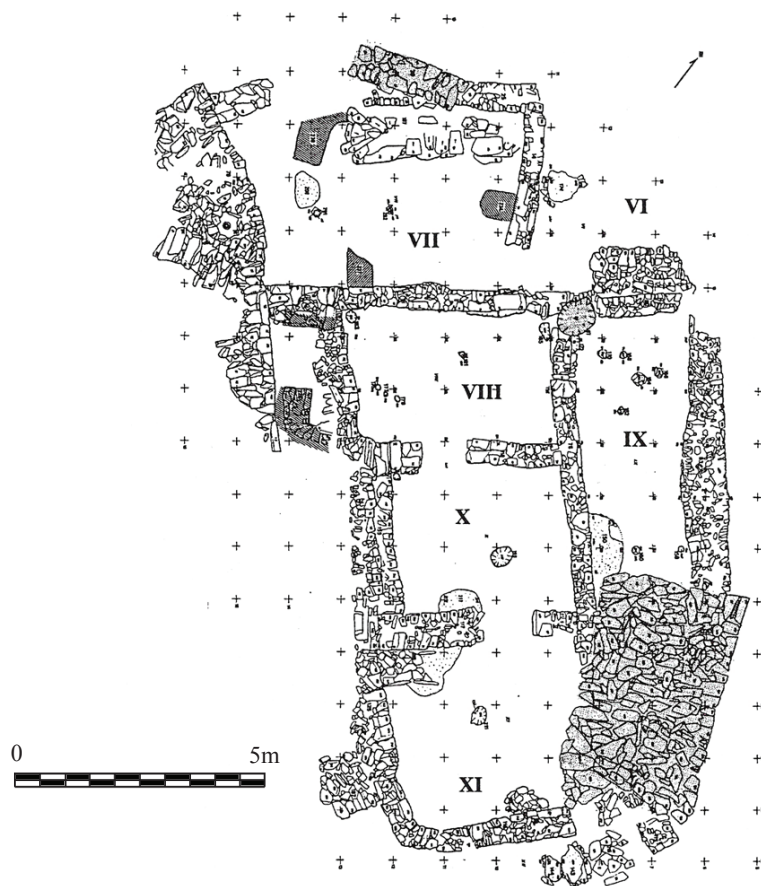


Fig. 11 - Planta do complexo de construções do Sector A1. A numerção romana refere-se aos ambientes (adaptado de Fabião, 1998a).

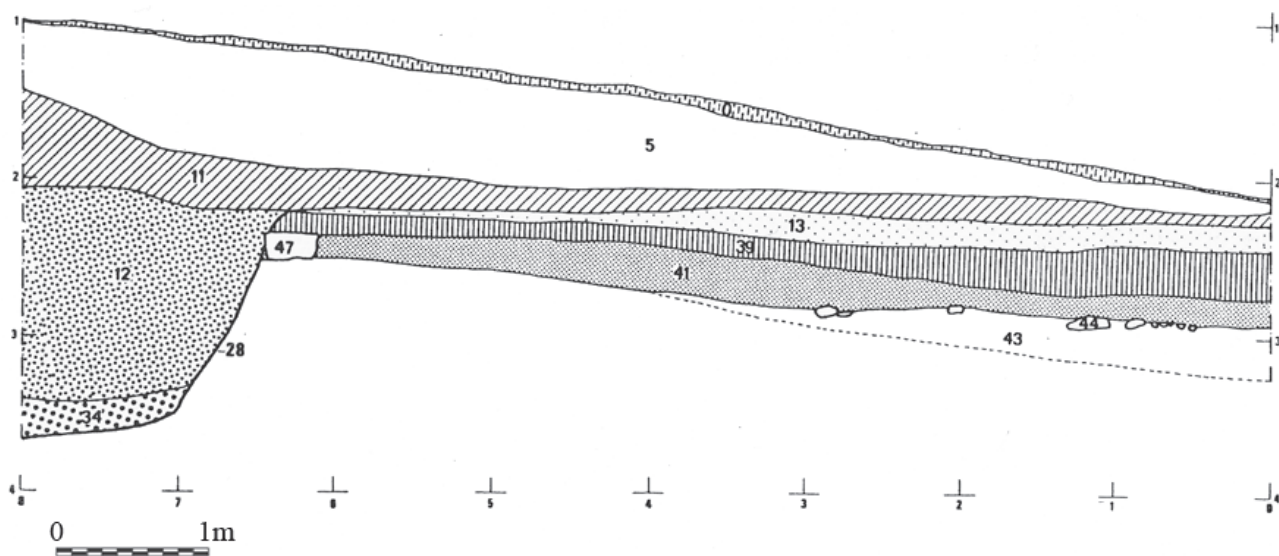


Fig. 12 - Perfil da área Noroeste do sector A1 (adaptado de Fabião e Guerra, 1994).

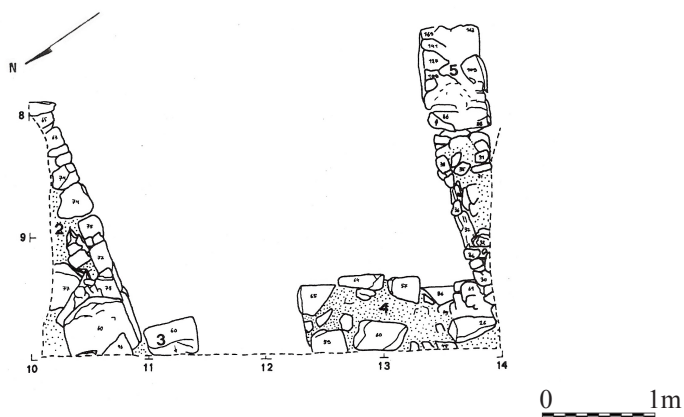


Fig. 13 - Planta do compartimento republicano identificado no sector B1 (adaptado de Fabião, 1998a)

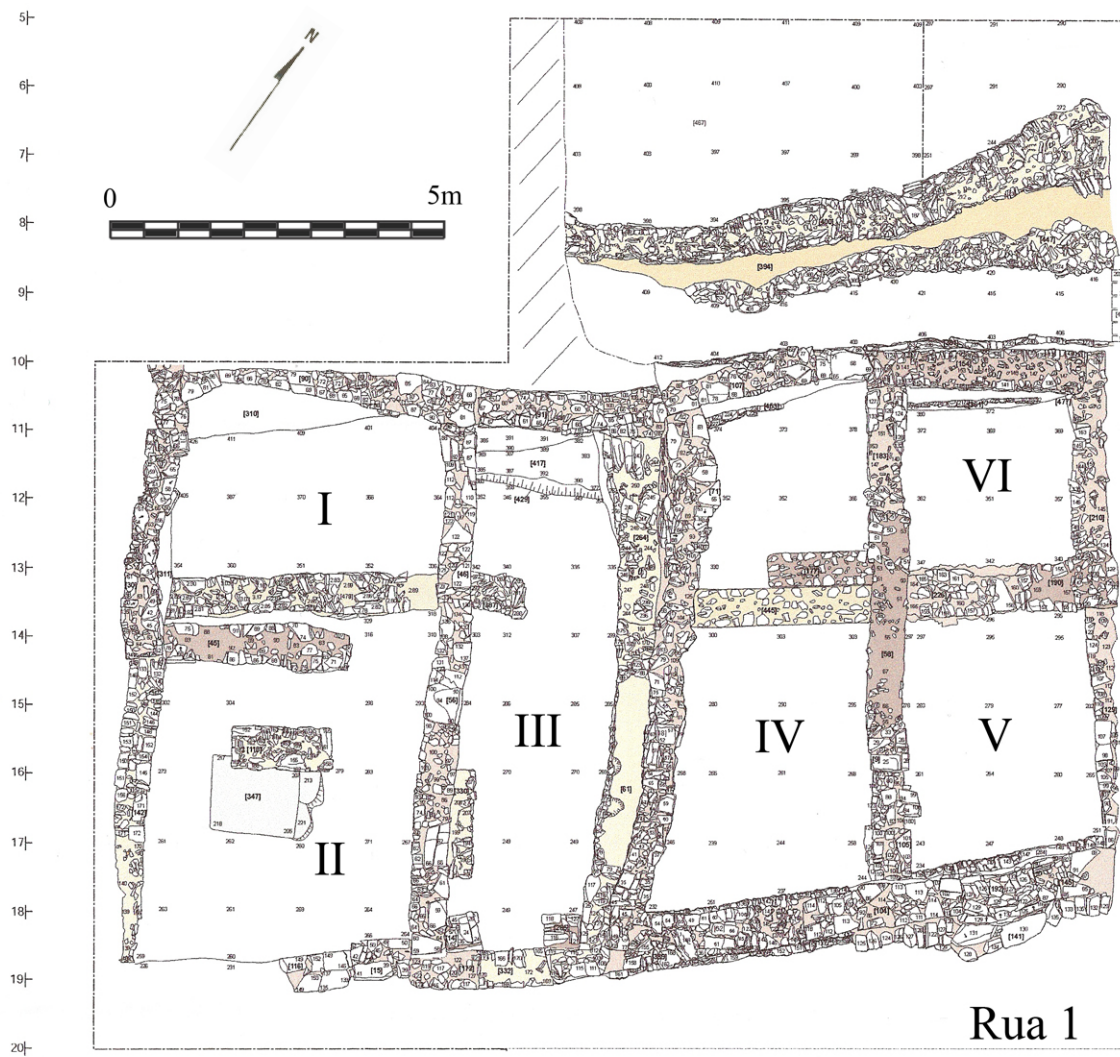


Fig. 14 - Planta geral das estruturas republicanas do sector B2 (adaptado de Fabião e Guerra, 2003)

- Muros originais
- Reconstruções

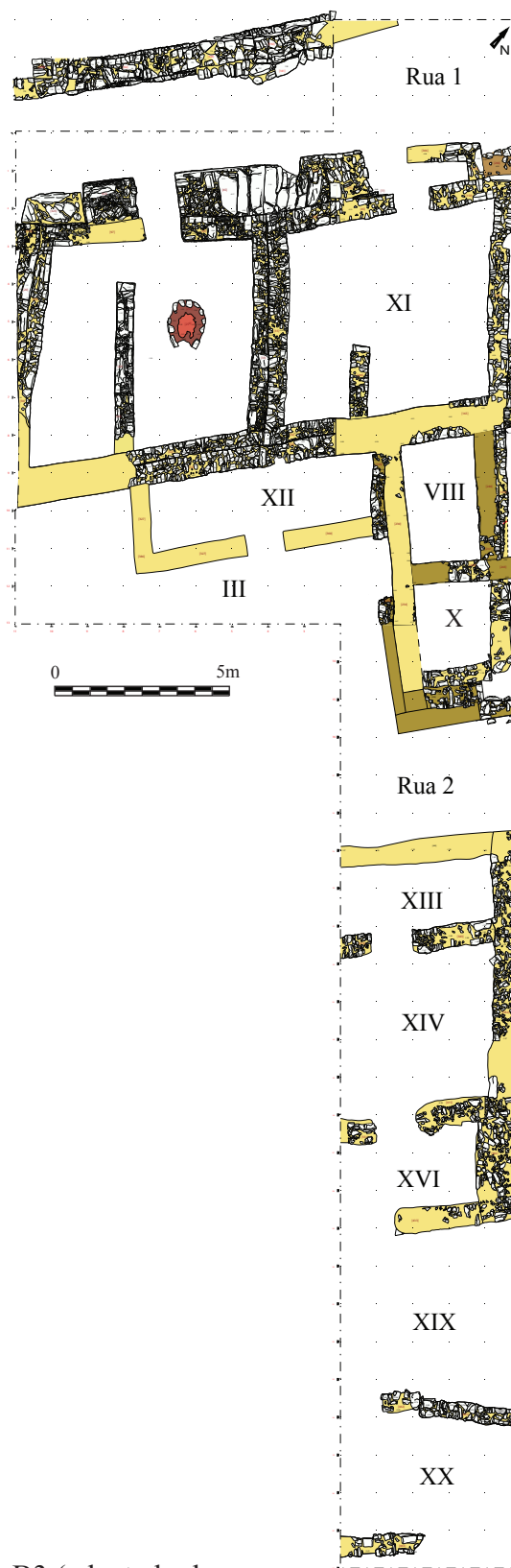


Fig. 15 - Planta das estruturas do sector B3 (adaptado de Fabião e Guerra, 2006).

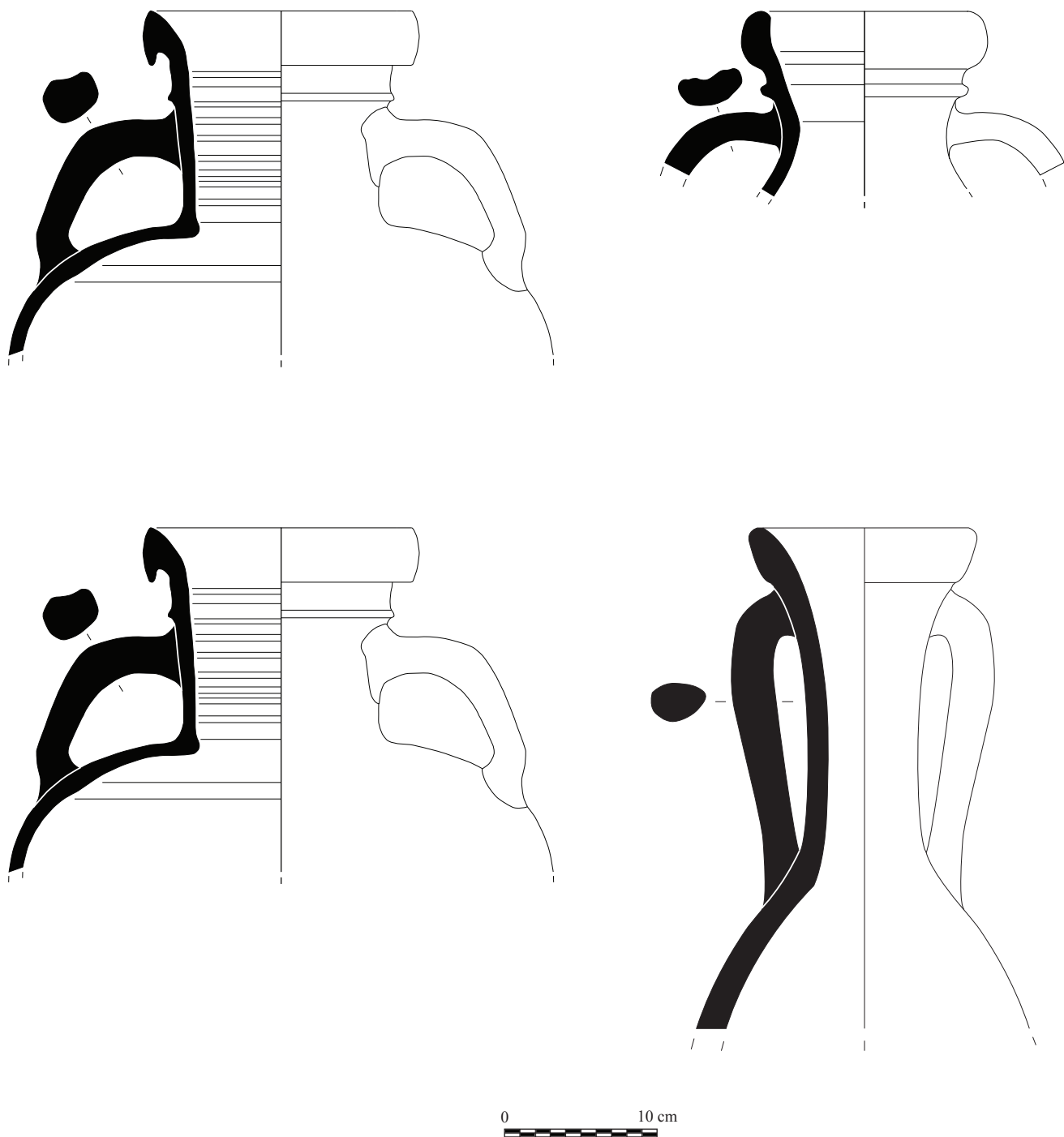


Fig. 16 - Diferenciação da forma Castelinho 1 dos tipos Classe 67 e Dressel 12, respectivamente.

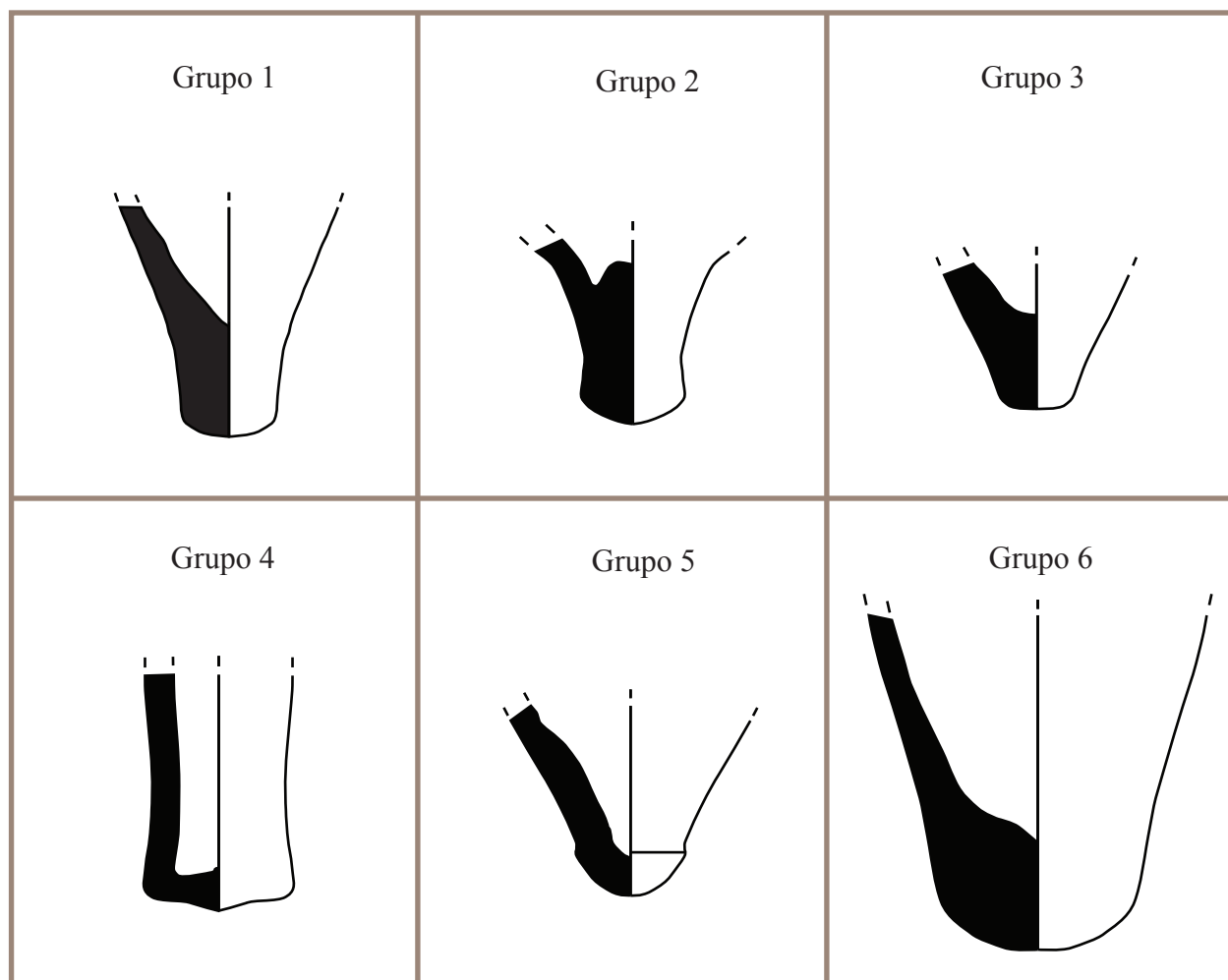


Fig. 17 - Grupos de fondos

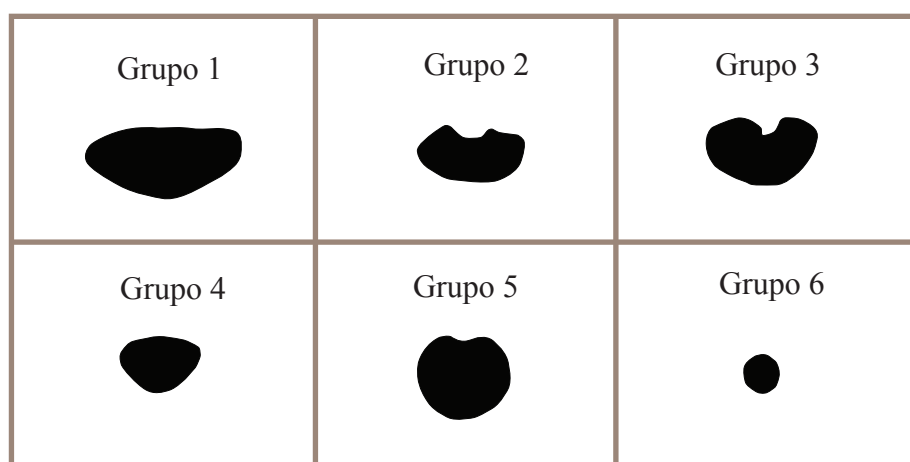
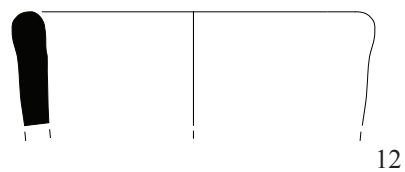
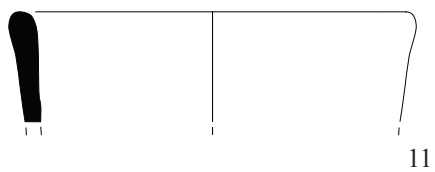
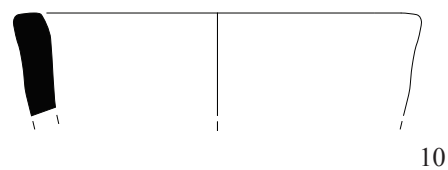
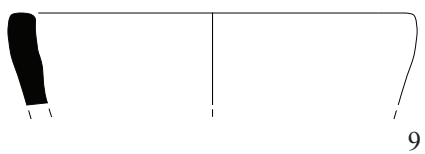
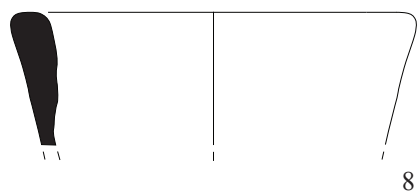
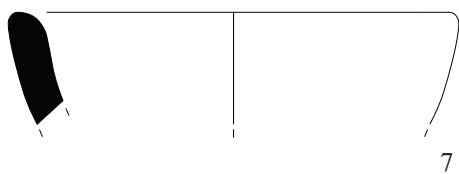
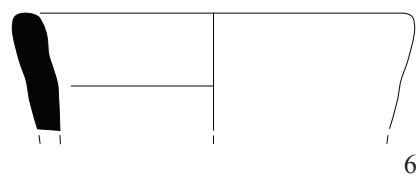
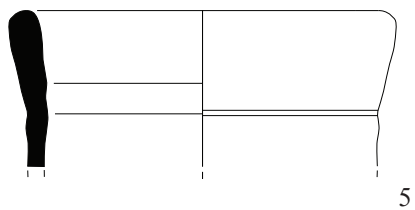
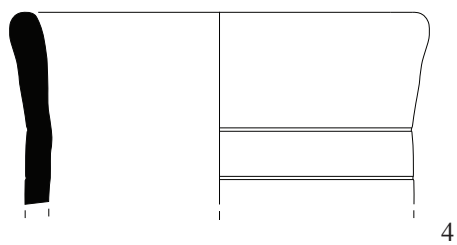
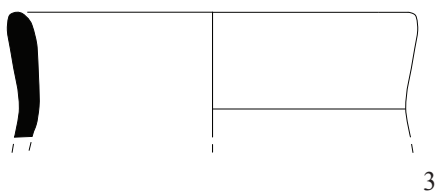
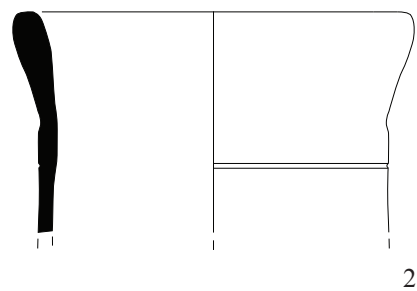
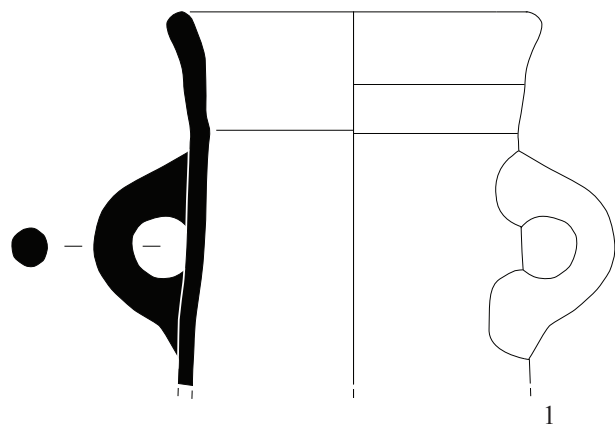
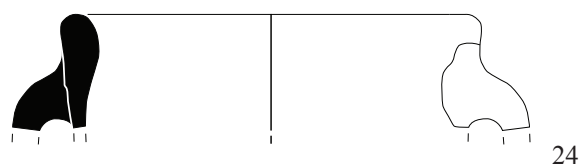
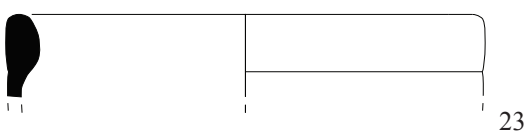
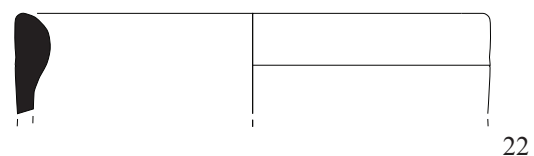
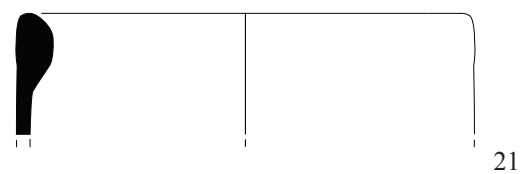
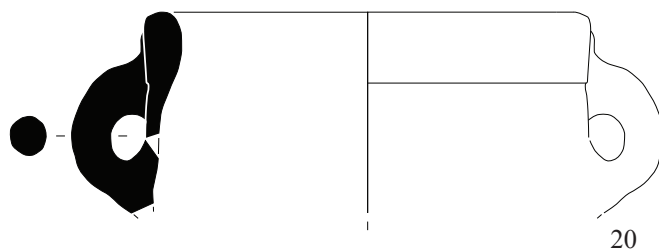
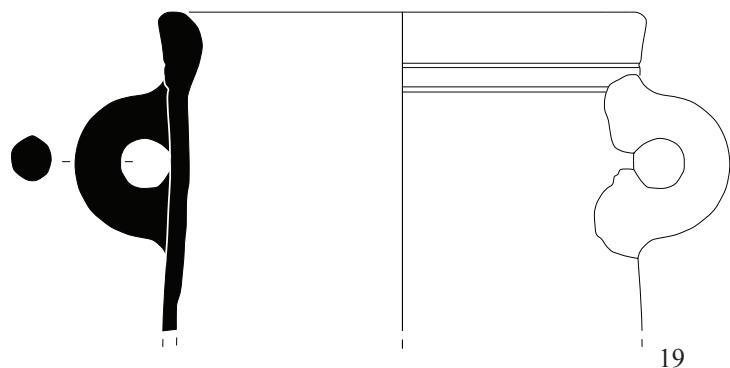
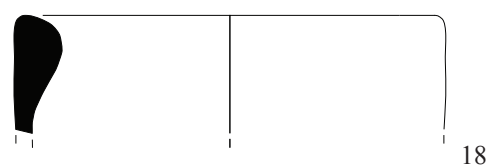
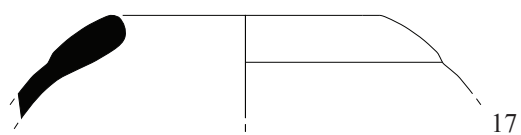
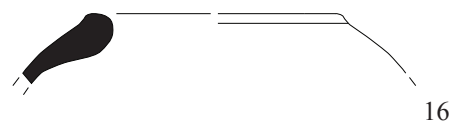
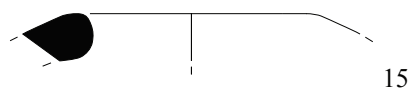
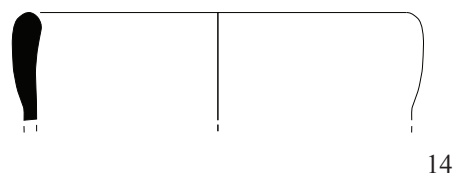
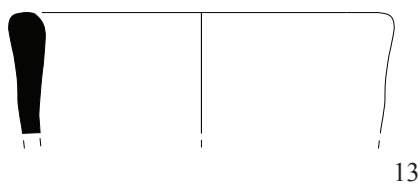


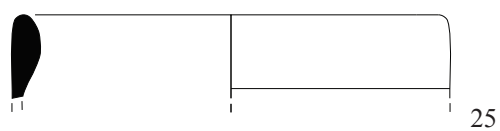
Fig. 18 - Grupos de asas



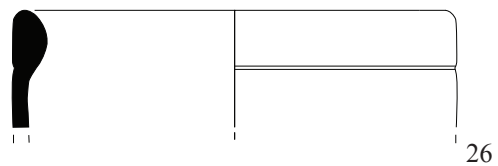




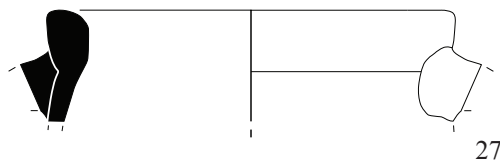
N.º 13 e 14 - ânforas do tipo R. T. 8.2.1.1.; N.º 15 a 17 ânforas do tipo R. T. 4.2.2.5. ; N.º 18 a 24 - ânforas do tipo R. T. 9.1.1.1.



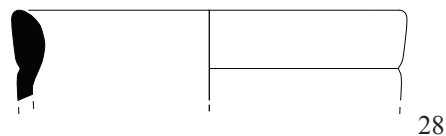
25



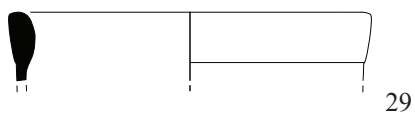
26



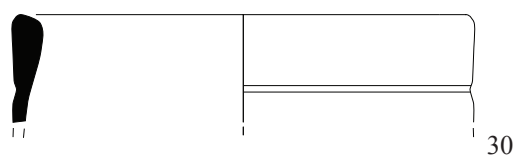
27



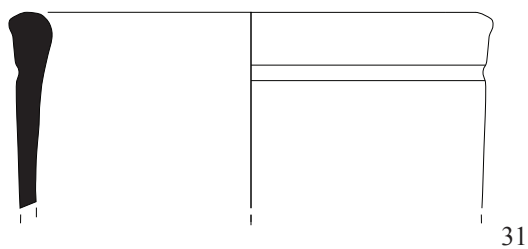
28



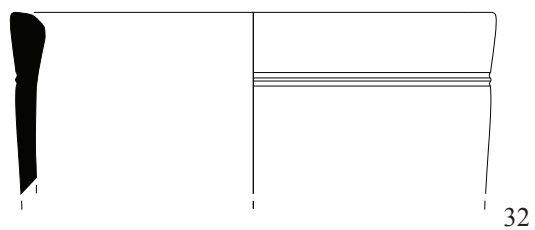
29



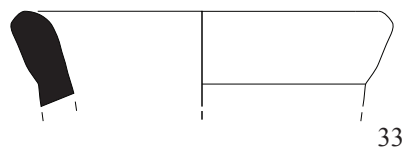
30



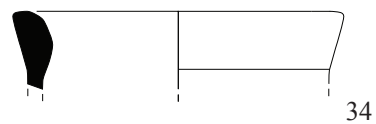
31



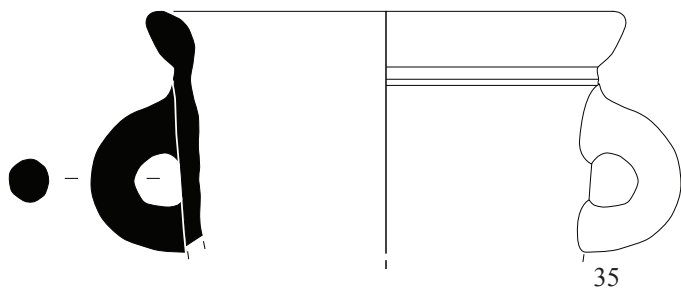
32



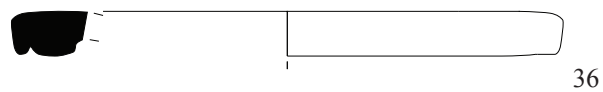
33



34



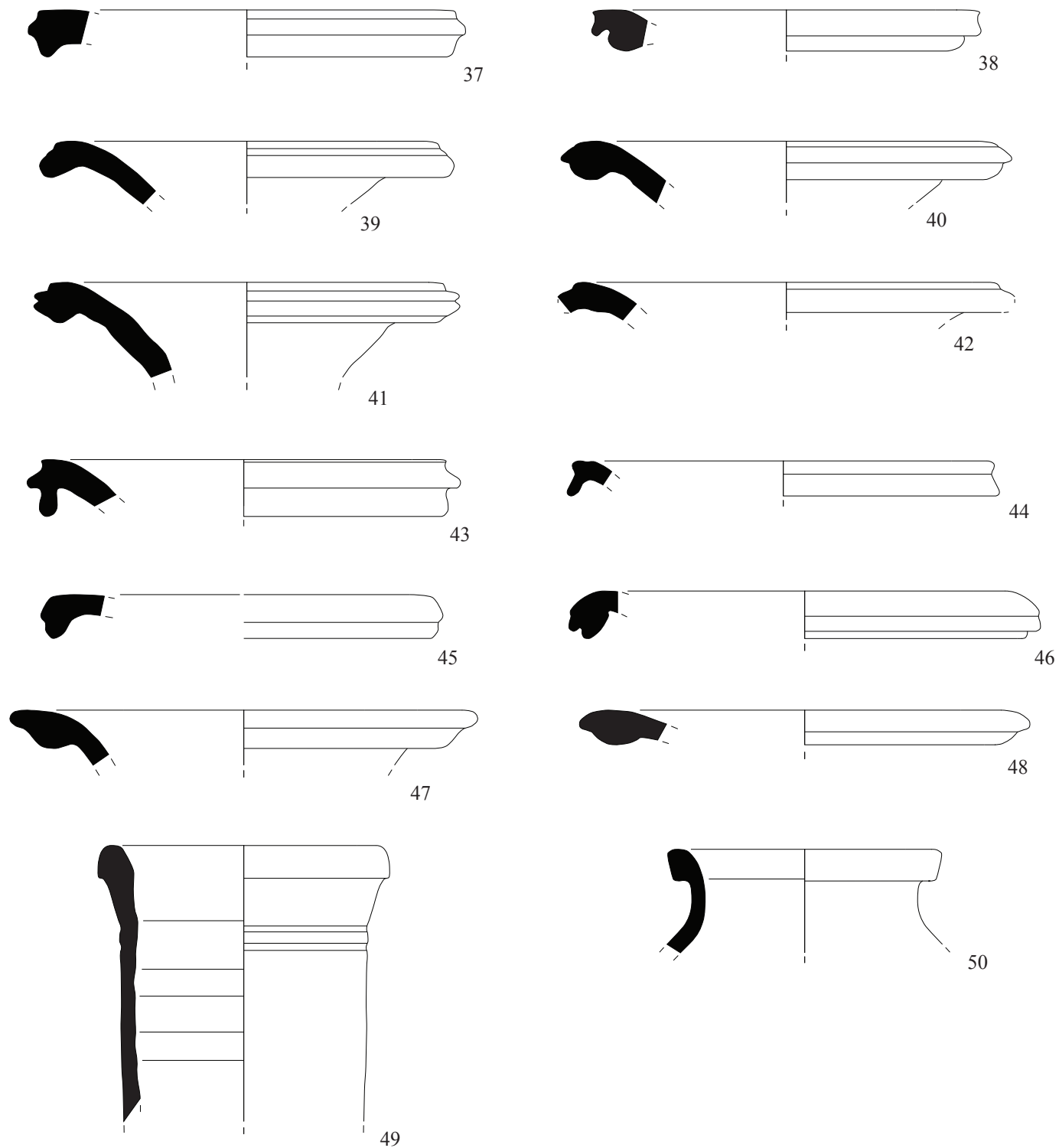
35



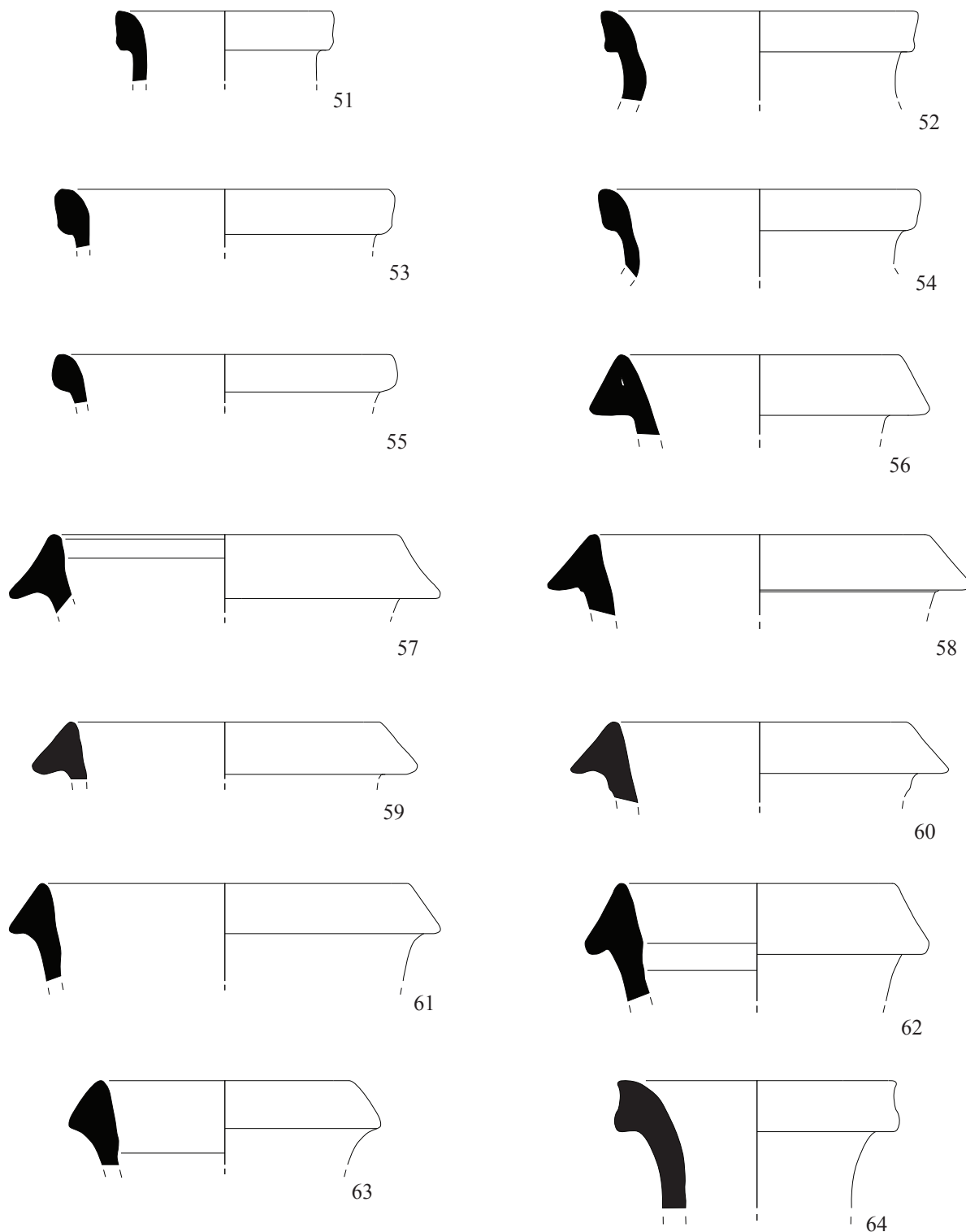
36



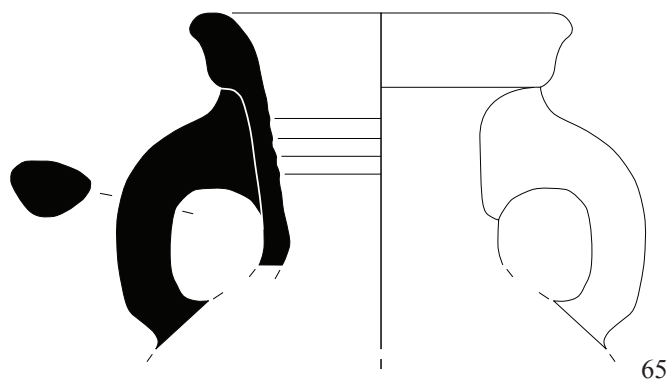
N.º 25 a 35 - ânforas do tipo R. T. 9.1.1.1.; N.º 36 - ânfora do tipo Maña C2B da Bética costeira



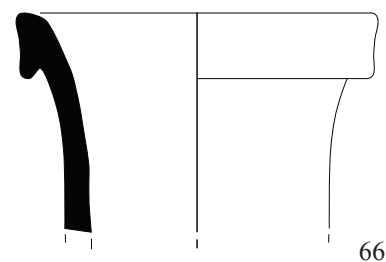
N.º 37 a 47 - ânforas do tipo Maña C2B da Bética costeira; N.º 48 - ânfora do tipo Maña C2B do vale do Guadalquivir; N.º 49 - ânfora do grupo interminado 1; N.º 50 - ânfora do grupo interminado 2



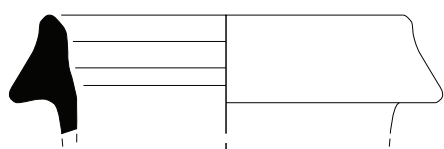
N.º 51 a 55 - ânforas do grupo indeterminado 2; N.º 56 a 62 - ânforas do tipo Greco-italica da Península Itálica; N.º 63 - ânfora do tipo Greco itálica da Bética costeira; N.º 64 - ânfora do tipo Tripolitana Antiga



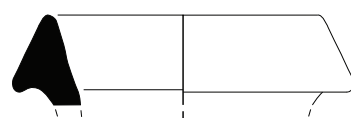
65



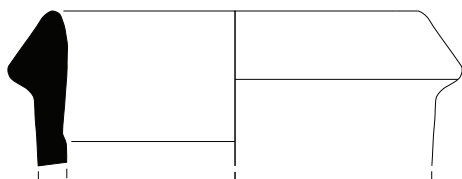
66



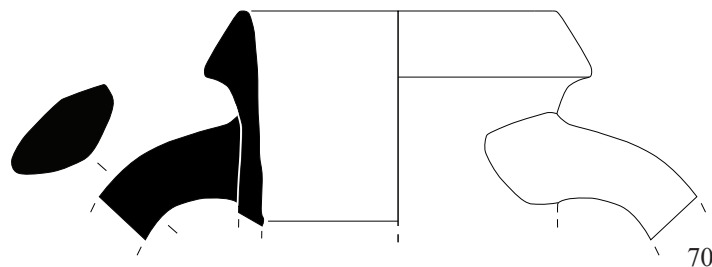
67



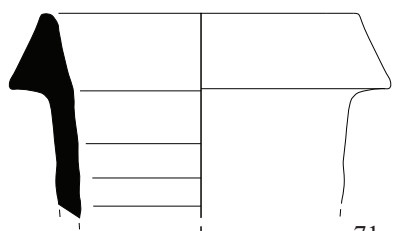
68



69



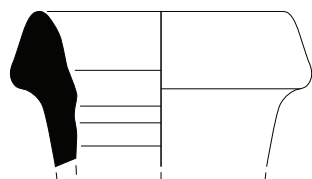
70



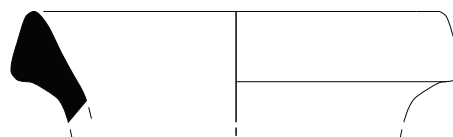
71



72



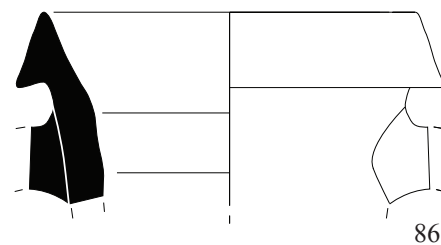
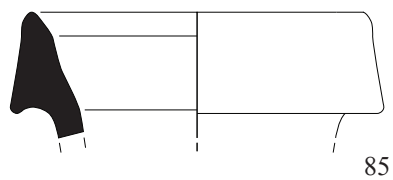
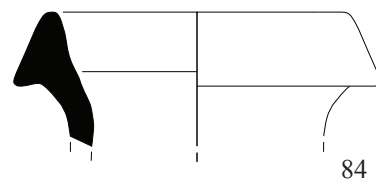
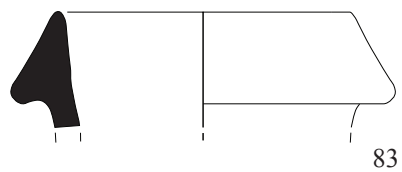
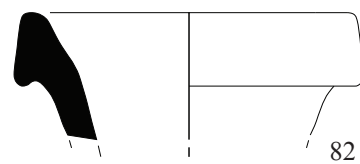
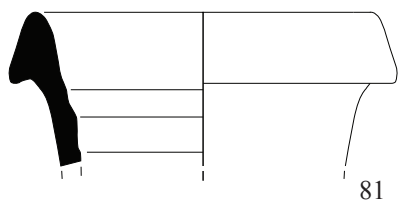
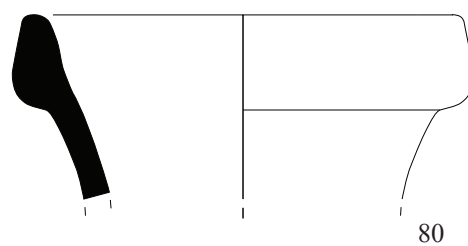
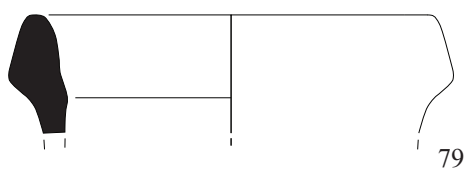
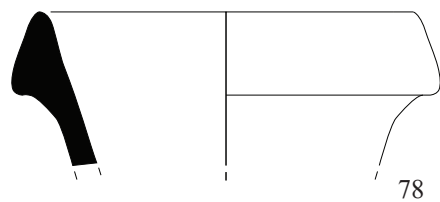
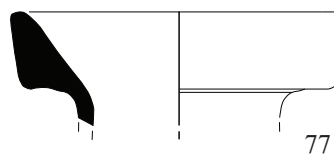
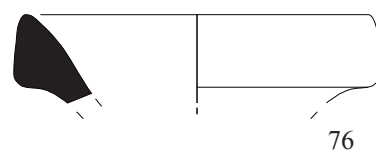
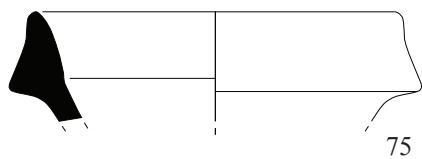
73

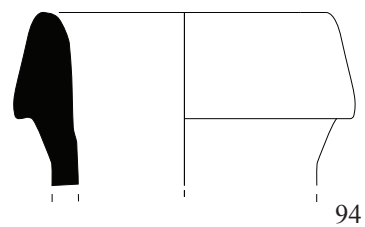
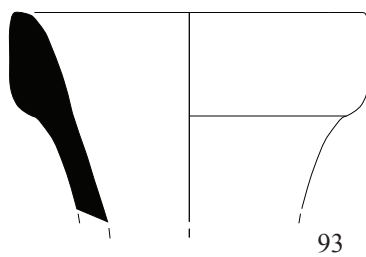
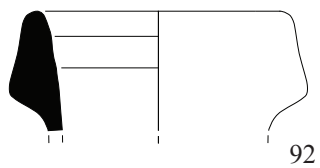
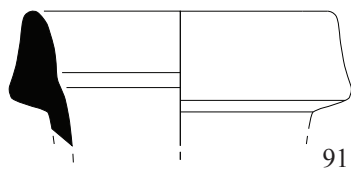
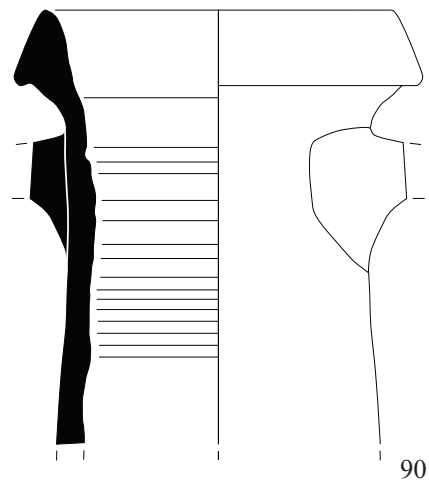
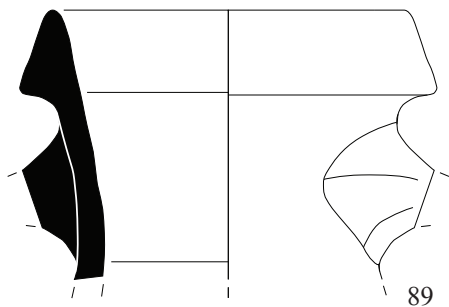
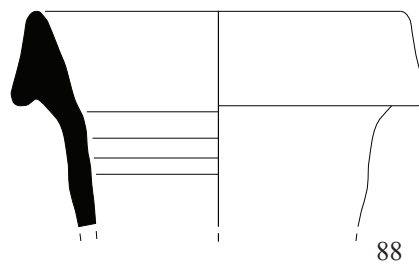
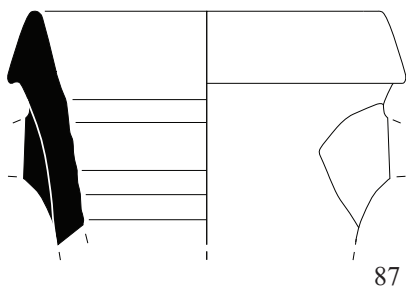


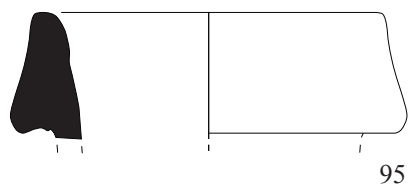
74



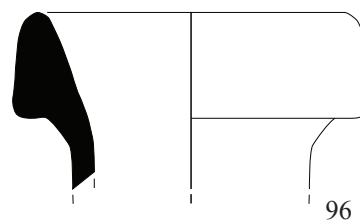
N.º 65 e 66 - ânforas do tipo Tripolitana Antiga; N.º 67 a 74 - ânforas do tipo Dressel 1 da Península Itálica



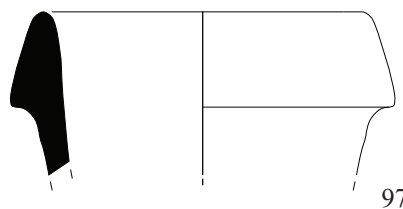




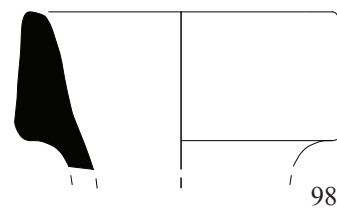
95



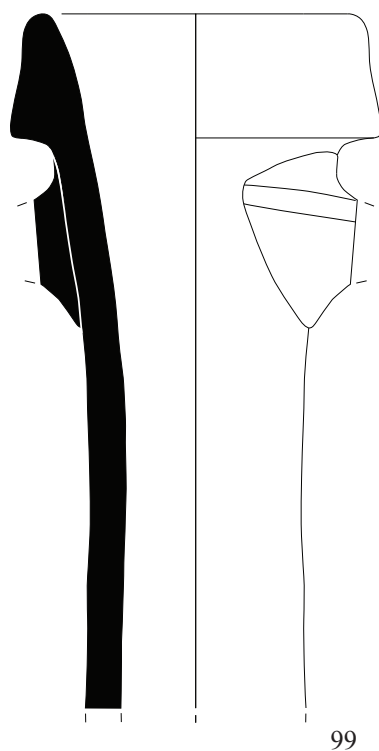
96



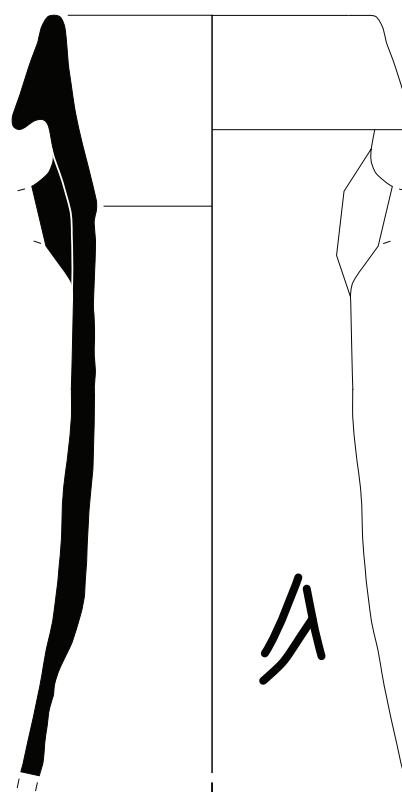
97



98

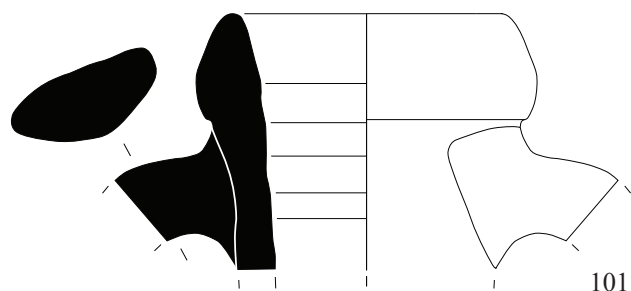


99

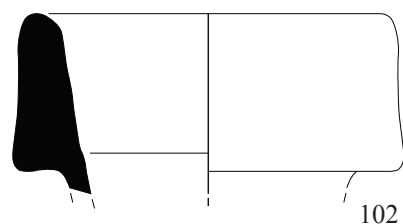


100

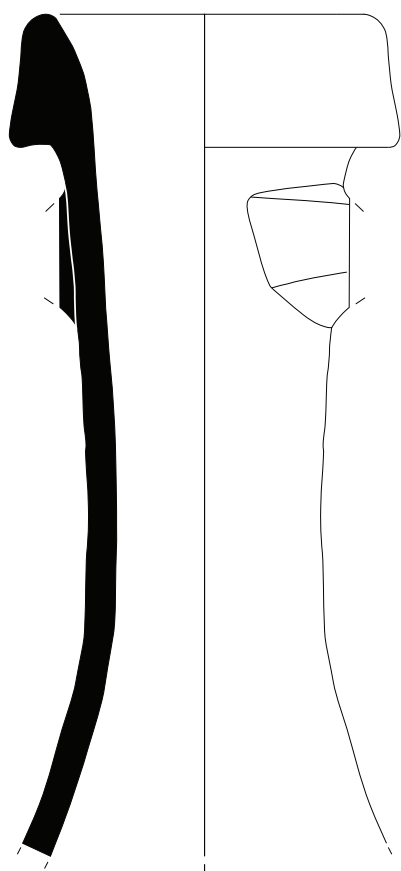




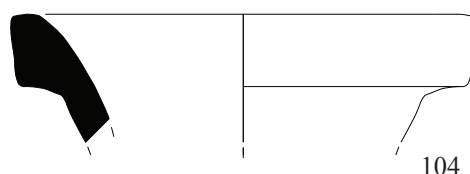
101



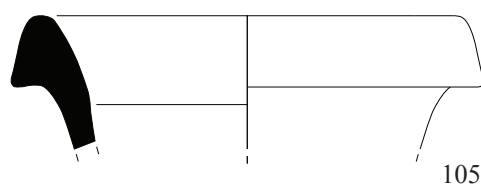
102



103



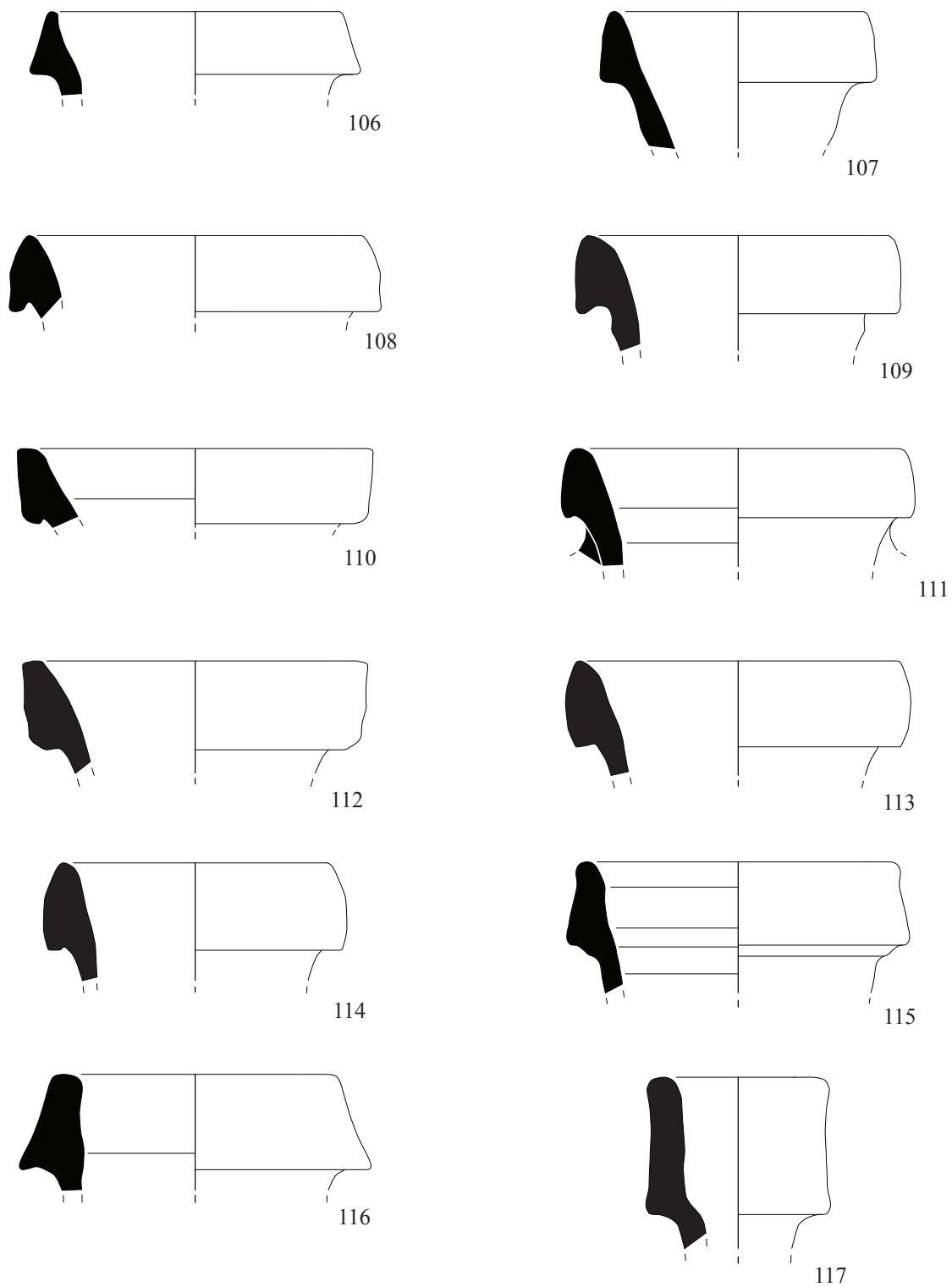
104



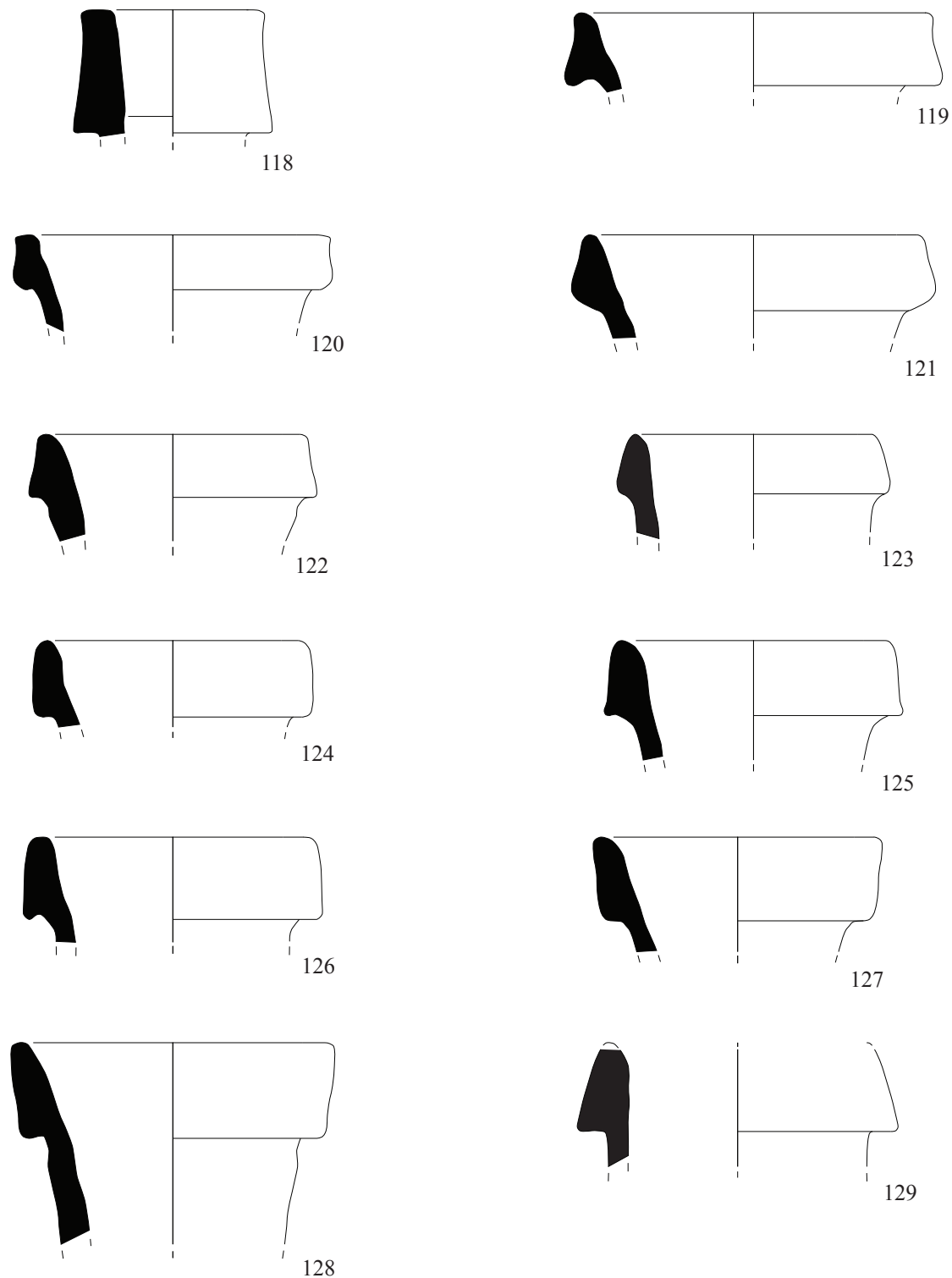
105



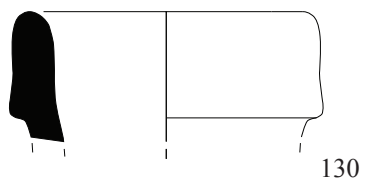
N.º 101 a 103 - ânforas do tipo Dressel 1 da Península Itálica; N.º 104 e 105 - ânforas do tipo Dressel 1 da Bética costeira



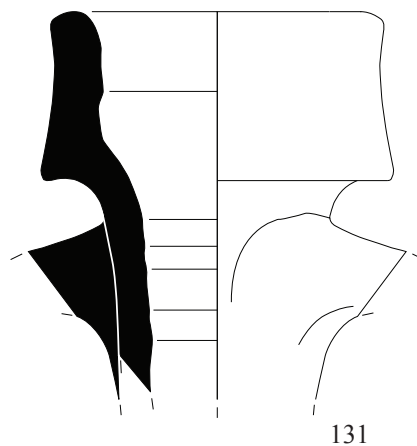
106 a 117 - ânforas do tipo Dressel 1 da Bética costeira



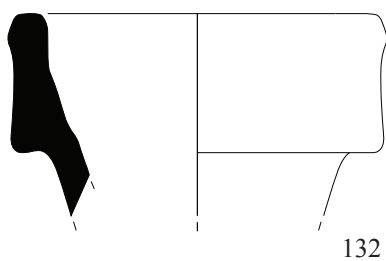
N.º 118 - ânfora do tipo Dressel 1 da Bética costeira; N.º 119 a 129 - ânforas do tipo Dressel 1 do vale do Guadalquivir.



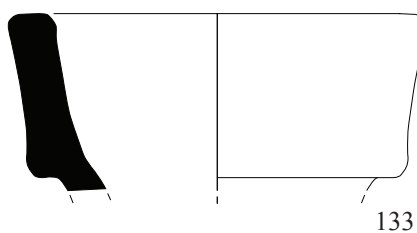
130



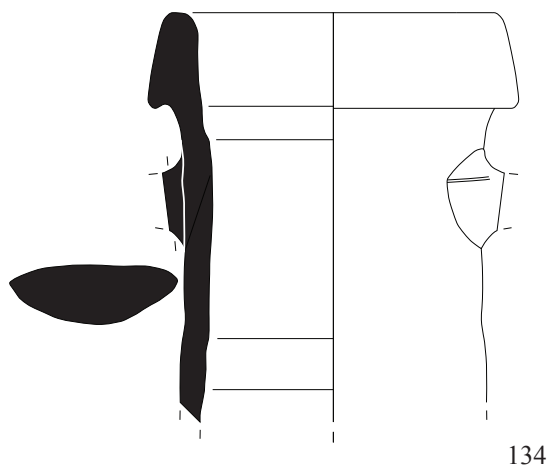
131



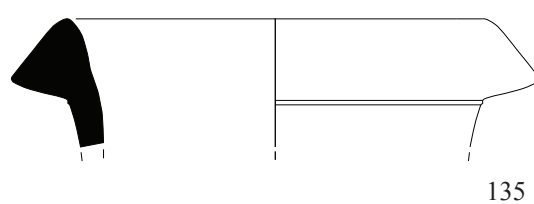
132



133



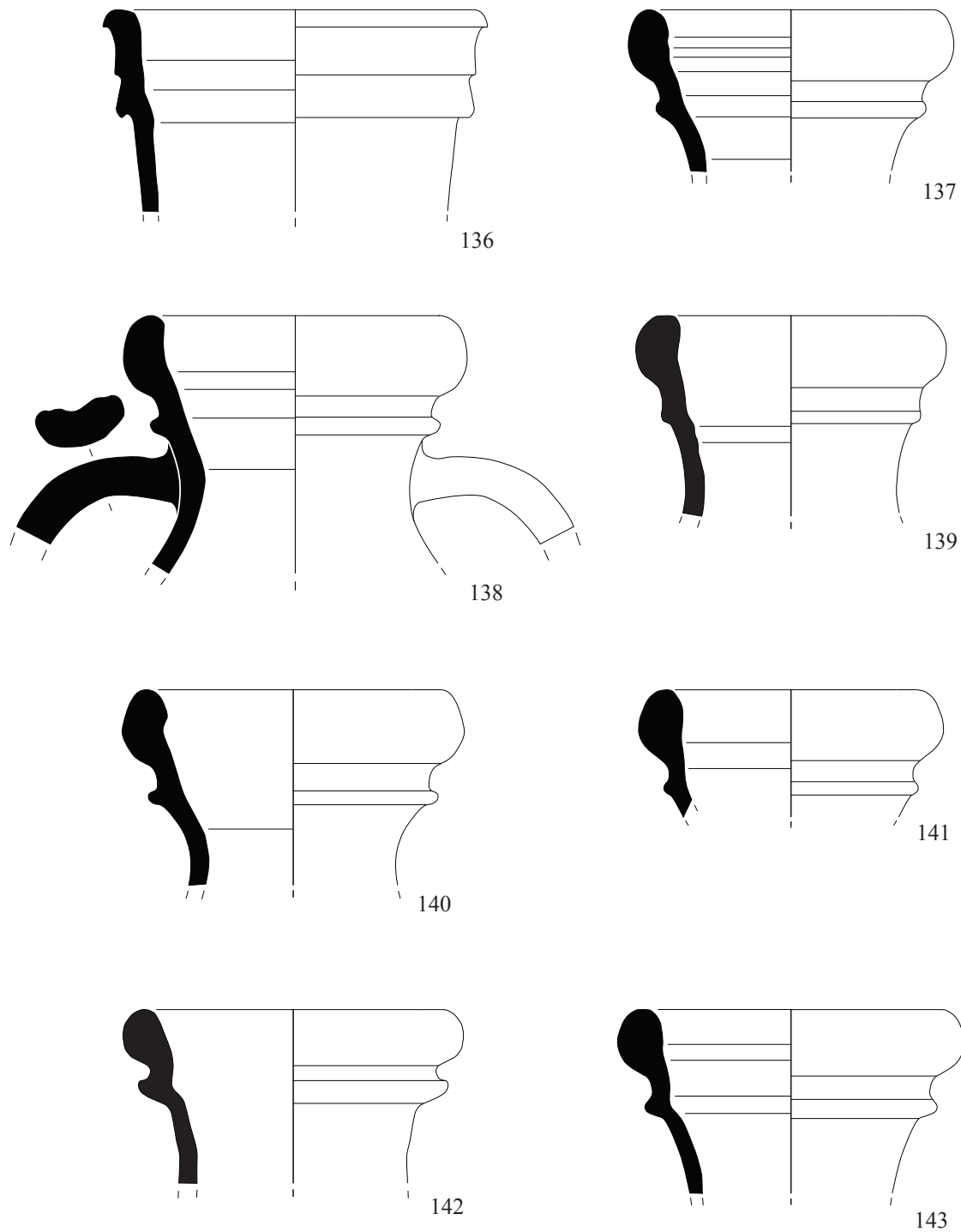
134



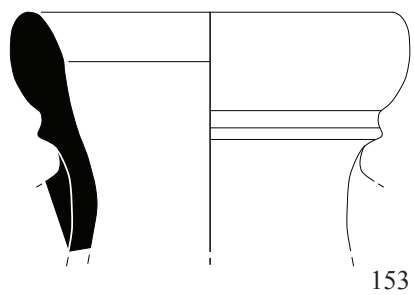
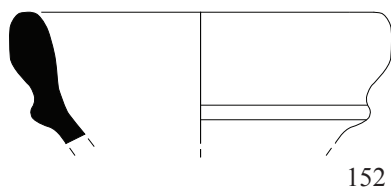
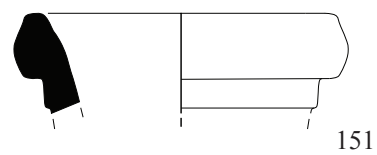
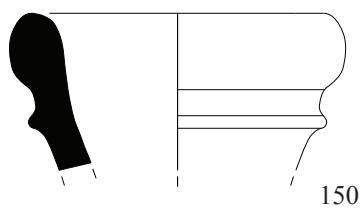
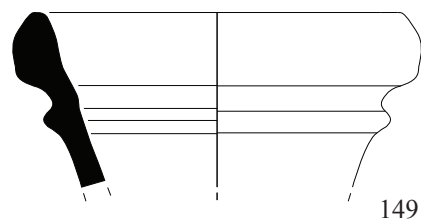
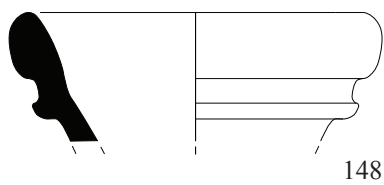
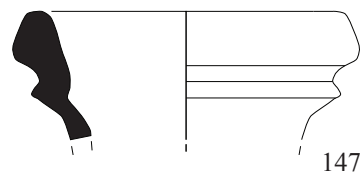
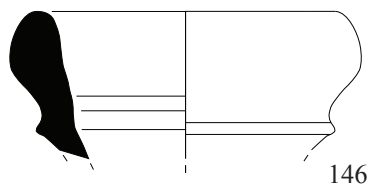
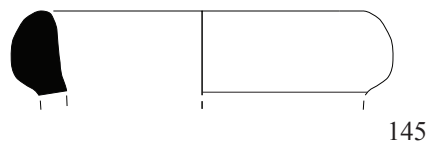
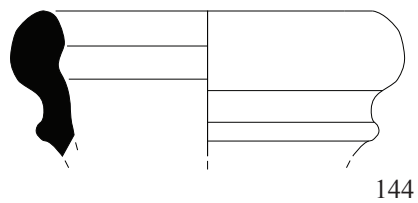
135

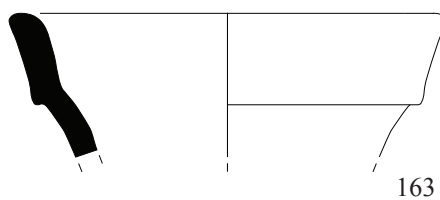
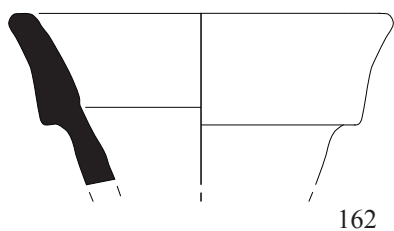
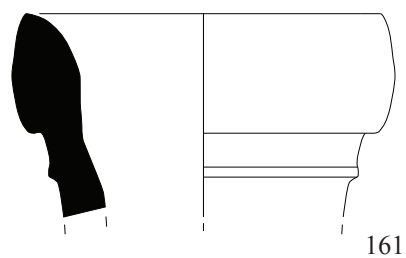
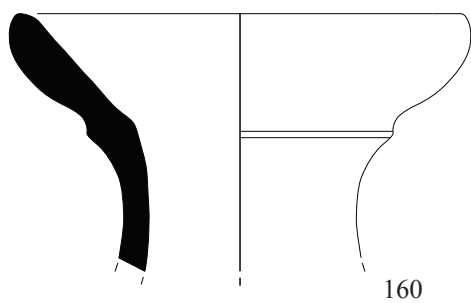
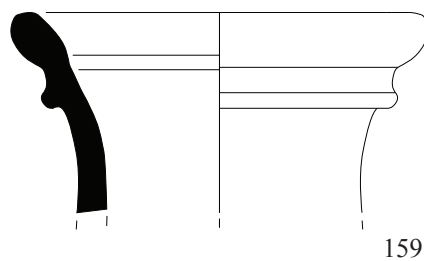
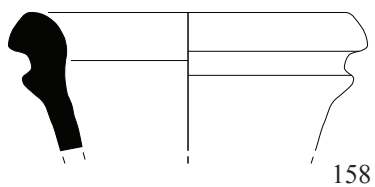
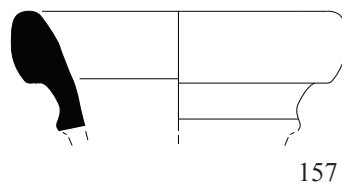
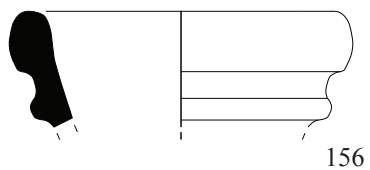
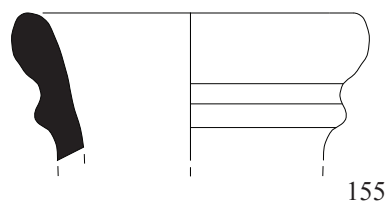
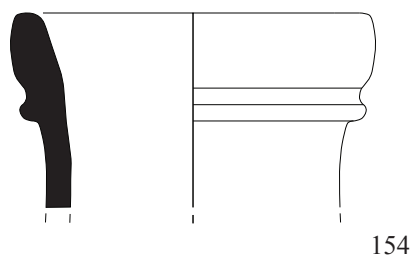


N.º 130 a 133 - ânforas do tipo Dressel 1 do vale do Guadalquivir; N.º 134 - ânfora do tipo Dressel 1 da África Proconsular; N.º 135 - ânfora do tipo Lamboglia 2

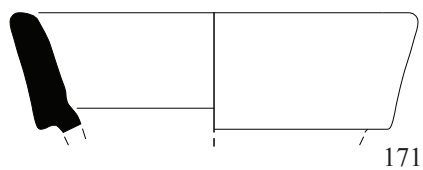
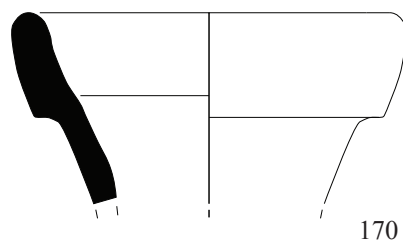
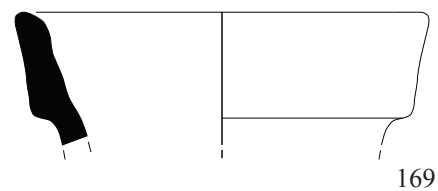
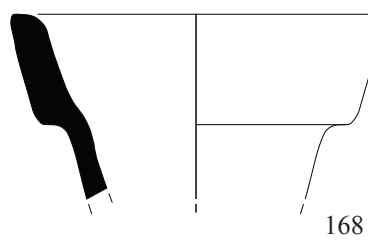
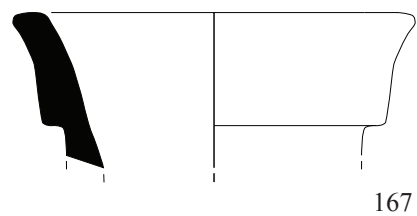
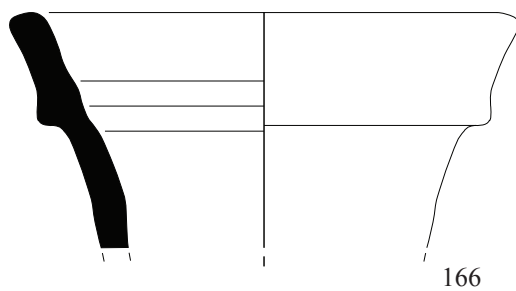
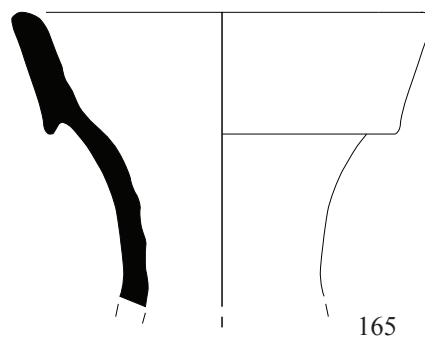
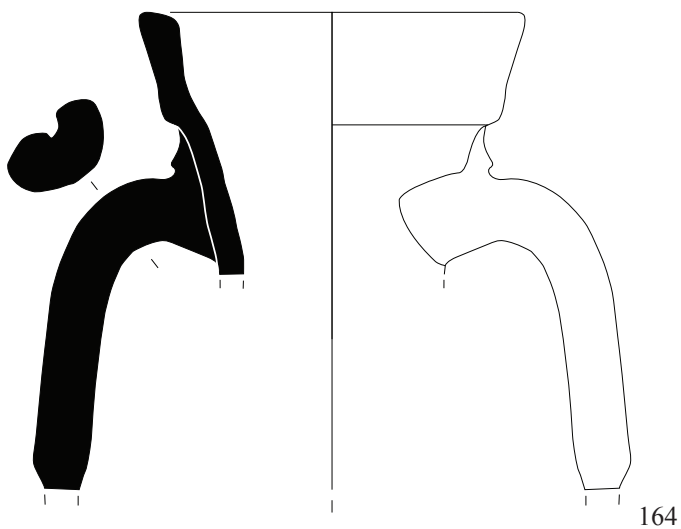


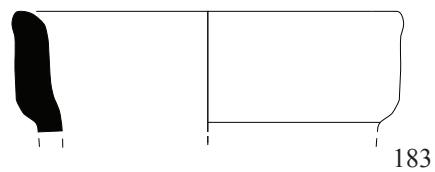
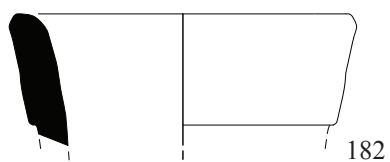
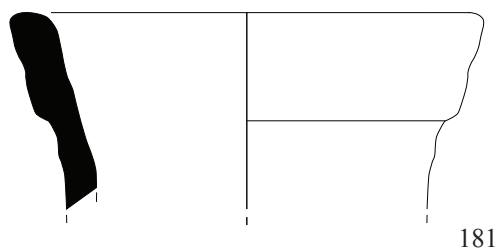
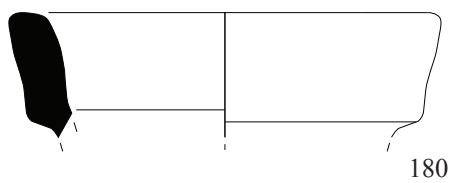
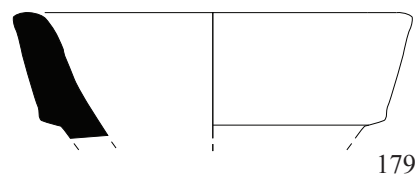
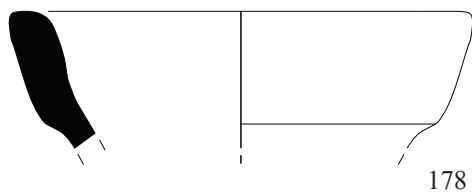
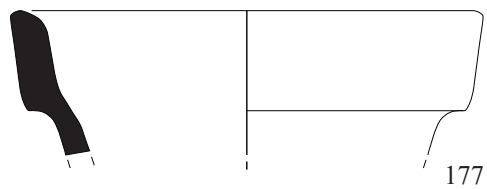
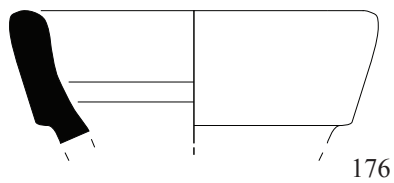
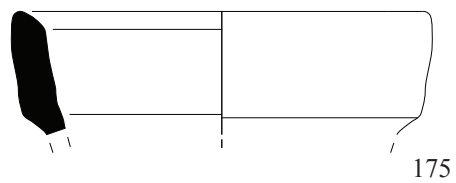
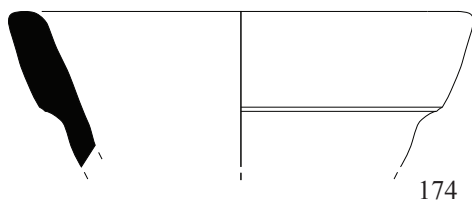
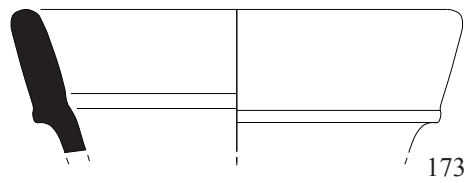
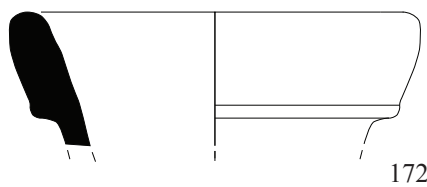
N.º 136 - ânfora do tipo Apani II; N.º 137 a 143 ânfora do tipo Classe 67 do vale do Guadalquivir

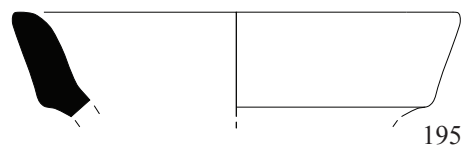
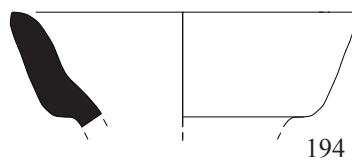
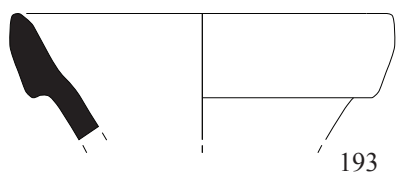
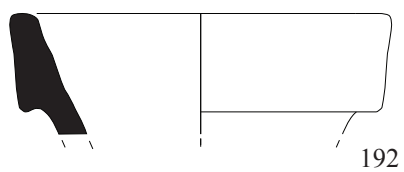
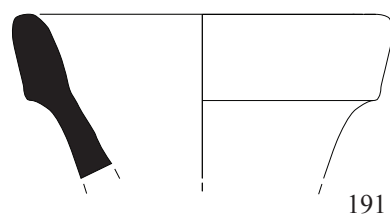
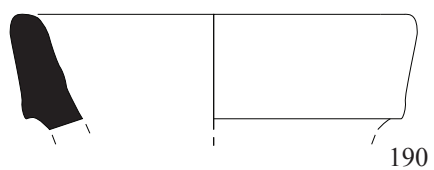
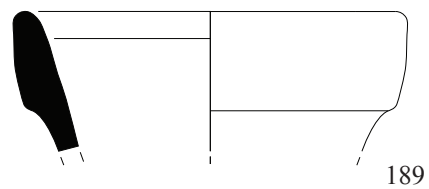
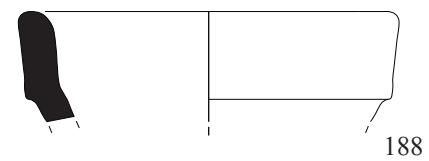
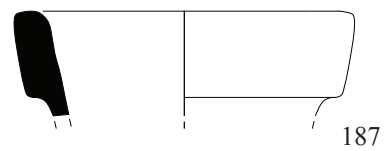
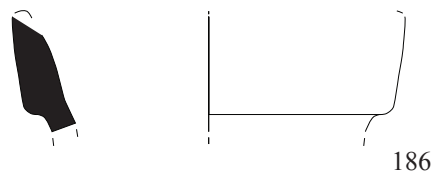
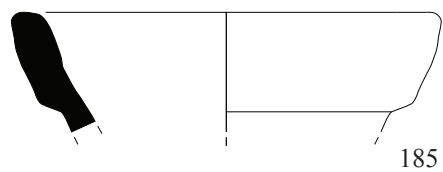
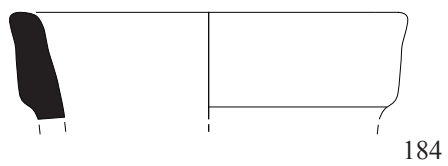


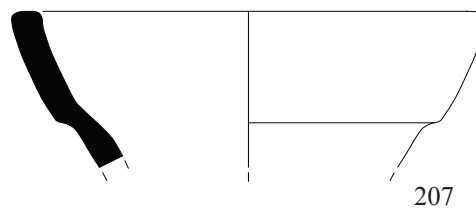
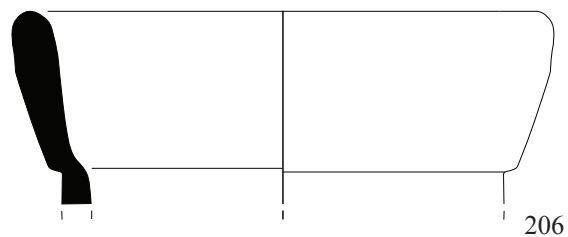
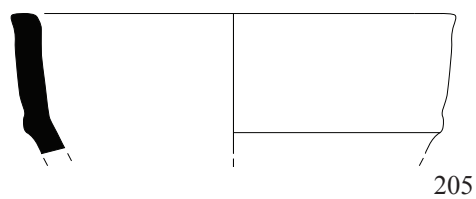
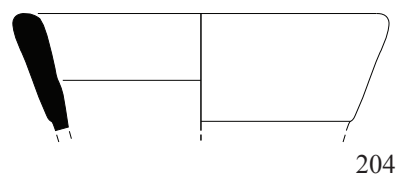
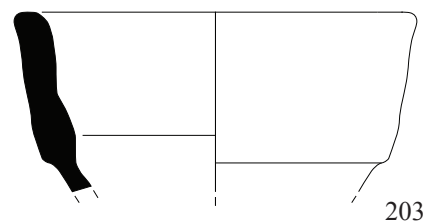
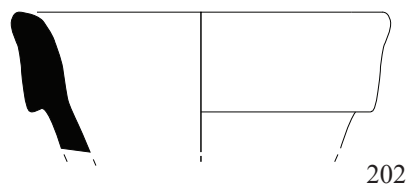
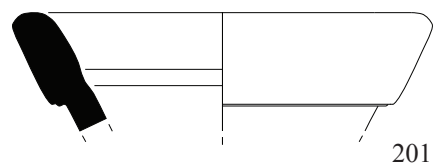
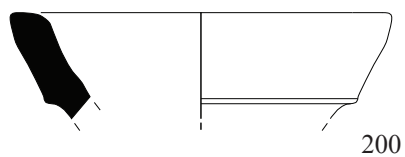
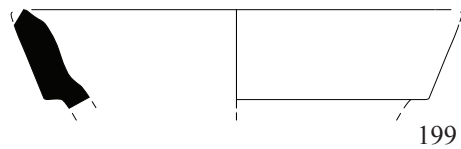
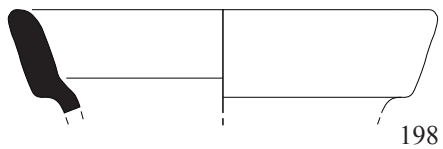
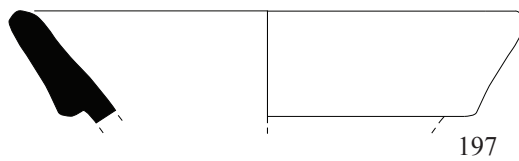
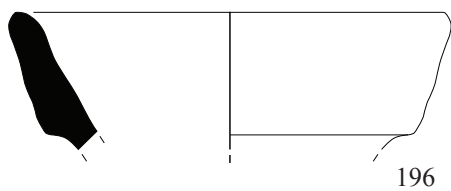


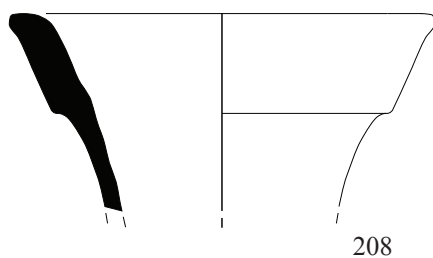
N.º 154 a 158 - ânforas do tipo Classe 67 do vale do Guadalquivir; N.º 159 a 161 - ânforas do tipo Classe 67 da Bética costeira; N.º 162 e 163 - ânforas do tipo Haltern 70



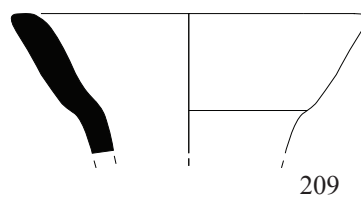




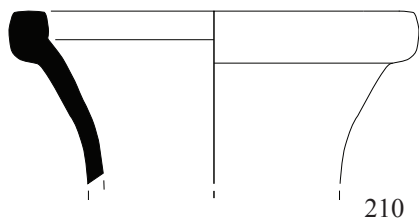




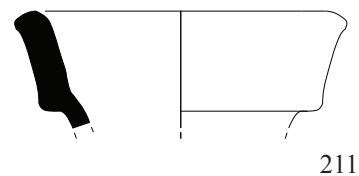
208



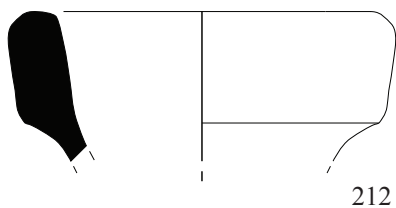
209



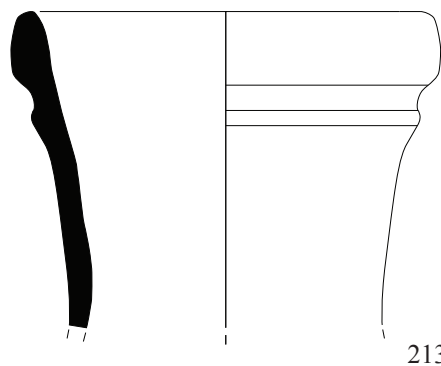
210



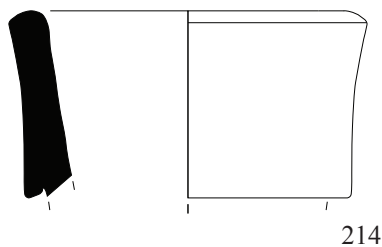
211



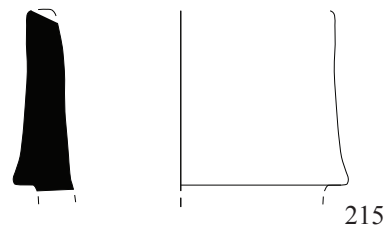
212



213



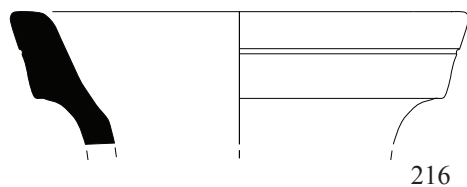
214



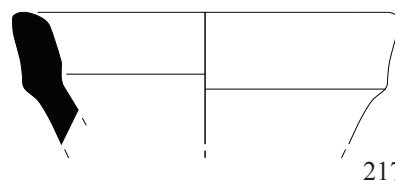
215



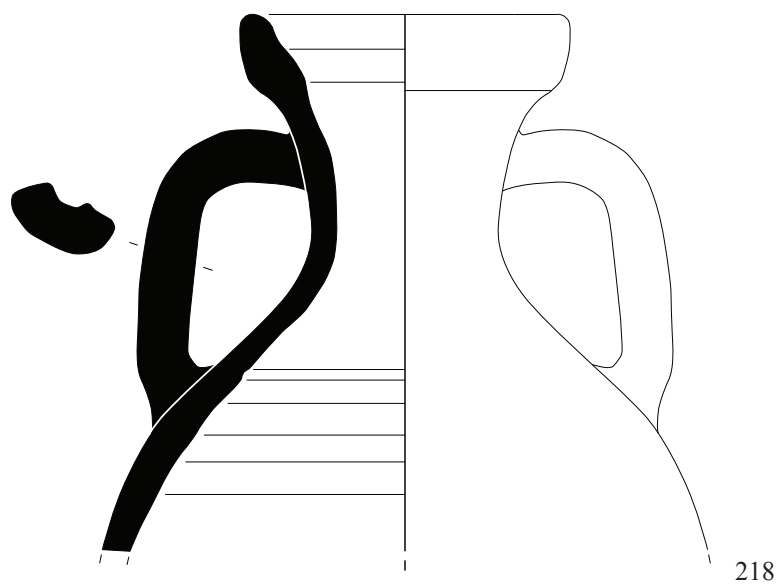
N.º 208 e 209 - ânforas do tipo Haltern 70; N.º 210 - ânfora do tipo Ovóide Gaditana; N.º 211 e 212 - ânforas do tipo Dressel 12 da Bética costeira; N.º 213 - ânfora do tipo Dressel 12 do vale do Guadalquivir; N.º 214 e 215 - ânforas do tipo Pascual 1



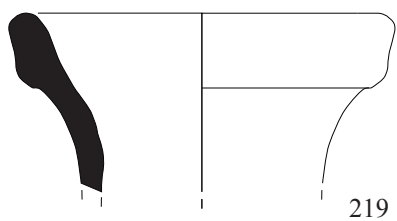
216



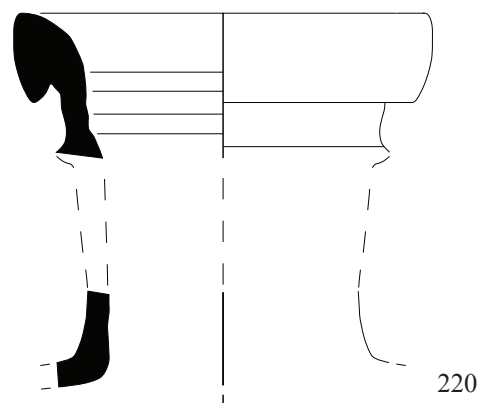
217



218



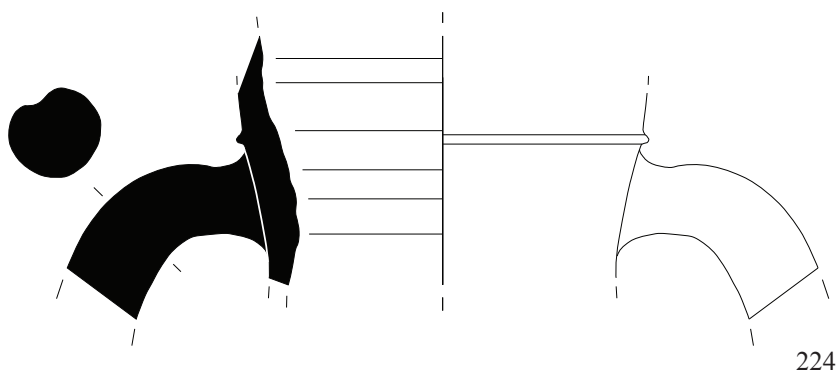
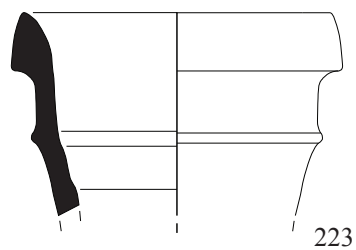
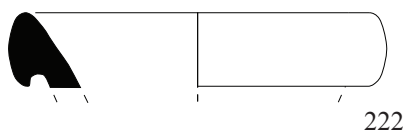
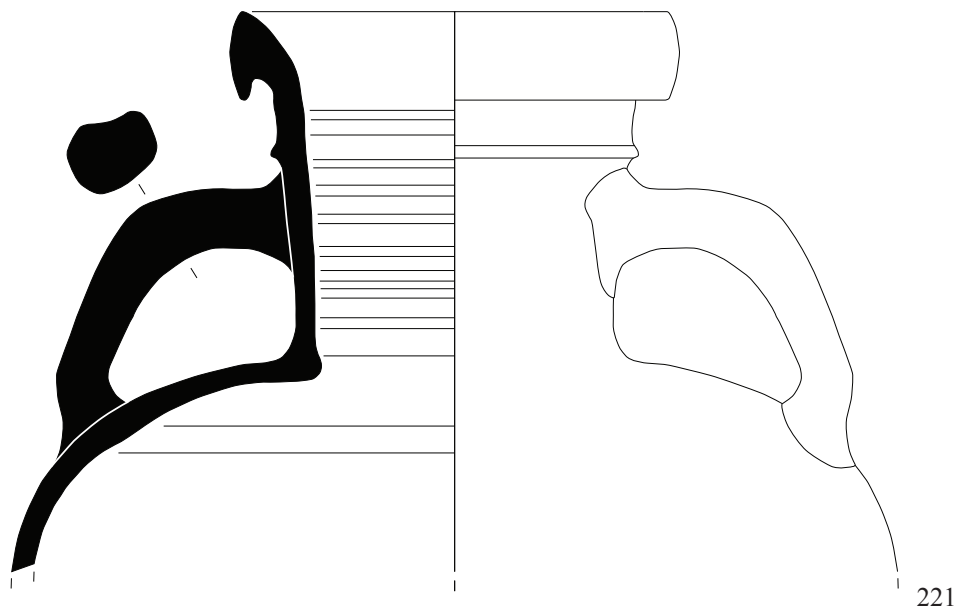
219



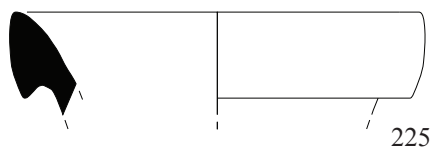
220



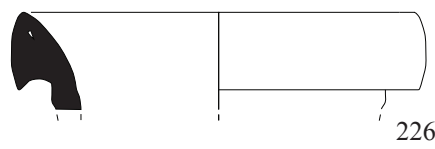
N.º 216 a 219 - ânforas do tipo Dressel 20A; N.º 220 - ânfora do tipo Castelinho 1 do vale do Guadalquivir



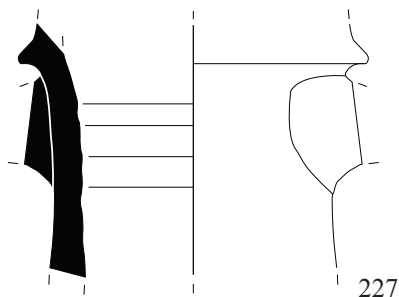
N.º 221 a 224 - ânforas do tipo Castelinho 1 do vale do Guadalquivir



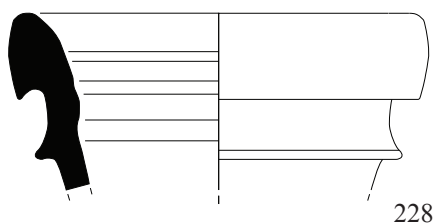
225



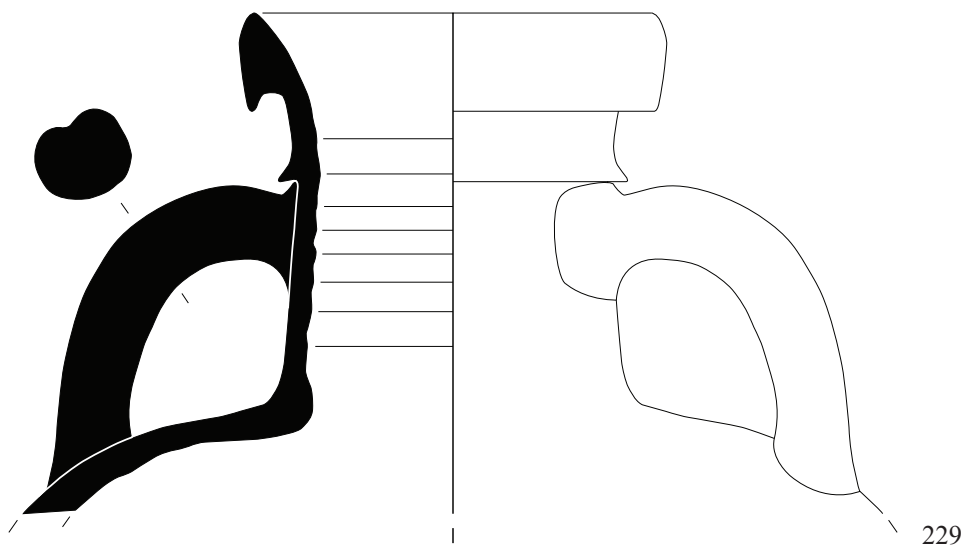
226



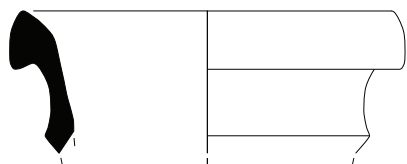
227



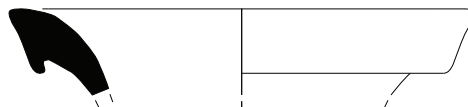
228



229



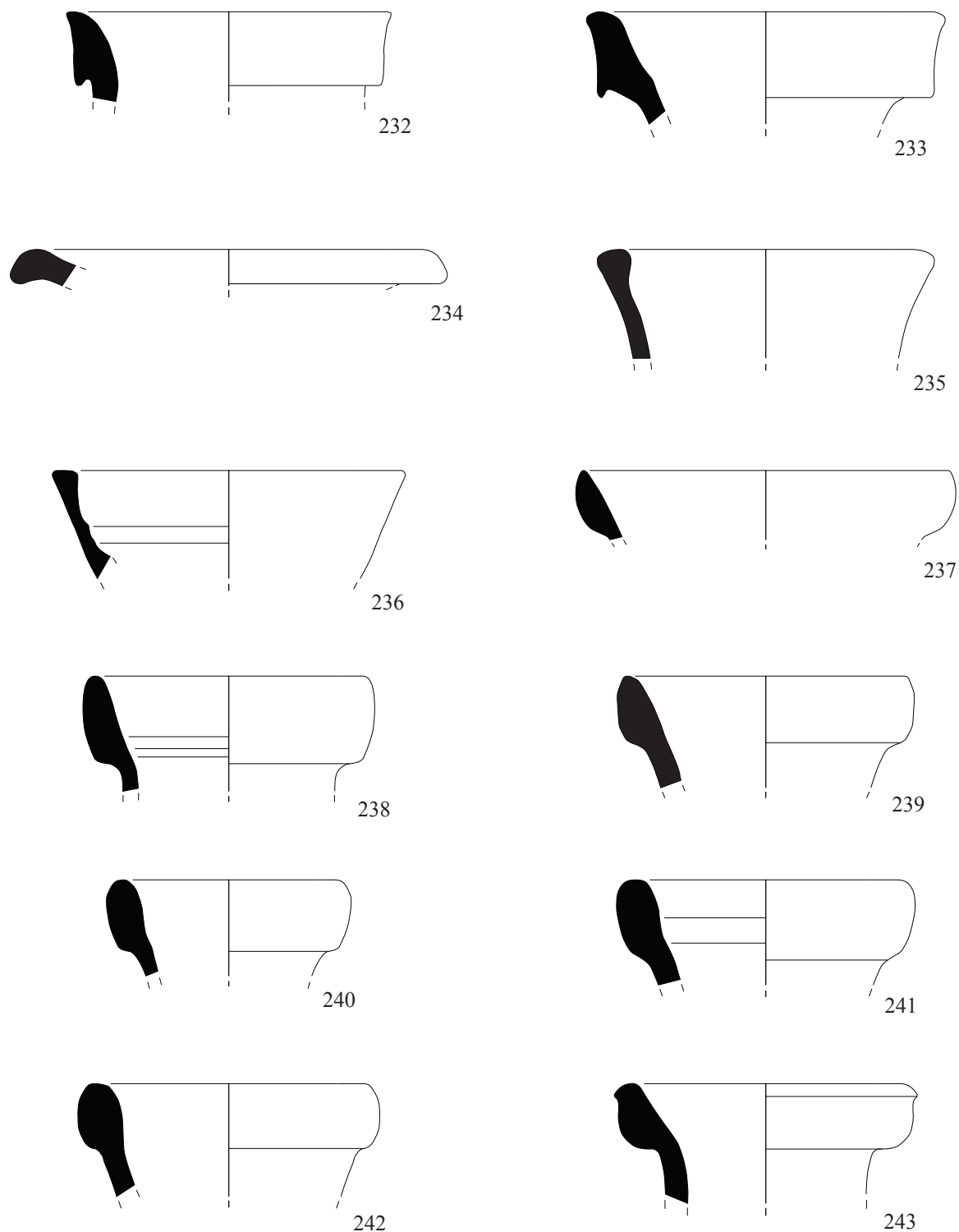
230



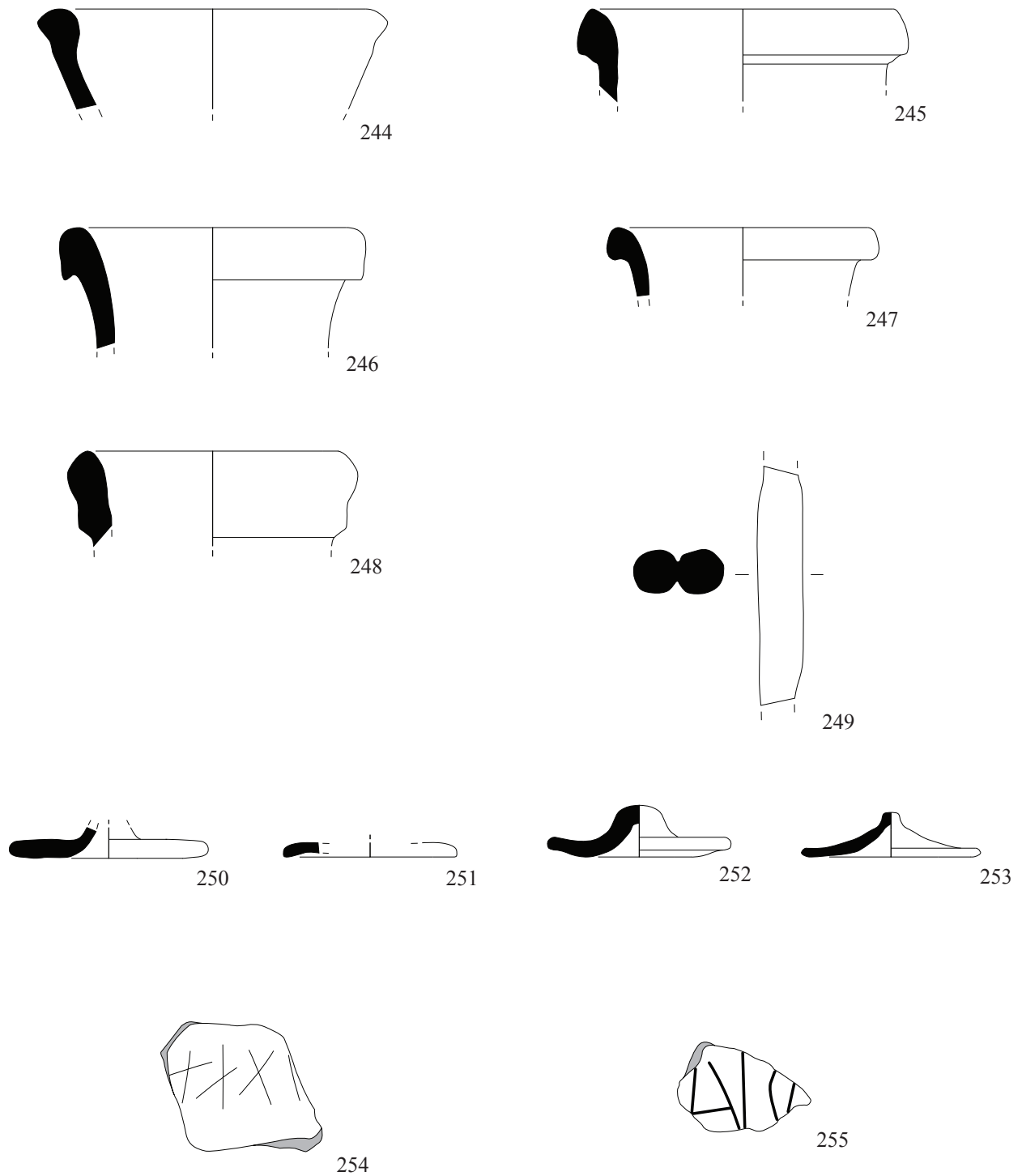
231



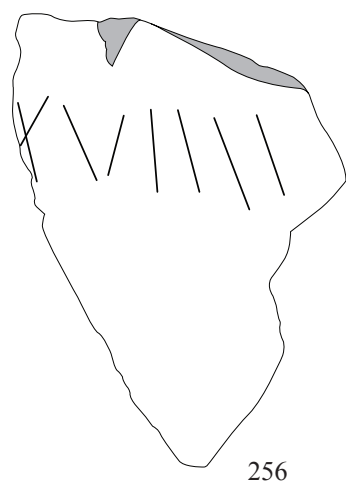
N.º 225 - ânfora do tipo Castelinho 1 do vale do Guadalquivir; N.º 226 a 230 - ânforas do tipo Castelinho 1 da Bética costeira; N.º 231 - ânfora do tipo Dressel 7-11



N.º 232 a 234 - ânforas do tipo Dressel 7-11; N.º 235 - ânfora do tipo Dressel 14 da Lusitânia;
 N.º 236 - ânfora do tipo Dressel 14 a Bética costeira; N.º 237 a 242 - ânforas do tipo Oberaden
 83; N.º 243 - ânfora do tipo Tripolitana 1



N.º 244 - ânfora do tipo Verulamium 1908; N.º 245 e 246 - ânforas do grupo indeterminado 3; N.º 247 - ânfora do grupo indeterminado 4; N.º 248 - ânfora do grupo indeterminada 5; N.º 249 ânfora do grupo indeterminado 6; N.º 250 a 253 - opérculos; N.º 254 e 255 - fragmentos de ânforas com grafitos.



100



INVENTÁRIO

N.º	Ano	Sector	U.E.	Ambiente	Fabrico	Fragmento	Classificação	Fase	Diam. (cm)	Altura conser. (cm)	Altura bordo (cm)	Observações
1	00	B2	205		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na III	14,0	15,0	4,7	
2	03	B3	106	Rua I	FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Imperial	15,6	8,9	4,2	
3	92	A1	43		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na	15,8	5,1		
4	98	A3	89		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica no II	15,8	7,7		
5	98	A3	121 e 123		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na IV	14,4	6,3		
6	06	B3	452	Rua 2	FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na	15,4	4,7		
7	02	B3	57		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Imperial	17,6	4,4		
8	03	B3	109	II	FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na	15,4	5,3		
9	06	B3	432	XI	FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na	15,7	3,7		
10	98	A3	122		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na IV	16,0	4,2		Engobe amarelado
11	99	B2	125		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na	15,6	4,5		
12	98	A3	138		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na	13,5	4,5		
13	00	B2	197		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica na III	14,9	4,9		
14	94	A1	220		FBC1	Bordo	R. T. 8.2.1.1.	Republica	15,2	4,3		

								na				
15	00	B2	299		FBC1	Bordo	R. T. 4.2.2.5.	Republica na	9,5	2,0	1,9	
16	91	A1	41		FBC1	Bordo	R. T. 4.2.2.5.	Republica na				
17	06	B3	330	XI	FBC1	Bordo	R. T. 4.2.2.5.	Republica na	11,0	3,6	1,9	
18	03	B3	133		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Imperial	16,8	4,6		
19	98	B2	77		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na I	18,8	13,8	3,2	
20	98	A3	145		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na IV	17,0	8,0	2,9	
21	01	B2	426		FBC3	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na III	17,6	5,9	3,2	
22	05	B3	290	Rua 1	FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Imperial	18,5	4,0	2,1	
23	99	A3	145		FBC2	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na IV	18,4	3,4	2,2	
24	99	A3	145		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na IV	15,8	4,6	2,9	
25	99	B3	132		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na	16,8	3,4	3,0	
26	98	A3	145		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na IV	16,9	4,8	2,3	
27		A3	183		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na IV	15,6	4,5	2,5	
28	98	A3	122 e 103		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na IV	15,4	3,5	2,3	
29	98	A3	103		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na IV	14,0	2,8	2,1	

30	03	B3	57		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Imperial	18,0	4,3	2,9	Aguada esbranquiçada
31	05	B3	290	Rua 1	FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Imperial	18,2	7,8	2,2	
32	05	B3	290		FBC2	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Imperial	19,2	7,0	2,4	
33	06	B3	474	XVI	FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Imperial	14,4	3,6	2,9	
34	02	B3	53		FBC1	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Imperial	12,6	3,1	2,4	
35	06	B3	330	XI	FBC2	Bordo	R. T. 9.1.1.1.	Republica na	18,6	9,6	2,3	
36	87		SUP		FBC1	Bordo	Maña C2B		20,6	1,9	1,9	
37	91	A1	41		FBC1	Bordo	Maña C2B	Republica na	21,8	2,5	2,5	Engobe branco
38	03	B3	179		FBC2	Bordo	Maña C2B	Republica na	20,1	2,2	2,2	
39	87		SUP		FBC1	Bordo	Maña C2B		19,0	3,1	2,0	
40	92	A1	41		FBC1	Bordo	Maña C2B	Republica na	21,0	3,2	2,0	
41	05	B3	190	IX	FBC1	Bordo	Maña C2B		19,8	4,8	2,2	
42	06	B3	362	XV	FBC2	Bordo	Maña C2B	Imperial	21,8	1,8	1,6	
43	05	B3	307		FBC1	Bordo	Maña C2B	Republica na	21,2	3,0	3,0	
44	05	B3	198		FBC1	Bordo	Maña C2B	Imperial	21,8	1,9	1,9	
45	97	B2	0		FBC1	Bordo	Maña C2B			2,3	2,3	
46	06	B3	512		FBC2	Bordo	Maña C2B	Imperial	21,6	2,6	2,6	
47	06	B3	469	XIV	FBC1	Bordo	Maña C2B	Imperial	24,0	2,8	2,1	
48	03	B3	179		FBC1	Bordo	Maña C2B	Republica na	17,1	3,9	3,1	
49	05	B3	85		FBC1	Bordo	G.I. 1	Republica na	14,2	13,8	1,8	
50	95	A1	258		FG1	Bordo	G.I. 2		13,8	5,5	1,7	

51	90	A1	39		FG1	Bordo	G.I. 2	Republica na	10,5	3,5	2,0	
52	06	B3	443	XIV	FG1	Bordo	G.I. 2	Imperial	15,4	4,4	2,1	Engobe amarelado
53	96	B1	10		FG1	Bordo	G.I. 2	Republica na	16,2	2,8	2,9	
54	06	B3	516	XIX	FG1	Bordo	G.I. 2	Imperial	15,5	4,1	2,1	
55	90	A1	39		FG1	Bordo	G.I. 2	Republica na	16,4	2,4	1,9	
56	05	B3	284		FPI1	Bordo	Greco-italica	Imperial	13,8	3,9	3,1	Alt. do bordo/espessura = 1,03
57	87		SUP		FPI1	Bordo	Greco-italica		17,0	3,6	3,2	Engobe branco na superfície interior
58	99	B2	0		FPI1	Bordo	Greco-italica		16,6		2,7	
59	03	B3	107	I	FPI1	Bordo	Greco-italica	Republica na	15,3	2,9	2,7	Engobe branco; alt. do bordo/espessura = 1,07
60	05	B3	314		FPI1	Bordo	Greco-italica	Republica na	14,5	3,9	2,6	Alt. do bordo/espessura = 0,93
61	93	A1	71	VII	FPI1	Bordo	Greco-italica		18,2	4,8	2,5	
62	03	B3	57		FPI1	Bordo	Greco-italica	Imperial	13,6	5,7	3,5	Alt. do bordo/espessura = 1,20
63	87		SUP		FBC1	Bordo	Greco-italica		12,5	4,2	2,6	Alt. do bordo/espessura = 1,13
64			SUP		FAP	Bordo	Tripolitana antiga		13,4	6,4	2,6	Engobe branco
65	03	B3	85		FAP	Bordo	Tripolitana antiga	Republica	14,3	13,5	3,0	

								na				
66	91	A1	41		FAP	Bordo	Tripolitana antiga	Republica na	14,2	8,9	2,8	Engobe branco
67	98	A3	130		FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na IV	14,4	4,8	3,6	Alt. do bordo/espessura = 1,3 - ânfora de transição
68	98	A3	103		FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na IV	11,0	4,6	3,1	Engobe amarelado; Alt. do bordo/espessura = 1,3 - ânfora de transição
69	06	B3	376	XIII	FPI1	Bordo	Dressel 1	Imperial	14,8	6,1	3,3	Alt. do bordo/espessura = 1,3 - ânfora de transição
70	02	B2	83		FPI1	Bordo	Dressel 1	Medieval	12,6	8,5	2,7	Alt. do bordo/espessura = 1,3 - ânfora de transição
71	98	A3	0		FPI1	Bordo	Dressel 1		12,6	8,3	3,2	Engobe amarelado; Alt. do bordo/espessura = 1,3 - ânfora de transição
72	98	A3	122		FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na IV	12,8	8,1	3,2	Engobe amarelado; Alt. do bordo/espessura = 1,3 - ânfora de transição
73	99	B2	0		FPI1	Bordo	Dressel 1		10,0	5,9	3,2	Alt. do bordo/espessura = 1,3 - ânfora de transição
74	98	B2	0		FPI1	Bordo	Dressel 1		16,3	4,1	3,0	Engobe amarelado
75	98	A3	130		FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica	14,6	4,5	3,5	Engobe branco

								na IV				
76	98	B2	0		FPI1	Bordo	Dressel 1		13,8	3,5	3,0	
77	06	B3	397	XII	FPI1	Bordo	Dressel 1		13,0	4,5	3,1	
78	99	B2	111	IV	FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na II	15,0	6,2	3,4	
79	05	B3	0		FPI1	Bordo	Dressel 1		16,2	4,8	3,6	
80	97	B2	5		FPI1	Bordo	Dressel 1		17,2	6,9	3,7	
81	03	B3	106		FPI1	Bordo	Dressel 1	Imperial	13,7	6,1	2,9	
82	94	A1	138		FPI1	Bordo	Dressel 1		12,8	4,4	3,0	
83	03	B3	0		FPI1	Bordo	Dressel 1		11,8	4,6	3,7	
84	98	A3	130		FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na IV	11,9	5,7	3,0	Engobe amarelado
85	87		SUP		FPI1	Bordo	Dressel 1		13,4	5,0	4,1	Engobe branco
86	98	A3	117		FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na IV	15,2	7,4	3,2	Engobe branco
87			SUP		FPI1	Bordo	Dressel 1		14,0	9,0	3,0	Engobe branco
88	00	B2	223	I	FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na III	14,8	8,7	3,9	
89	00	B2	223	I	FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na III	14,2	10,7	3,5	
90	98	B2	83		FPI1	Bordo	Dressel 1	Medieval	13,9	17,5	3,1	Engobe branco
91	98	B2	72	II	FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na II	12,0	5,2	4,1	Engobe amarelado
92	98	B2	48	I	FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na II	9,9	4,9	3,9	
93	03	B3	179		FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na	14,0	8,1	4,2	
94	02	B3	53		FPI1	Bordo	Dressel 1	Imperial	11,5	7,0	4,3	Engobe branco
95	02	B3	5		FPI1	Bordo	Dressel 1		13,6	5,1	4,9	

96	03	B3	179		FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na	12,4	6,8	4,3	
97	02	B3	81		FPI1	Bordo	Dressel 1	Imperial	12,9	6,3	3,8	Engobe branco
98	97	B2	5		FPI1	Bordo	Dressel 1		12,2	6,3	5,2	Engobe amarelado
99	97	B2	43	IV	FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na	12,4	27,9	5,0	
100	98	B2	48	I	FPI1	Bordo	Dressel 1	Republica na II	10,4	15,8	4,8	
101			SUP		FPI1	Bordo	Dressel 1		11,2	11,4	4,4	Engobe branco
102	97	B2	17		FPI1	Bordo	Dressel 1		14,2	7,0	6,4	Engobe branco
103	98	B2	83		FPI1	Bordo	Dressel 1	Medieval	13,0	33,6	5,4	
104	06	B3	437	XIII	FBC2	Bordo	Dressel 1	Imperial	17,8	4,6	3,0	Alt. do bordo/espessura = 1,3 - ânfora de transição
105	90	A1	41		FBC1	Bordo	Dressel 1	Republica na	16,8	5,4	2,9	Alt. do bordo/espessura = 1,3 - ânfora de transição
106			SUP		FBC1	Bordo	Dressel 1		13,7	3,0	4,0	Engobe branco
107	96	B1	11		FBC1	Bordo	Dressel 1		12,0	6,5	3,4	
108	03	B3	208	VIII	FBC2	Bordo	Dressel 1		15,8	3,8	3,6	
109	03	B3	202		FBC2	Bordo	Dressel 1	Imperial	14,3	5,5	3,7	
110	97	B2	5		FBC1	Bordo	Dressel 1		16,6	3,8	3,6	
111	99	B2	163	V / VI	FBC1	Bordo	Dressel 1	Republica na	15,5	5,6	3,4	
112	06	B3	474		FBC2	Bordo	Dressel 1	Imperial	15,6	5,1	4,2	
113	06	B3	0		FBC2	Bordo	Dressel 1		15,2	5,3	4,1	
114	05	B3	0			Bordo	Dressel 1		12,7	5,5	4,1	
115	97	B2	5		FBC1	Bordo	Dressel 1		14,7	6,1	4,0	
116	03	B3	179		FBC1	Bordo	Dressel 1	Republica	13,0	5,5	4,6	Engobe amarelado

								na				
117	03	B3	179		FBC2	Bordo	Dressel 1	Republica na	7,4	7,7	6,5	
118	92	A1	43		FBC1	Bordo	Dressel 1	Republica na	8,2	6,0	5,9	Vestígios de engobe branco
119	90	A1	6		FG1	Bordo	Dressel 1		16,5	3,8	3,5	
120	06	B3	425		FG1	Bordo	Dressel 1	Medieval	14,2	4,3	2,6	Engobe amarelado na superfície exterior
121	87		SUP		FG1	Bordo	Dressel 1		15,6	4,9	3,2	
122	02	B3	53		FG1	Bordo	Dressel 1	Imperial	12,2	5,0	3,0	
123	03	B3	179		FG1	Bordo	Dressel 1	Republica na	11,3	4,8	3,0	
124	06	B3	217	X	FG1	Bordo	Dressel 1		12,0	4,1	3,7	Engobe amarelado
125	02	B3	7		FG1	Bordo	Dressel 1		12,6	5,6	3,6	Engobe amarelado
126	05	B3	315		FG1	Bordo	Dressel 1	Imperial	13,1	5,0	3,9	
127	06	B3	543	XIV	FG1	Bordo	Dressel 1	Imperial	13,2	5,5	4,0	Engobe amarelado
128	06	B3	0		FG1	Bordo	Dressel 1		14,7	9,2	4,6	
129	06	B3	501	XIV	FG1	Bordo	Dressel 1	Imperial		5,6		
130	87		SUP		FG1	Bordo	Dressel 1		11,2	5,2	4,3	
131	06	B3	474	XVI	FG1	Bordo	Dressel 1	Imperial	11,8	15,6	6,8	
132	05	B3	260		FG1	Bordo	Dressel 1	Imperial	14,3	7,2	5,6	
133	05	B3	270		FG1	Bordo	Dressel 1		16,0	7,1	6,7	Engobe amarelado
134	03	B3	104		FAP	Bordo	Dressel 1	Republica na	13,1	16,1	3,9	Engobe branco
135	92	A1	43		FPI3	Bordo	Lamboglia 2	Republica na	16,8	5,2	3,2	Engobe amarelado
136	92	A1	0		FPI2	Bordo	Apani II		17,1	9,2	5,0	
137	92	A1	43		FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	13,6	7,6	3,4	

138	90	A1	39		FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	13,7	12,1	3,8	
139	05	B3	293		FG1	Bordo	Classe 67		12,6	9,3	3,3	
140	90	A1	39		FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	14,1	9,1	3,6	
141	90	A1	6		FG1	Bordo	Classe 67		12,0	6,0	3,5	
142	03	B3	179		FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	14,3	8,1	2,6	
143	90	A1	41		FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	14,4	9,6	3,2	
144	90	A1	39	I	FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	13,3	5,9	3,4	Engobe amarelado
145	05	B3	260		FG1	Bordo	Classe 67	Imperial	13,1	3,4	3,3	
146		B2	3		FG1	Bordo	Classe 67		12,1	5,7	3,4	
147	03	B3	179		FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	12,2	5,1	2,1	
148	02	B3	0		FG1	Bordo	Classe 67		13,5	5,2	2,7	
149	94	A1	189	XI	FG1	Bordo	Classe 67		14,8	7,0	3,1	
150	87		SUP		FG1	Bordo	Classe 67		12,0	6,3	3,1	
151	06	B3	543	XIV	FG1	Bordo	Classe 67	Imperial	12,0	3,8	2,6	
152	05	B3	270		FG1	Bordo	Classe 67		14,5	5,1	3,0	Engobe amarelado
153	98	B2	81		FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	14,7	9,6	4,0	
154	05	B3	299		FG1	Bordo	Classe 67		13,7	7,8	3,1	
155	03	B3	179		FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	13,3	5,7	2,8	
156	87		SUP		FG1	Bordo	Classe 67		12,5	4,7	2,5	
157	90	A1	39		FG1	Bordo	Classe 67	Republica na	12,6	4,8	3,0	

158	92	A1	0		FG1	Bordo	Classe 67		12,8	5,6	2,7	
159	97	B2	43		FBC1	Bordo	Classe 67	Republica na I	15,6	8,0	2,3	
160	05	B3	307		FBC1	Bordo	Classe 67	Republica na	18,0	10,1	4,1	
161	05	B3	268		FBC2	Bordo	Classe 67	Imperial	14,3	8,0	4,8	
162	03	B3	182	VI	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	15,0	6,8	4,5	
163	06	B3	475	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	17,1	5,7	3,8	
164	06	B3	546		FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	15,2	13,0	4,5	
165	87	A1	39		FG1	Bordo	Haltern 70	Republica na	17,5	7,8	5,1	
166	96	B1	1		FG1	Bordo	Haltern 70		18,8	9,4	4,5	
167	05	B3	29	VI		Bordo	Haltern 70	Imperial	15,2	6,0	4,5	
168	06	B3	501	XIV	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	14,7	7,2	4,5	
169	06	B3	421		FG1	Bordo	Haltern 70	Medieval	16,2	5,1	4,2	Engobe amarelado
170	97	B2	0		FG1	Bordo	Haltern 70		14,7	7,5	4,3	
171	06	B3	475	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	15,9	4,8	4,7	
172	06	B3	475	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	15,3	5,4	4,3	
173	98	B2	83		FG1	Bordo	Haltern 70	Medieval	17,2	5,7	4,6	
174	87		SUP		FG1	Bordo	Haltern 70		17,9	5,9	4,2	
175	90	A1	0		FG1	Bordo	Haltern 70		16,3	4,9	4,5	
176	90	A1	34		FG1	Bordo	Haltern 70		13,8	5,4	4,6	Engobe amarelado
177	06	B3	475	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	18,4	5,8	4,2	Engobe amarelado
178	06	B3	0		FG1	Bordo	Haltern 70		18,2	5,3	4,6	
179	97	B2	2		FG1	Bordo	Haltern 70		15,4	5,1	4,6	
180	90	A1	39		FG1	Bordo	Haltern 70	Republica na	16,5	5,0	4,7	
181	06	B3	475	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	18,2	7,5	4,4	

182	06	B3	444	XVI	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	13,4	5,1	4,5	
183	06	B3	501	XIV	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	15,3	4,8	4,4	
184	05	B3	0		FG1	Bordo	Haltern 70		15,4			
185	06	B3	421		FG1	Bordo	Haltern 70	Medieval	16,6	4,6	4,0	Engobe amarelado
186	06	B3	501	XIV	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial		4,9		
187	97	B2	0		FG1	Bordo	Haltern 70		12,7	4,3	3,5	
188	06	B3	437	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	14,6	4,3	3,5	
189	90	A1	39		FG1	Bordo	Haltern 70	Republica na	15,1	5,6	4,0	
190	03	B3	186		FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	15,7	4,5	4,2	
191	06	B3	437	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	14,4	6,3	3,5	Engobe amarelado
192	06	B3	437	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	14,6	4,8	4,0	
193	06	B3	475	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	14,9	5,9	5,1	
194	06	B3	474		FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	13,7	4,4	4,2	
195	87		SUP		FG1	Bordo	Haltern 70		17,8	4,2	3,8	Engobe amarelado
196	06	B3	543	XIV	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	17,2	5,4	5,0	
197	96	B1	7		FG1	Bordo	Haltern 70		20,0	4,5	4,2	Engobe amarelado
198	90	A1	0		FG1	Bordo	Haltern 70		16,6	4,1	3,6	
199	06	B3	421		FG1	Bordo	Haltern 70	Medieval		3,9	3,7	
200	06	B3	474	XVI	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	15,0	3,9	3,7	Engobe amarelado
201	97	B2	5		FG1	Bordo	Haltern 70		15,8	4,8	3,8	
202	96	B1	6		FG1	Bordo	Haltern 70		14,8	5,6	4,1	
203	06	B3	475	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	15,6	7,1	6,1	
204	98	A3	130			Bordo	Haltern 70	Republica na IV	14,6	4,7	4,4	
205	06	B3	543	XIV	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	17,8	5,5	4,8	
206	96	B1	1		FG1	Bordo	Haltern 70		20,6	7,8	6,4	
207	06	B3	475	XIII	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	18,5	6,0	4,5	Engobe amarelado

208	06	B3	469	XIV	FG1	Bordo	Haltern 70	Imperial	16,6	7,8	4,1	
209	96	B1	1		FG1	Bordo	Haltern 70		14,2	5,6	3,9	
210	06	B3	469	XIV	FBC2	Bordo	Ovóide Gaditana	Imperial	16,0	6,8	2,2	
211	96	B1	10		FBC1	Bordo	Dressel 12	Republica na	12		4,0	
212	87		SUP		FBC1	Bordo	Dressel 12		13,9	5,7	4,6	
213	97	B2	3		FG1	Bordo	Dressel 12		16,0	12,7	3,2	
214	87		SUP		FT	Bordo	Pascual 1		12,8	7,6	7,6	
215	87	Zona G	SUP		FT	Bordo	Pascual 1					Engobe branco
216	06	B3	469		FG1	Bordo	Dressel 20A	Imperial	18,2	5,3	3,5	
217	02	B3	28		FG1	Bordo	Dressel 20A	Imperial	14,9	4,6	3,3	
218	93	A1	135	IX	FG1	Bordo	Dressel 20A	Republica na	12,4	21,6	3,3	
219	03	B3	179		FG1	Bordo	Dressel 20A	Republica na	14,3	7,0	3,0	
220	02	B3	80		FG2	Bordo	Castelinho 1	Imperial	16,2	5,8	3,6	
221	98	B2	83		FG1	Bordo	Castelinho 1	Medieval	17,1	22,4	3,6	
222	02	B3	25		FG1	Bordo	Castelinho 1	Imperial	13,2	3,1	3,0	Engobe amarelado
223	03	B3	76		FG1	Bordo	Castelinho 1	Republica na	12,3	7,9	2,3	
224	02	B2	81		FG2	Bojo / asa	Castelinho 1	Republica na				
225	97	B2	3		FG1	Bordo	Castelinho 1		16,2	4,0	3,5	
226	03	B3	0		FBC2	Bordo	Castelinho 1		15,6	3,9	3,1	
227	05	B3	197		FBC2	Colo	Castelinho 1	Republica na		10,0		
228	98	B2	81	III	FBC2	Bordo	Castelinho 1	Republica na	15,6	7,2	3,5	

229	06	B3	489	XX	FBC2	Bordo	Castelinho 1	Imperial	15,1	20,0	3,9	
230	02	B3	29		FBC2	Bordo	Castelinho 1	Imperial	14,8	5,4	2,4	
231	96	B1	6		FBC2	Bordo	Dressel 7-11		18,4	3,4	2,6	
232	06	B3	425		FBC1	Bordo	Dressel 7-11	Medieval	15,7	4,3	3,6	
233	94	A1	138		FBC2	Bordo	Dressel 7-11		16,4	5,5	4,2	
234	03	B3	0		FBC2	Bordo	Dressel 7-11		19,2	1,9	1,8	
235	06	B3	0		FL	Bordo	Dressel 14		15,0	5,3	1,2	
236	06	B3	469	XIV	FBC1	Bordo	Dressel 14	Imperial	17,1	4,8		
237	96	A3	5		FG1	Bordo	Oberaden 83		17,8	3,4	3,2	
238	90	A1	6		FG1	Bordo	Oberaden 83		13,2	5,6	4,3	
239	03	B3	179		FG1	Bordo	Oberaden 83	Republica na	13,8	5,5	3,2	
240	87		SUP		FG1	Bordo	Oberaden 83					
241	97	B2	5		FG1	Bordo	Oberaden 83		13,2	5,1	3,9	
242	06	B3	474	XVI	FG1	Bordo	Oberaden 83	Imperial	13,5	5,3	3,2	
243	03	B3	179		FAP	Bordo	Tripolitana 1	Republica na	13,5	5,9	3,3	
244	02	B3	0		FG1	Bordo	Verulamium 1908		15,6	4,9	1,6	
245	93	A1	0		FBC1	Bordo	G.I. 3		13,6	4,6	2,7	
246	90	A1	39		FBC1	Bordo	G.I. 3	Republica na	13,4	6,0	2,6	
247	96	A3	40		FBC2	Bordo	G.I. 4	Republica na IV	12,6	3,4	2,7	
248	06	B3	501	XIV	FG1	Bordo	G.I. 5	Imperial	12,5	4,5	4,3	
249	96	B1	10		FMO	Asa	G.I. 6	Republica na				
250		SUP			FG	Opérculo			9,9			
251	96	B1	8		FG	Opérculo			8,6			

252	93	A1	68		FG	Opérculo			8,9			Vestígios de ferrugem
253	96	B1	10		FBC1	Opérculo		Republicana	9,1			
254	97	B2	54		FG	Bojo						Grafito
255	05	B3	0		FPI1	Bojo						Grafito
256	02	B3	28		FBC1	Bojo		Imperial				Grafito
	98	B2	48	I	FPI1	Fundo	Grupo 1	Republicana II		16,8		Engobe branco
	98	B2	48		FPI1	Fundo	Grupo 1	Republicana II		15,4		Engobe branco
	02	B3	57		FPI1	Fundo	Grupo 1	Imperial		7,8		Engobe branco
			SUP		FPI1	Fundo	Grupo 1			14,2		Engobe branco
			SUP		FPI1	Fundo	Grupo 1			15,8		
	91	A1	50		FCB1	Fundo	Grupo 1	Republicana		8,6		
	99	B2	170	V	FPI1	Fundo	Grupo 1	Republicana II		5,2		Engobe branco
	97	B2	5		FPI1	Fundo	Grupo 1			13,1		
	06	B3	483	XII	FPI1	Fundo	Grupo 1			13,6		Engobe branco
	98	A3	145		FBC1	Fundo	Grupo 1	Republicana IV		15,5		Engobe branco na superfície exterior
	02	B3	57		FPI1	Fundo	Grupo 1	Imperial		8,6		Engobe branco
			0		FPI1	Fundo	Grupo 1			16,8		Engobe branco
	03	B3	250		FG	Fundo	Grupo 1	republicana		8,5		

	05	B3	290	Rua 1	FPI1	Fundo	Grupo 1	Imperial		9,4		
	03	B3	181		FPI1	Fundo	Grupo 1	Imperial		8,3		Engobe branco
	03	B3	190		FG	Fundo	Grupo 1			8,5		
	97	B2	5		FG	Fundo	Grupo 2			7,5		
	02	B2	48		FG	Fundo	Grupo 2	Republica na II		5,2		
	06	B3	546	XIV	FG	Fundo	Grupo 2	Imperial		11,2		
	05	B3	190	III	FBC2	Fundo	Grupo 2			6,4		
	90	A1	31		FG	Fundo	Grupo 2	Republica na		4,7		Engobe branco
	90	A1	39		FG	Fundo	Grupo 2	Republica na		11,0		
	90	A1	6		FG	Fundo	Grupo 2			7,1		
	97	B2	5		FG	Fundo	Grupo 2			6,5		
	99	B2	109		FG	Fundo	Grupo 2	Republica na I		6,2		
	06	B3	475	XIII	FG	Fundo	Grupo 2	Imperial		6,4		
	98	B2	81		FG	Fundo	Grupo 2	Republica na I		5,1		
	91	A1	41		FG	Fundo	Grupo 2	Republica na		5,7		
	05	B3	210	IX	FBC1	Fundo	Grupo 2	Imperial		11,2		
	02	B3	48		FG	Fundo	Grupo 2	Imperial		7,6		Desgaste na parte inferior
	96	B1	6		FG	Fundo	Grupo 2			4,9		

	06	B3	0		FG	Fundo	Grupo 2			8,0		
	06	B3	0		FG	Fundo	Grupo 2			6,6		
	02	B3	48		FBC1	Fundo	Grupo 2	Imperial		6,3		
	97	B2	5		FG	Fundo	Grupo 2			6,3		
	89	B	SUP		FL	Fundo	Grupo 3			5,9		
	99	B2	86		FBC1	Fundo	Grupo 4	Republica na II		8,0		
	91	A1	50	I	FBC1	Fundo	Grupo 4			9,7		
	90	A1	39		FBC1	Fundo	Grupo 4	Republica na		7,5		
	98	B2	76	II	FAP	Fundo	Grupo 5	Republica na III		5,9		Engobe branco
	98	B2	96		FAP	Fundo	Grupo 5			7,8		Engobe branco
	06	B3	489		FPI1	Fundo	Grupo 6	Imperial		6,2		
	97	B2	5		FPI1	Fundo	Grupo 6			10,2		
	99	B2	147		FPI1	Fundo	Grupo 6	Republica na II		11,6		
	98	B2	48		FPI1	Fundo	Grupo 6	Republica na II		23,9		Engobe branco
	99	B2	147		FPI1	Fundo	Grupo 6	Republica na II		10,2		
	94	A1	189	XI	FPI1	Fundo	Grupo 6			6,6		
	91	A1	41		FPI1	Fundo	Grupo 6	Republica na		7,9		
	97	B2	3		FBC1	Fundo	Grupo 6			11,4		